



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 070

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 25 DE JUNHO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 070

65ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagem 03

Ofício 05

Indicações 05

Requerimentos 06

Projeto de Lei Complementar 12

Projetos de Lei 13

Grande Expediente:

Dep. Marcelo Rangel 18

Horário das Lideranças:

Liderança do PPS

Dep. Marcelo Rangel 21

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 22

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira 23

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 24

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 26

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano 30

Liderança do PMDB

Dep. Stephanes Júnior 32

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 32

Liderança da Oposição

Deputado Valdir Rossoni 34

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 37

Discussão/Votação

3ª Discussão 38

2ª Discussão 38

1ª Discussão 39

Requerimentos 41

Encerramento da Sessão 42

Transcrição 42

Publicações:

Atas de Comissão

Redação 66

DIÁRIO Nº 070

65ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

25 DE JUNHO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Edgar Bueno.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (48).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Caíto Quintana, Elio Rusch e Mamede (04).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Artagão Júnior e Geraldo Cartário (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 022/07

Curitiba, 25 de junho de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a denominação da Secretaria de Estado da Criança, recém criada pela Lei nº 15347, de 22 de dezembro de 2006, ao mesmo tempo em que redefine suas atribuições e estrutura e extingue a autarquia Instituto de Ação Social do Paraná - IASP porque assume, também, as finalidades dos mesmos.

A proposta ora formulada a essa augusta Casa, consulta plenamente aos superiores interesses públicos, eis que dará à nova Secretaria de Estado, que passa a ter a denominação de Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, campo de ação mais amplo e compatível com as reais necessidades desse importantíssimo setor assistencial. A conveniência e oportunidade no sentido da adoção da medida em causa, ficaram constatadas no resultado de estudos conjuntos da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA e da atual Secretaria de Estado da Criança - SECR, cujas conclusões foram por mim acolhidas, tendo em vista que, além dos aspectos de simplificação e maior edificação administrativa, terá implantação sem aumento de despesas para o erário, pois, no que respeita aos cargos de provimento em comissão, não há criação de novos, mas, tão somente, relocação e renomenclatura de cargos já existentes.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica alterada a denominação da Secretaria de Estado da Criança - SECR, a que se refere o artigo 1º da Lei nº 15347, de 22 de dezembro de 2006, para Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ, compreendendo no seu âmbito de atuação as atividades concernentes a organização, a promoção, a coordenação, o desenvolvimento e a articulação da política estadual de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e o exercício de outras atividades correlatas.

Art. 2º Fica extinto o Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, criado pela Lei nº 8485, de 03 de junho de 1987, transformado em autarquia pela Lei nº 9663, de 16 de julho de 1991, ficando suas atribuições, servidores, cargos, saldo das dotações orçamentárias, créditos, receitas e patrimônio, transferidos ao âmbito administrativo da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ.

§ 1º Os contratos, acordos, convênios, termos de ajustes e outros compromissos de natureza jurídica que se encontram em execução pela entidade ora extinta, terão sua continuidade sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ.

§ 2º Os saldos financeiros dos recursos próprios, apurados no balanço de encerramento do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, serão recolhidos ao Tesouro Geral do Estado, com retorno posterior das receitas de convênios para a Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, com a transformação da fonte 281: Convênios com Órgãos Federais, para a fonte do tesouro 107: Convênios com Órgão Federais.

§ 3º Com relação às Fontes 250: Diretamente Arrecadados e 253: Cota Parte das Rendas das Loterias Estaduais, os saldos apurados no balanço de encerramento do IASP serão recolhidos ao Tesouro Geral do Estado, ficando preservados os comprometimentos devidamente empenhados e reconhecidos pela Secretaria de Estado da Criança e da Juventude.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a expedir os atos necessários à incorporação do IASP pela administração direta, para que no prazo máximo de 120 dias sejam readequados os atos organizacionais, as transformações, as denominações e o remanejamento dos cargos de provimento em comissão, patrimônio, as dotações orçamentárias do exercício de 2007 e os ajustes administrativos e orçamentários, no que se refere aos órgãos e entidade atingidos pela presente lei.

Art. 4º O Fundo Estadual para a Infância e a Adolescência - FIA, criado pela Lei nº 10014, de 29 de junho de 1992 e regulamentado pelo Decreto nº 3963, de 29 de agosto de 1994, bem como a Lei nº 11091, de 16 de maio de 1995, que destina recursos aos programas de assistência ao menor, passa ao âmbito da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ.

Art. 5º Fica transferido para o âmbito da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA, criado pela Lei nº 9579, de 22 de março de 1991, com nova redação dada pela Lei nº 10014, de 29 de junho de 1992, com a integração de novos dispositivos por aprovação do Poder Legislativo, em 15 de abril de 1993, e alterações pelas Leis nº 11136, de 18 de julho de 1995, nº 11361, de 12 de abril de 1996 e nº 13278, de 10 de outubro de 2001.

Parágrafo Único. Os recursos, necessários ao funcionamento do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA, serão custeados com recursos da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ.

Art. 6º Para a implementação do disposto nesta lei fica autorizada a expedição de decretos regulamentares e de abertura de créditos especiais e suplementares, incluindo a adequação de fontes e de abertura de anexos de obras, servindo como créditos para as suplementações orçamentárias, os saldos apurados no balanço de encerramento do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, bem como de previsões de novos ingressos de convênios vinculados, com ingressos de receitas via Tesouro Geral do Estado.

§ 1º Fica criada a Fonte 109 - Recursos Provenientes de Percentual sobre Bilhetes de Passagens Intermunicipais, para ações voltadas à criança e ao adolescente, decorrente do disposto no Decreto nº 819, de 05 de outubro de 1971, que deverá ser aplicada, exclusivamente, pela Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ.

§ 2º Os saldos financeiros apurados no encerramento do balanço do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, na Fonte 250 - Diretamente Arrecadados será transformada em Fonte 109, por ocasião do crédito especial.

Art. 7º Ficam transferidos à Secretaria de Estado da Criança e da Juventude os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - do extinto Instituto de Ação Social do Paraná IASP: 01 (um) cargo de Diretor-Presidente, símbolo DAS-1; 02 (dois) cargos de Diretor, símbolo DAS-2; 02 (dois) cargos de Assessor, símbolo DAS-2; 02 (dois) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-3; 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5; 23 (vinte e três)

cargos de Diretor de Unidades Sócio-Educativa, símbolo DAS-5;

II - da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP: 02 (dois) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-5; 02 (dois) cargos de Assistente, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 7-C;

III - da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU: 17 (dezessete) cargos de Diretor de Unidade Penal, símbolo DAS-5.

Art. 8º Os cargos de provimento em comissão, a que se refere o artigo 7º, os incisos I a III desta lei, ficam alterados em sua denominação e simbologia para:

I - na Secretaria de Estado da Criança e da Juventude: 01 (um) cargo de Secretário de Estado; 01 (um) cargo de Diretor-Geral de Secretaria de Estado, símbolo DAS-1; 02 (dois) cargos de Coordenador, símbolo DAS-2; 03 (três) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-3; 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-5; 02 (dois) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-5; 02 (dois) cargos de Coordenador de Área, símbolo DAS-5; 05 (cinco) cargos de Coordenador de Programa, símbolo DAS-5; 23 (vinte e três) cargos de Diretor de Centro de Socioeducação, símbolo DAS-5; 03 (três) cargos de Assistente, símbolo 1-C; 06 (seis) cargos de Coordenador de Setor, símbolo 1-C; 04 (quatro) cargos de Assistente, símbolo 7-C;

II - na Secretaria de Estado da Administração e da Previdência: 01 (um) cargo de Chefe de Grupo Administrativo Setorial, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de Assistente Técnico de Grupo Setorial, símbolo 2-C; 01 (um) cargo de Chefe de Grupo de Recursos Humanos Setorial, símbolo 1-C; e 01 (um) cargo de Assistente Técnico de Grupo Setorial, símbolo 2-C;

III - na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral: 01 (um) cargo de Chefe de Grupo de Planejamento Setorial, símbolo 1-C; e 01 (um) cargo de assistente Técnico de Grupo Setorial, símbolo 2-C;

IV - na Secretaria de Estado da Fazenda: 01 (um) cargo de Chefe de Grupo Financeiro Setorial, símbolo 1-C; e 01 (um) cargo de Assistente Técnico de Grupo Setorial, símbolo 2-C;

Art. 9º Cabe à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL a responsabilidade pela reformulação e implantação de todos os atos organizacionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, necessários à implantação dos dispositivos desta lei.

Art. 10. Os Ofícios de Registro do Estado do Paraná deverão proceder, por força desta lei, à averbação automática dos bens imóveis do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP ao Estado do Paraná, CNPJ nº 76.416.940/0001-08, sem ônus para o Poder Executivo Estadual, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Parágrafo Único. Ficam incluídas nas condições de averbação automática, junto aos respectivos Ofícios, a que se refere o *caput* deste artigo, por força da Lei nº 15466, de 31 de janeiro de 2007, a incorporação ao estado do Paraná dos bens imóveis das seguintes entidades:

I - do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR;

II - do Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção - DECOM;

III - do Instituto de Saúde do Paraná - ISEP.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofício

Sob o nº 56-P/MC da Sra. Ellen Gracie - Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que na Sessão Plenária de 14 de junho do corrente ano, por unanimidade, julgou procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade dos artigos 4º e 6º da Lei nº 13133, de 16 de abril de 2001, deste estado. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 171/07

SÚMULA:

Propõe a pavimentação asfáltica na estrada que faz a ligação dos municípios de Roncador e Mato Rico.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A pavimentação asfáltica na estrada que faz a ligação dos municípios de Roncador e Mato Rico;

II - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas.

III - Neste sentido nos foi encaminhado pedido da Câmara Municipal de Roncador, justificando que os 2 municípios têm este anseio já há muitas décadas.

IV - A pavimentação pretendida reduzirá a distância entre os municípios, beneficiando também vários municípios da região.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 25.05.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 172/07

SÚMULA:

Propõe a ALL - América Latina Logística que transfira o seu pátio de manobras do centro de Rolândia para a localidade denominada Ceboleiro.

Senhor Presidente sa ALL.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A remoção de seu pátio de manobras que hoje está no centro do município de Rolândia-PR, para a localidade denominada Ceboleiro.

II - Segundo o entendimento dos moradores do município, tal mudança é necessária e justa em função da segurança e tranquilidade da população.

III - As manobras dos trens se fazem no centro da cidade e em horário de rush, provocando congestionamento e atrapalhando de maneira significativa a vida das pessoas que vêm seus horários sendo afetados por estas manobras.

IV - Chegamos notícias de que diversas solicitações já foram feitas pela comunidade, solicitando a transferência do pátio de manobras para um local mais afastado do centro, mais especificamente para a localidade rural de Ceboleiro, sem, no entanto obter qualquer tipo de atenção dos administradores da ALL.

V - Neste sentido nos foi encaminhado pedido da Câmara Municipal de Rolândia, pedindo nosso empenho na sensibilização da administração da ALL para que promova tal alteração.

Ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios à comunidade local.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 173/07

SÚMULA:

Solicita que sejam efetuadas medidas de segurança para o trecho da BR-277, localizado entre o Restaurante Girassol e o cruzamento com a R. Conceição, no acesso ao bairro Colônia Francesa, no município de Palmeira.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário Estadual dos Transportes.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário para solicitar o seguinte:

1) Que sejam efetuadas medidas de segurança para o trecho da BR-277, localizado entre o Restaurante Girassol e o cruzamento com a R. Conceição, no acesso ao bairro Colônia Francesa, no município de Palmeira.

2) Justificativa:

Destaca-se que as soluções implementadas pela concessionária, até hoje se mostraram ineficazes, conforme se pode depreender da solicitação do Vereador Mário Antonio Wieczorek. Inúmeras vidas estão sendo perdidas neste local da rodovia e alguma providência necessita ser tomada com urgência.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

INDICAÇÃO Nº 174/07

SÚMULA:

Solicita que seja efetuada a adequação do trevo de acesso à cidade de Piên, na rodovia PR-420.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário Estadual dos Transportes.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário, para solicitar o seguinte:

1) Seja efetuada a adequação do trevo de acesso à cidade de Piên, na rodovia PR-420.

2) Como sugestão de adequação pode-se indicar que seja providenciada a instalação de duas lombadas (uma antes e outra depois do trevo), ou que o novo acesso seja efetuado por uma rotatória.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, tendo em vista o elevado número de acidentes no local, sendo esta obra um clamor dos Vereadores da cidade que procuram atender às reclamações da comunidade.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1779

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o destaque para a votação em separado da emenda supressiva da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 406/07, item 09 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1813

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 1809

Senhor Presidente:

O Deputado Tadeu Veneri, do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 158, do Regimento Interno desta Casa, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia de hoje, por duas Sessões, o Projeto de Lei nº 015/07, de sua autoria e da Deputada Rosane Ferreira, que cria no estado do Paraná, programa de uso racional da água nas edificações públicas.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1799

Senhor Presidente:

REQUEIRO à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, o desarquivamento do projeto de lei que *Determina que os hipermercados e supermercados estabelecidos no estado do Paraná, coloquem à disposição do consumidor um empacotador para cada caixa e dá providências correlatas, para discussão ampla do tema em virtude de parecer contrário da CCJ.*

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

Apoioamento:

Rui Hara, Ney Leprevost, Stephanes Júnior, Jocelito Canto, Duílio Genari, Reni Pereira, Mauro Moraes, Dr. Batista, Professor Luizão, Alexandre Curi, Pastor Edson Praczyk, Luiz Claudio Romanelli, Teruo Kato, Ribas Carli Filho e Rosane Ferreira.

REQUERIMENTO Nº 1791

Senhor Presidente:

SOLICITA o encaminhamento à Mesa Executiva requerendo a realização de Sessão Solene no dia 13 de agosto de 2007, em homenagem a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Seção Paraná, em razão da comemoração do Dia do Advogado.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 1787

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, o uso do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 15 de outubro de 2007, para o pronunciamento do Prefeito de Apucarana, Sr. Valter Aparecido Pegorer, sobre a educação em período integral.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1798

Senhor Presidente:

O Deputado Tadeu Veneri, do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja concedido o horário do Grande Expediente, na quarta-feira, dia 27 de junho próximo, para que um representante da Associação dos Servidores do INCRA do Paraná faça uso da palavra em plenário.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1782

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Zenildo Olivo Remonato, ocorrido no dia 14 de junho de 2007, no município de Guaraniaçu/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Zenaide Zancanaro Remonato, enviando correspondência à R. Presidente Kenedy, 36 - Centro - Guaraniaçu/PR.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do Sr. Zenildo Olivo Remonato deixou consternada a população de Guaraniaçu. Pessoa que teve atuação destacada em todos os setores da vida comunitária daquele município, chegando a ocupar o honroso cargo de Secretário Geral Municipal. Porém, o amigo, companheiro Zenildo como era carinhosamente chamado por todos, deixou uma marca profunda que dificilmente será esquecida em Guaraniaçu. O seu falecimento abre uma coluna que com certeza jamais será preenchida. Ficará o seu legado, que os seus amigos e principalmente seus familiares terão de dar seqüência.

O Sr. Zelindo soube em vida cativar simpatias e respeito. As pessoas que conviveram com ele, principalmente sua família, que nesse momento ressentem-se tristemente da sua ausência, são testemunhas da grande pessoa que ele foi.

Entretanto, somente Deus sabe o plano que traça para cada um dos seus filhos aqui na terra, por isso queremos neste momento de dor e tristeza, manifestar nossos votos de condolências aos familiares do Sr. Zelindo Olivo Remonato, rogando a Deus que conforte e ampare a todos. Sabemos que é um momento de grande desilusão, mas é preciso ter forças para tocar a vida em frente. Nesta hora, mais do que nunca, as bênçãos de Deus se fazem necessárias.

Aceite os nossos sinceros sentimentos.

REQUERIMENTO Nº 1783

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. José Henrique da Silva Mattos, ocorrido no dia 24 de junho de 2007, no município de Iracema do Oeste/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Dirce Mattos, enviando correspondência à R. Oliveira Lima, s/n, Centro - Iracema do Oeste/PR.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

As vezes ocorrem fatos que nem de longe conseguimos entender ou compreender. Por mais que busquemos respostas, muitos acontecimentos se envolvem em contundentes mistérios e se tornam inexplicáveis.

Assim é que definimos o precoce falecimento do Vereador de Iracema do Oeste, José Henrique da Silva Mattos, conhecido como Zé Dentista. Homem de personalidade forte, grande mediador, inteligente, equilibrado e outras virtudes, faziam com que ele fosse uma das principais lideranças em atividades no município.

Desde cedo, deixou claro que não seria mais um nesse mundo. Mostrando-se um líder nato, envolveu-se nos assuntos comunitários, já nos primeiros anos de sua existência. Era um interlocutor respeitado, pois cumpria palavra e não abria mão facilmente de seu ponto de vista.

Infelizmente, o falecimento prematuro do Vereador José Henrique, abriu uma lacuna que dificilmente será preenchida em Iracema do Oeste. Além dos dotes como político, era um ser humano generoso e abnegado. Jamais deixou de cooperar objetivando diminuir o sofrimento das pessoas menos protegidas pela sorte.

Eu particularmente, perco não só um valoroso companheiro, mas sobretudo um leal e grande amigo. Por isso, solicito que seja aprovado por essa colenda Casa de Leis a presente proposição, em homenagem aos serviços prestados em vida pelo combativo homem público, rogando a Deus que abençoe a sua família e que o receba, reservando-lhe um bom lugar na morada eterna.

Que o Pai Criador, dentro de seu infinito amor, ao mesmo tempo que acolhe José Henrique em sua morada divina, console e ilumine o coração de todos os que sofrem com a partida de um grande amigo.

Aceite os nossos sinceros sentimentos.

REQUERIMENTO Nº 1785

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último final de semana, do Sr. José

Carlos Pisani, Diretor-Presidente das Empresas do Grupo Imaribo.

José Carlos Pisani teve seu nome aprovado para receber o título de Cidadão Honorário do Estado, na Sessão Plenária do último dia 19 de junho. Prestou relevantes serviços ao estado do Paraná e essa trágica ocorrência representa uma perda irreparável para a sociedade paranaense.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) NELSON JUSTUS

Apoioamento:

Alexandre Curi.

JUSTIFICATIVA:

José Carlos Pisani nasceu em Tangará, Santa Catarina, no dia 14 de outubro de 1946, filho de Nelson e Maria Lourdes Pisani.

Era graduado em Engenharia Química na Escola de Engenharia de Mauá do Instituto Mauá de Tecnologia, de 1965 à 1969. Em 1989 cursou pós-graduação em Administração de Empresas e Economia pela Faculdade Católica de Administração e Economia - FAE de Curitiba/PR.

Dentre as atividades associativas que participou, podem ser citadas as seguintes atividades: no ano de 1987 a 1990, foi Presidente da SINPACEL (Sindicato das Indústrias de Papel, Celulose e Pasta de Madeira para papel, papelão e artefatos de papel e papelão do Estado do Paraná); em 1989 a 1992, foi Vice-Presidente da FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná); Diretor, no ano de 1977 a 1991, da ABTCP (Associação Técnica Brasileira de Celulose e Papel) e membro desde 1999 da Loja Maçônica-Defensores da Verdade.

Recebeu os seguintes títulos: Cidadão Honorário de Piraí do Sul/PR; Cidadão Honorário de Monte Carlos/SC; Cidadão Honorário de Campos Novos/SC; Cidadão Honorário de Tangará/SC; e Cidadão Honorário de Curitiba/PR. Em 2004, Láurea de Honra ao Mérito do estado do Paraná da Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Em 2003, recebeu Honra ao Mérito concedida pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Atualmente era Diretor-Presidente das empresas do Grupo Imaribo Imaribo S/A Indústria e Comércio). Em setembro de 2003, publicou o livro sobre os 60 Anos da História do Grupo Imaribo.

Diante de algumas menções referentes as atividades associativas e profissionais exercidas por José Carlos Pisani, bem como dos títulos de honra recebidos, verifica-se a prestação de relevantes serviços ao estado do Paraná por este respeitável cidadão.

REQUERIMENTO Nº 1790

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Carlos Pisani, ocorrido no dia 21 passado.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1795

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER, votos de pesar aos familiares do Sr. Alan Castelo Branco Gradowski, funcionário desta nobre Casa há mais de 20 anos, pelo falecimento ocorrido em 20 de junho do presente ano.

Solicito a especial gentileza em notificar a Sra. Nordélia Castelo Branco Gradowski acerca do voto em apreço, à R. Bruno Filgueira, 342, 8º andar, Batel, Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80420-000.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 1778

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos anais desta Casa, votos de congratulações à Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Curitiba, pela realização do Imin-Matsuri, nos dias 29 e 30/06 e 01/07/07, no Parque Barigüi, por ser este evento a mais lúdica representação da cultura e da arte da comunidade nipo-brasileira de Curitiba.

Através do Presidente Jorge Yamawaki, estenda-se os cumprimentos a toda a diretoria da associação acima citada.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1784

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação o douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão, voto de congratulações ao jornal Cambé de Fato, editado sob a responsabilidade do jornalista Carlos Alberto Cavalli, com redação e edição também de Luiz César Lazari.

O jornal tem um bonito visual e publica, mensalmente, todos os principais fatos, com ênfase para as notícias de Cambé. Nota-se, claramente, a preocupação dos editores de estampar, nas páginas do jornal, principalmente notícias dos diversos segmentos da população local.

Cambé de Fato já é um fortíssimo instrumento de apoio às reivindicações da população, mostrando problemas e despertando nas autoridades locais a necessidade de saná-los. Há que se registrar, também, que o jornal passou a ser a maior bandeira que objetiva o desenvolvimento cada vez mais grandioso do município de Cambé.

Requeiro que a homenagem e o reconhecimento público da Assembléia Legislativa sejam comunicadas à direção do jornal Cambé de Fato, com votos de permanente crescimento dessa empresa jornalística, com a certeza de que os empresários que investem nesse jornal têm retorno garantido.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1788

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignada na ata da presente Sessão, votos de congratulações ao Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR pela comemoração do seu 35º aniversário, a ser celebrado no dia 29 de junho de 2007, na sede do Instituto, em Londrina. Essa data merece comemoração especial e é motivo de regozijo para todos os cidadãos paranaenses, pois o IAPAR, ao longo desses 35 (trinta e cinco) anos, prestou e continua a prestar serviços de inestimável valor ao setor agrícola do Paraná, seja ao desenvolver, por meio do trabalho dedicado e tenaz de seu corpo de técnicos e funcionários, projetos e pesquisas que primam pela excelência e qualidade, seja ao oferecer apoio indispensável aos agricultores e produtores do Paraná, atividades as quais construíram a reputação exemplar de que goza o IAPAR.

Requer à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento ao IAPAR, representado pelo seu Diretor-Presidente, Sr. José Augusto Teixeira de Freitas Picheth, na rodovia Celso Garcia Cid, km 375 - Três Marcos, CEP 86047-902, em Londrina,

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 1793

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Mariópolis pelo transcurso, no próximo dia 25 de julho, de seus 47 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Benigno Taffarel, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Nadir Pereira, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Mariópolis.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Este Parlamentar sempre presente nos acontecimentos que marcam a vida da população mariopolitana, manifesta a sua satisfação por estar participando do progresso de Mariópolis, que jubilosamente estará comemo-

rando seus 47 anos de emancipação política, no próximo dia 25 de julho.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados à população do município de Mariópolis, é que o Sr. Prefeito, o Vice-Prefeito e os Srs. Vereadores vêm dando o máximo de seus esforços para o cumprimento dos objetivos propostos.

A política é definida ora como ciência, ora como arte de governar. Não importa, entretanto, o sentido da palavra, mas sim a sua finalidade de promover o bem comum. O fundamental é que em qualquer campo, se busque o aprimoramento das relações humanas e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e feliz.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, tem a honra de associar-se às homenagens devidas às autoridades e ao povo em geral de Mariópolis, por ocasião da significativa data comemorativa ao 47º aniversário de sua emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 1794

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Barbosa Ferraz, pelo transcurso, no próximo dia 25 de julho, de seus 47 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Mário César Lopes de Carvalho, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Arquimedes Gasparetto, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que a população de Barbosa Ferraz estará comemorando, no próximo dia 25 de julho, mais um aniversário de sua emancipação política.

Em torno de 1938, as terras onde localiza-se o município de Barbosa Ferraz foram adquiridas por Joaquim Vicente de Castro, que foi o primeiro Prefeito de Londrina.

Foi separada uma área de 229,79 alqueires, recortadas em lotes urbanos e rurais e vendidos a partir de 1948.

O loteamento ficou por conta da Concessionária e Imobiliária Paraná Ltda., com sede em Londrina e dirigida por João Simões, Camilo Simões e Lino Marquetti.

A colonização efetiva começou em 1949. Os primeiros desbravadores vieram de Minas Gerais atrás de terra fértil e de fácil aquisição. Encontraram o que queriam. A fama de terra roxa começou a correr o mundo e leva de colonos paulistas, nordestinos, catarinenses, gaúchos, fluminenses e capixabas se estabeleceram nessas terras.

Dessa amálgama de raças, costumes e tradições, nasceu a atual Barbosa Ferraz, orgulho de seus habitantes.

A partir de 1956, desenvolveu-se na região a cultura da menta (hortelã) e por um bom tempo Barbosa Ferraz ficou conhecida como a Capital Mundial da Meta. Esta fase durou até 1975, mesmo período que existiu com vigor a cafeicultura na região. O café está retornando sob a forma conhecida como adensada, sob incentivos do estado. Um título relativamente novo para Barbosa é o de Capital do Crochê, devido à técnica artesanal em fios de seda ou de algodão desenvolvida pela população barbo-sense. A expectativa é ótima.

O distrito de Barbosa Ferraz foi criado a 03 de novembro de 1955 e o município em 25 de julho de 1960, através da Lei Estadual nº 4245. A instalação deu-se a 15 de novembro de 1961.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às homenagens que serão prestadas a toda a população de Barbosa Ferraz na festiva data da comemoração do seu 47º aniversário de sua emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 1810

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações à Escola Estadual Doracy Cezarino, pelos 50 anos de sua fundação - 29 de junho de 1957.

Requeremos, também, que a decisão do presente seja comunicada ao homenageado.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) RUI HARA

REQUERIMENTO Nº 1812

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações ao município de Capanema, pelo lançamento da Campanha Drogas, não! Quero que você seja feliz. Admita: o álcool é droga”, com apoio das Prefeituras Municipais de Capanema, Planalto, Bela Vista da Caroba e Pérola d'Oeste, o Poder Judiciário de Capanema, a Municipalidade de Comandante Andresito e a Gendarmeria Nacional da Argentina.

Requer ainda, dê-se ciência deste requerimento às seguintes autoridades:

- Sr. Milton Kafer, Prefeito Municipal de Capanema Av. Parigot de Souza, 1080 - 85760-000 Capanema/PR;

- Sr. César Inácio Zimmer, Prefeito Municipal de Planalto, Pça. S. Francisco de Assis, 1583 - 85750-000 Planalto/PR;

- Sr. Joceli Tiago Menezes, Prefeito de Bela Vista da Caroba, Av. Rio Grande do Sul, 107 - 85745-000 Bela Vista da Caroba-PR;

- Sr. Edson Luiz Bagetti, Prefeito Municipal de Pérola d'Oeste, R. Presidente Costa e Silva, 290 - 85740-000 Pérola d'Oeste/PR;

- Dr. Márcio Geron - Juiz de Direito da Comarca de Capanema, Av. Parigot de Souza, 1212 - 85760-000 Capanema-PR;

- Dra. Roseana C. G. do Rego Assumpção - Juíza de Direito, Av. Parigot de Souza, 1212 - 85760-000 Capanema/PR;

- Des. José Antonio Vidal Coelho - Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Palácio da Justiça - 1º andar - Centro Cívico 80530-912 Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O município de Capanema, já há algum tempo, desde a década de 90, vem desenvolvendo essa meritória campanha de prevenção contra as drogas e o álcool, objetivando alertar as famílias e principalmente os jovens contra os malefícios de seu consumo.

Este ano, as autoridades municipais contam com o apoio das Prefeituras Municipais de Planalto, Bela Vista da Caroba e Pérola d'Oeste, além de receber também a contribuição da Municipalidade de Comandante Andresito, da Argentina e da Gendarmeria Nacional da Argentina.

Os Juízes de Direito da Comarca de Capanema, Dr. Márcio Geron e Dra. Roseana Assumpção, bem como os representantes do Ministério Público, têm se empenhado de forma incondicional no desenvolvimento dessa campanha pela conscientização do mal causado pelo uso de drogas, bem como por alertar a todos que o álcool também é uma droga que vicia e prejudica a saúde.

A política permanente de prevenção, repressão e tratamento para usuários e dependentes de drogas, pelo estado e pela sociedade civil faz-se necessária, pela valorização das famílias e da juventude, razão pela qual, contamos com a aprovação dos nobres Parlamentares para este requerimento, que visa reconhecer o trabalho das pessoas acima mencionadas e da população da comarca como um todo.

REQUERIMENTO Nº 1802

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Marta Lakner Salomão.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Marta Lakner Salomão, por ocasião de sua posse para o anuênio leonístico 2007-2008, como Presidente do Lions Clube de Curitiba Santa Felicidade, prestando relevantes serviços à comunidade curitibana.

REQUERIMENTO Nº 1803

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Lúcia Jovita Inácio.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Lúcia Jovita Inácio, em reconhecimento ao seu trabalho dedicado à carreira pública.

Destacamos sua competência e atuação como assessora no Gabinete do Prefeito de Curitiba, prestando relevantes serviços à comunidade.

REQUERIMENTO Nº 1806

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Dalton Viana.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Dalton Viana, Delegado do 1º Distrito do AA - Alcoólicos Anônimos de Curitiba, pelos relevantes serviços prestados em prol da comunidade, desenvolvendo trabalhos de ajuda junto aos grupos de recuperação.

REQUERIMENTO Nº 1786

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a democrática manifestação do douto Plenário, seja endereçado expediente ao Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, propondo que seja incluída na discussão do projeto de reforma política, proposta de redução da campanha eleitoral no rádio e na televisão de 45 para 30 dias. Que seja colocado em debate, também, a redução, em 30% do número de integrantes da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas.

Ocorre que o longo tempo de duração da campanha no rádio e na tevê acaba cansando o eleitorado. Os próprios marqueteiros utilizam reprise de programas nos finais das campanhas de Prefeitos, Governadores e até de Presidente da República, por terem esgotado todas as propostas de seus respectivos candidatos. Essa prática tem sido utilizada em todas as campanhas em nosso país, desmotivando a audiência do principal alvo que é o eleitor. Pela força do rádio e da tevê, apenas 1 mês de campanha é mais do que suficiente para os candidatos se comunicarem com os eleitores, expondo, em detalhes, os projetos e propostas que pretendem viabilizar, caso sejam eleitos.

Quanto a reduzir o número de Deputados Estaduais e Federais, só deve ter medo da proposta quem trair os compromissos de campanha ou quem se afastar de suas

bases e de seus eleitores, após serem eleitos. Num país com tanta pobreza, como o Brasil, a grande economia que se fará com um menor número de Deputados, será muito boa para se investir mais e para melhorar a qualidade de vida dos mais pobres, pois se a medida for adotada, sobrarão mais dinheiro para investimento nas áreas sociais.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1797

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Duílio Genari, que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente aos Exmos. Srs. Roberto Requião, Governador do Estado e Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando estudos para credenciar as casas lotéricas, visando a abertura da arrecadação, além do IPVA, todas as demais taxas e impostos do DETRAN.

A medida será de grande importância para os contribuintes e usuários dos serviços do DETRAN, pois as casas lotéricas atendem das 08h00 às 18h00, algumas até as 22h00, facilitando assim, até os serviços dos profissionais da área, como despachantes, auto-escolas e das agências bancárias, uma vez que o Banco do Brasil, nas cidades do interior, atende ao público somente das 10h00 às 15h00.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 1775

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviada correspondência ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando ao mesmo que informe a esta Casa de Leis se há estudos destinados a incentivar a instalação de guardas municipais nos municípios do Paraná. Caso afirmativo, solicitamos informações sobre a previsão de implantação da referida política.

Cabe salientar que os municípios acima de 200 mil habitantes carecem de políticas de apoio para a criação das guardas municipais, aumentando o sistema de segurança nos municípios.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1777

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando do mesmo informações sobre a previsão de reforma dos

banheiros do Colégio Estadual Sílvio Magalhães Barros, em Maringá.

Cabe salientar que esse pedido foi feito através de requerimento aprovado na Assembléia Legislativa em 31 de outubro de 2006, tendo em vista correspondência da Câmara Municipal de Maringá.

A Vigilância Sanitária esteve no colégio e notificou o Núcleo de Educação de Maringá. Até o momento nada foi feito e os pais das crianças que estudam no colégio estão revoltados.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1811

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da presente Sessão Ordinária, dos documentos referentes ao relatório da Secretaria de Estado da Comunicação Social do Estado do Paraná - Relatório dos Serviços Executados por Tipo de Mídia.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Projeto de Lei Complementar

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 460/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica modificado o parágrafo 1º, do artigo 5º da Lei Complementar nº 108/05, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 5º (...)

§ 1º Permanecendo a necessidade que gerou a contratação na forma da presente lei, os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser prorrogados por quantas vezes forem necessárias, desde que não ultrapasse o limite máximo de 02 (dois) anos fixados pela alínea ‘b’ do inciso IX, do artigo 27, da Constituição Estadual”.

Art. 2º Fica suprimido o inciso II do artigo 14 que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 14. O pessoal contratado nos termos desta lei não poderá receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato.

Parágrafo Único. A inobservância do disposto neste artigo importará em nulidade do contrato sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, mantida a regularidade dos contratos firmados, dos atos praticados e da retribuição pecuniária deles decorrentes, no período em que a redação do artigo 14,

inciso II, da Lei Complementar nº 108/05, ora modificado, encontrava-se *sub judice*.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

A Lei Complementar nº 108/05 foi criada para atender à necessidade temporária e de excepcional interesse público para efetuar contratação de pessoal por tempo determinado.

Esse tipo de contrato tem sido muito utilizado na Secretaria de Estado da Educação para atender situações emergenciais nas contratações de assistente administrativo, auxiliar de serviços gerais, e notadamente, de docentes, para suprir vagas decorrentes de afastamentos para capacitação de licenças legalmente concedidas.

Nos casos de aposentadoria, demissão, exoneração e falecimento de servidor, fatos que geram vacância do cargo, o contrato temporário também é utilizado até que se realize o concurso público para suprimento definitivo da vaga.

Desta forma e tendo em vista a natureza dos serviços prestados pela Secretaria de Estado da Educação, vagas são reiteradamente abertas e os contratos são firmados muitas vezes para substituição a curto prazo, sendo necessária a prorrogação por mais de uma vez até que cesse a situação emergencial que gerou a contratação, o que pela inteligência do artigo 5º, parágrafo 1º não é possível, vez que uma única prorrogação é permitida. Assim, o contrato para substituir docente afastado por curto prazo, está automaticamente impedido de ser contratado novamente, haja vista que com o rompimento de seu contrato, só poderá ser contratado com base na Lei Complementar nº 108/05, após decorridos 24 meses, conforme o disposto no artigo 14, II, Lei Complementar nº 108/05.

Em se tratando de professores, a situação se agrava nos municípios pequenos onde não existe pessoal habilitado disponível para contrato temporário e os impedimentos dispostos no artigo 5º, parágrafo 1º e no artigo 14, inciso II, acarretam mais dificuldade para garantir professores habilitados de forma a assegurar ensino com qualidade.

Impende observar que a Procuradoria Geral do Estado do Paraná interpôs perante o Tribunal de Justiça do Estado, Ação de Arguição de Inconstitucionalidade do artigo 14, inciso II, da Lei Complementar nº 108/05. Por esta razão, durante o período em que o objeto da Ação de Arguição de Inconstitucionalidade estava *sub judice* foram firmados contratos pelo estado do Paraná sem observância da restrição imposta pelo artigo 14, inciso II. Diante do que, faz-se necessária a redação proposta no artigo 3º do referido projeto de lei, de forma a que seja confirmada a regularidade dos contratos realizados no período de julho de 2006 a março de 2007, para que os contratados não sejam prejudicados.

As alterações sugeridas são necessárias de forma a que a lei se preste a finalidade para a qual foi criada, qual seja, contratar pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse

público, a fim de suprir temporariamente a vacância de cargos.

LEI COMPLEMENTAR Nº 108 - 18/05/05
Publicado no Diário Oficial nº 6979 de 19/05/05

SÚMULA:

Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

(...)

Art. 5º As contratações serão feitas por tempo determinado, observando-se os seguintes prazos:

I - seis meses, no caso dos incisos I e II do artigo 2º;

II - doze meses, nos casos dos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII do artigo 2º.

§ 1º Permanecendo a necessidade que gerou a contratação na forma da presente lei, os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser prorrogados por uma única vez e até o prazo previsto no contrato original, desde que não ultrapasse o limite máximo de 2 (dois) anos fixados pela alínea "b" do inciso IX, do artigo 27, da Constituição Estadual.

(...)

Art. 14. O pessoal contratado nos termos desta lei não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser novamente contratado com fundamento nesta lei, antes de decorridos 24 meses do encerramento do contrato anterior.

Parágrafo Único. A inobservância do disposto neste artigo importará em nulidade do contrato sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

(...)

Palácio do Governo em Curitiba, em 18.05.05.

(aa) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

MARIA MARTA RENNEN WEBER LUNARDON

Secretária de Estado da Administração e da Previdência

CAÍTO QUINTANA

Chefe da Casa Civil

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 461/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o Programa Academia da Terceira Idade - ATI, que será executado em todo o estado do Paraná.

Art. 2º São objetivos do programa instituído por esta lei:

I - estimular o disposto no Estatuto do Idoso quanto à preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral e social em condições de plena liberdade e dignidade, através das atividades físicas e lazer para todos os idosos, conforme o previsto no artigo 10, IV da Lei nº 10741, de 1º de outubro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências;

II - contribuir com a integração do idoso junto à sociedade, o Poder Público, assegurando os seus direitos ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Art. 3º Compete ao Poder Executivo, na administração e na gerência do programa Academia da Terceira Idade - ATI, prover junto à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social as condições para a sua execução.

Parágrafo Único. Para efeito de cumprimento do caput deste artigo, o Poder Executivo Estadual poderá firmar convênios com os municípios e com os Conselhos Municipais ou Conselhos Municipais da Assistência Social.

Art. 4º Os convênios serão tripartidos entre o Poder Executivo Estadual, o Município e Conselho Municipal do Idoso ou Conselho Municipal da Assistência Social, visando a execução do Programa Academia da Terceira Idade - ATI.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto visa implantar um programa que venha beneficiar os idosos - com mais de 60 anos - que são beneficiados pela Lei nº 10741, de 01 de outubro de 2003, que implantou o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos associados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

A população brasileira está envelhecendo. Por envelhecimento entende-se o aumento da proporção da população idosa em relação ao total da população brasileira. Esse fato é provocado pela queda da fecundidade e pelo aumento da longevidade das pessoas. O estilo de vida moderna faz com que as famílias tenham um número pequeno de filhos, ocasionando, em decorrência, diminuição dos jovens, em relação ao total da população. O avanço da medicina, por outro lado, permite a longevidade sempre maior para significativa parcela da população.

O Brasil ocupa, hoje, o 6º lugar em população idosa, com mais de 35 milhões de pessoas tendo mais de 60 anos.

O objetivo desta lei é oferecer opções ao estado e à sociedade, trabalhar juntos pela consolidação dos direitos à liberdade, ao respeito e à dignidade da população mais idosa do nosso estado.

Temos a considerar, ainda, que o programa previsto nesta lei - Academia da Terceira Idade - busca implementar ações e projetos que possam oferecer oportunidades da prática do esporte e lazer para os com mais de 60 anos, com atividades que venham dar melhores condições de vida e saúde, usando logradouros públicos e espaços comunitários já existentes e muitas vezes ociosos, os quais, através dos convênios propostos nesta lei, poderão colocar profissionais especializados para aplicar essas atividades aos idosos, auxiliando na prevenção de doenças em forma de custos reduzidos divididos de forma tripartida entre o Poder Público Estadual, o município e o Conselho Municipal do Idoso.

Por essas razões, peço o apoio dos demais Parlamentares para a tramitação e aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 462/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa de Educação Integral - PEI, com o objetivo de prolongar a permanência dos alunos do ensino fundamental nas escolas públicas da rede oficial, de modo a ampliar as possibilidades de aprendizagem, com o enriquecimento do currículo básico, a exploração de temas transversais e a vivência de situações que favoreçam o aprimoramento pessoal, social e cultural.

Parágrafo Único. Compreendem-se por rede oficial as escolas públicas estaduais, municipais e as que recebem subvenções dos Governos Municipal, Estadual ou Federal.

Art. 2º O Programa de Educação Integral tem como objetivos:

I - promover a permanência do educando na escola, assistindo-o integralmente em suas necessidades básicas e educacionais, reforçando o aproveitamento escolar, a auto-estima e o sentimento de pertencimento;

II - intensificar as oportunidades de socialização na escola;

III - proporcionar aos alunos alternativas de ação no campo social, cultural, esportivo e tecnológico;

IV - incentivar a participação da comunidade por meio do engajamento no processo educacional;

V - adequar as atividades educacionais à realidade de cada região, desenvolvendo o espírito empreendedor.

Art. 3º O Programa de Educação Integral prevê o atendimento inicial de escolas da rede pública estadual de ensino fundamental que estejam situadas em regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e nas periferias urbanas.

Parágrafo Único. São critérios para aderir ao projeto:

1 - espaço físico compatível com o número de alunos e salas de aula para funcionamento em tempo integral;

a) as escolas que não dispuserem do espaço referido no item 1 poderão firmar parcerias com entidades públicas ou privadas que lhes poderão oferecer esse espaço;

2 - intenção expressa da comunidade escolar em aderir ao programa, ouvido o Conselho da escola.

Art. 4º O Programa de Educação Integral funcionará em 2 turnos - manhã e tarde, com jornada diária e carga horária a ser definida em resolução da Secretaria de Educação.

Art. 5º A organização curricular do Programa de Educação Integral inclui o currículo básico do ensino fundamental e ações curriculares e extra-curriculares a serem estabelecidas por resolução que serão direcionadas para:

I - orientação de estudos, com ênfase especial no desenvolvimento da leitura e interpretação de textos;

II - atividades artísticas e culturais;

III - atividades desportivas;

IV - atividades de integração social;

V - atividades de enriquecimento curricular do corpo docente e discente;

VI - premiar as escolas, alunos e professores com melhor desempenho.

Art. 6º A Secretaria de Estado da Educação regulamentará a presente lei de forma a assegurar a implementação no prazo de 5 (cinco) anos a partir do ano letivo de 2008.

Art. 7º Os municípios que implementarem o Programa de Educação Integral poderão firmar convênio com a Secretaria de Educação, de modo a disporem de auxílio financeiro, material e pedagógico que lhes será disponibilizado pelo estado nos termos e condições a serem fixados mediante resolução.

Art. 8º Para assegurar o êxito na implementação do programa será criado, por meio de resolução, exame que permita aferir a evolução dos indicadores de qualidade do corpo discente e docente das escolas onde for implantado o Programa de Educação Integral, de modo a estabelecer-se política de prestação de contas nas escolas públicas do Paraná.

Art. 9º Para a execução desta lei a Secretaria de Educação utilizará recursos próprios previstos em orçamento.

Art. 10. Esta lei entra em vigor a partir da sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No desenvolvimento intelectual, afetivo, social e espiritual de crianças e jovens a educação escolar desempenha papel fundamental. Oferecer, portanto, aos estudantes do ensino fundamental a oportunidade de estender o tempo de participação na escola em atividades que ampliem suas possibilidades de aprender, constitui medida indispensável para aperfeiçoar a sociedade em que vivemos.

Sabe-se, demais, que há, atualmente, uma necessidade premente de atender às expectativas da comunidade intra e extra-escolar no sentido de desenvolver políticas públicas de inclusão social que possibilitem às novas gerações acesso à educação de melhor qualidade, que lhes assegurem maior inserção social e igualdade de oportunidades.

Assim, por meio do estabelecimento deste Programa de Desenvolvimento Educacional Integral do Aluno - Educação Integral, será corrigida a inaceitável lacuna existente no atual processo educacional de crianças e jovens, e se estimulará professores e alunos a se aperfeiçoarem por meio dos novos desafios lançados pela interação estabelecida pela educação em tempo integral.

Pelo exposto, apresento o presente projeto de lei e solicito o apoio de meus Pares, porquanto, se aprovado, sancionado e levado a efeito, o presente projeto constituirá ferramenta insubstituível para elevar o processo educacional das crianças, jovens e professores paranaenses a novo patamar de qualidade.

PROJETO DE LEI Nº 463/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Serão agraciados com o título de Emérito Professor, os integrantes do Quadro do Magistério Estadual que, ao se aposentarem, tiverem prestado pelo menos 2/3 (dois terços) do seu tempo de serviço em prol da educação, quer no efetivo exercício do magistério, quer em funções administrativas ligadas à Secretaria Estadual da Educação.

Art. 2º Anualmente, no dia 15 de outubro, dia consagrado ao professor, reunir-se-ão na Assembléia Legislativa, em Sessão Solene, para a outorga dos títulos de que trata esta lei, os integrantes do Quadro do Magistério Estadual que tenham se aposentado no decorrer do perí-

odo anual imediatamente anterior, indicados pelos Deputados Estaduais.

§ 1º Se algum impedimento houver para a realização da Sessão Solene, na data prevista no *caput* deste artigo, esta poderá ser marcada, a critério da Mesa da Assembléia, para uma data próxima do dia comemorativo.

§ 2º A Secretaria Estadual de Educação encaminhará anualmente à Assembléia Legislativa, até o dia 15 de agosto, relação dos integrantes do Quadro do Magistério Estadual que serão agraciados, atendidos os requisitos do artigo 1º desta lei.

§ 3º Cada Deputado Estadual poderá fazer uma indicação, homenageando o professor que represente a sua área de atuação no estado.

§ 4º Os demais professores aposentados, conforme *caput* do artigo 1º, serão homenageados em cerimônia a ser realizada nos núcleos regionais, preferencialmente na semana do dia 15 de outubro.

Art. 3º A primeira outorga do título de que trata esta lei, contemplará os professores aposentados no ano de 2007, que ostentem o requisito do artigo 1º desta lei.

Parágrafo Único. Na Sessão Solene da outorga, os agraciados, de comum acordo, indicarão aquele que os representará para receber simbolicamente, em nome de todos, a honraria, podendo usar da palavra, sendo que a relação completa dos homenageados constará na ata da Sessão Solene.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS

RUI HARA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade reconhecer a importância do trabalho desempenhado pelos profissionais da área da educação da rede pública estadual, pelos membros desta Casa.

Justifica-se o presente projeto de lei como o reconhecimento pelos membros desta Casa ao trabalho desempenhado pelos profissionais da área da educação, da rede pública estadual que tanto contribuem no desenvolvimento e na formação dos nossos jovens.

O Poder Legislativo deve reconhecer a importância do trabalho realizado pelos educadores nas escolas públicas.

Dessa forma esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 464/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Nas operações interestaduais com álcool etílico anidro combustível, promovidas pelo estabeleci-

mento fabricante, ao abrigo da suspensão do pagamento do imposto prevista no convênio ICMS 03/99 e suas alterações, a responsabilidade pelo pagamento do imposto é atribuída ao fornecedor da gasolina “a” ao estabelecimento da distribuidora de combustíveis, adquirente do álcool anidro neste estado, responsável pela mistura dos produtos e pela produção da gasolina “c”.

§ 1º Não sendo o imposto recolhido ao estado do Paraná pelo estabelecimento substituto em razão do descumprimento, por omissão ou falsidade, das obrigações condicionantes à suspensão do pagamento assumidas implicitamente pela distribuidora destinatária de misturar o álcool anidro com a gasolina “a” e de comunicar ao seu fornecedor de gasolina que a mistura desta seria com álcool anidro produzido no Paraná, esse imposto deverá ser exigido da distribuidora adquirente, que deu causa ao inadimplemento da obrigação.

§ 2º A suspensão do pagamento com base no convênio ICMS 03/99 implica na substituição tributária do fabricante paranaense, excluindo-o de qualquer responsabilidade pelo pagamento do imposto, que em razão da substituição não pode ser cobrado do destinatário por não ser ele o causador da inadimplência.

Art. 2º Ficam cancelados os créditos tributários objeto de lançamento de ofício decorrente da atribuição da responsabilidade ao industrial fabricante do álcool etílico anidro combustível promotor da operação interestadual.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei justifica-se pelas seguintes razões.

O estado do Paraná, implementou o regime tributário do ICMS nas operações com álcool etílico anidro combustível, determinando a suspensão do imposto incidente nas saídas com destino à distribuidora de combustíveis, neste e outros estados, instituindo-se para o caso, sem dúvida, regime da substituição tributária.

No primeiro momento, esta implementação deu-se conforme o estabelecido no Convênio ICMS 03/99, com o que retirou o imposto da obrigação da usina produtora, elegendo a Refinaria de Petróleo, fornecedora da gasolina “a” como contribuinte substituto, e, no caso da distribuidora adquirente deixar de prestar as informações para viabilizar o recolhimento, esta seria a responsável, conforme se vê dos seguintes dispositivos incluídos no Regulamento do ICMS (RICMS).

Art. 85. *Há suspensão do pagamento do imposto (artigo 19 da Lei nº 11580/96):*

XII - na saída interestadual de álcool etílico anidro combustível destinada a distribuidora de combustíveis (Convênios ICMS 03/99, 72/99, 85/99 e 81/00).

(...)

Art. 466 *O disposto nos artigos 459 e 461 não exclui a responsabilidade do TRR, da distribuidora de combustíveis ou do importador pela omissão ou pela apresentação de informações falsas ou inexatas, podendo ser exigido diretamente do estabelecimento responsável pela omissão ou pelas informações falsas ou inexatas, podendo ser exigido diretamente do estabelecimento responsável pela omissão ou pelas informações falsas ou inexatas o imposto devido a partir da operação por eles realizada até a última, a seus respectivos acréscimos (Convênio ICMS 59/02).*

Contudo, em 30 de abril de 2002, pelo Decreto nº 5621, o Poder Executivo fez incluir no Regulamento do ICMS, o parágrafo 10 ao artigo 85, atribuindo à usina produtora remetente uma espécie de obrigação solidária no caso de inadimplemento do imposto pelo substituto ou responsável. *In verbis:*

§ 10. Caso não ocorra o pagamento na forma prevista no parágrafo anterior, será exigido do remetente paranaense o tributo correspondente.

(Alteração 37ª do Decreto 5621/02)

Com isso, a laboriosa fiscalização da Receita Estadual vem lavrando Autos de Infrações incluindo as usinas como solidárias das distribuidoras adquirentes em relação aos deveres por estas não observados. Acontece que este empenho de fazer retornar a responsabilidade tributária à usina remetente não encontra apoio jurídico e nem sequer mostra-se razoável.

O estado é que estabeleceu o regime de suspensão, transferindo a responsabilidade do imposto a terceiros, restando à usina produtora cumprir a legislação e não debitar o ICMS nas saídas com destino à distribuidora de combustíveis.

Na hipótese da distribuidora destinatária deixar de cumprir alguma obrigação, e por conta disso a refinaria não tiver elementos para proceder ao recolhimento do imposto, a usina remetente não pode ser chamada à responsabilidade, especialmente porque não cometeu e nem participou de qualquer irregularidade, inexistindo a obrigação legal e mesmo condições de fiscalizar o cumprimento ou não das obrigações tributárias de terceiros.

O estado pode e deve tomar as medidas legalmente cabíveis no sentido de cobrar o tributo, mas do contribuinte responsável pela falta de recolhimento.

É oportuno ainda anotar que o ICMS é um tributo indireto que integra o valor da operação. Não havendo o débito, o seu valor deixou de ser cobrado no preço da venda, em atendimento aos comandos da legislação, significando graves e irreparáveis prejuízos às usinas produtoras de álcool no Paraná, caso venham a ser compelidas ao pagamento de tributo, multas e juros, cujas obrigação, repita-se, foi retirada do remetente paranaense e atribuída a terceiros.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 465/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Jeroslau Pauliki.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

Jeroslau Pauliki nasceu no município de Arapoti, em nosso estado, viveu toda a sua infância e parte da adolescência naquela cidade. Vindo de um lar pobre, seu sonho era ser auxiliar de escritório, foi vendedor de verdura, barbeiro, cobrador de ônibus e auxiliar de oficina mecânica.

Aos 18 anos, quando seu pai se aposentou, surgiu a grande oportunidade: mudar-se para Ponta Grossa. Com o seu primeiro trabalho na oficina mecânica, conseguiu fazer o curso de datilografia e redação comercial, e quase perdeu o primeiro emprego por não saber usar papel carbono.

A oportunidade de abrir uma empresa surgiu quando cursava a faculdade de Economia em Ponta Grossa, já estava com 34 anos, casado e com filhos. Jeroslau e seu sócio possuíam como patrimônio inicial, uma Brasília amarela e um imóvel, que foram vendidos para comprar um caminhão que seria utilizado em suas atividades em 1978, quando fundaram a Loja Mercadomóveis, com o intuito de atender o público consumidor do bairro Ronda. Nos primeiros 15 anos os sócios abriram 09 lojas e tinham os públicos C e D como principais clientes, porque vendiam móveis simples e ofereciam crédito a quem não conseguia comprar a prazo em outros lugares.

Depois disso, os 2 sócios fizeram um acerto e o negócio ficou com Jeroslau, que já contava com a sua família como seus dedicados colaboradores da rede. Com a implantação do Projeto Engrenagem, surgiram novos desafios para a empresa e para seus funcionários. O mix da empresa cresceu, vendendo, além de móveis, eletrodomésticos, brinquedos e celulares.

Atualmente a rede conta com 75 lojas, 1200 funcionários, faturamento previsto de R\$ 200 milhões para 2007, devendo chegar a 100 pontos de vendas em 2008, quando completará 30 anos de fundação.

O espírito empreendedor de um homem simples, vindo de uma família de origem humilde, enaltece a garra e a perseverança do cidadão paranaense, e Jeroslau e sua família, através de sua história de vitória e sua contribuição na geração de empregos proporcionada pela sua rede de lojas em nosso estado, o credenciam para receber esta justa homenagem desta Casa de Leis.

Solicito aos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, a aprovação do presente projeto de lei que concede

o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Jeroslau Pauliki.

PROJETO DE LEI Nº 466/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam os jornais editados no estado do Paraná que publiquem colunas de classificados com anúncios de acompanhantes, saunas, massagistas e profissionais do sexo, obrigados a publicar, na mesma página dos anúncios, a seguinte advertência: "Exploração sexual de crianças e adolescentes é crime. Disque: 100".

Parágrafo Único. A advertência de que trata o *caput* deve ser publicada sempre na mesma edição em que constarem anúncios desta natureza, com destaque, em letras versais em negrito, e deve ocupar espaço mínimo de 10 cm (dez centímetros) por 10 cm (dez centímetros).

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

Um fato que é incontestável é que a rede de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil continua sem solução. Este é um daqueles temas que se houve muito mas sabe-se pouco. Não é por menos que é problema que vem preocupando, não só o Governo brasileiro, mas também do mundo inteiro.

Como toda atividade clandestina, a exploração sexual de crianças e adolescentes sempre foi abafada. Na visão da grande maioria das pessoas, não só dos leigos como também dos instruídos, acreditam que os principais clientes que procuram pelos serviços dos menores são os turistas estrangeiros, que vêm para o país e se encantam com as mulheres seminuas que encontram nas praias e, por que não, nas ruas. No entanto, o trabalho da polícia mostra que a maioria dos clientes são brasileiros de todas as classes.

Já do outro lado, prova-se que as meninas são pobres e que moram em uma total miséria na periferia dos grandes centros.

Algumas vezes a própria mãe não sabe o que acontece ao seu redor, acreditando que sua filha possa estar trabalhando em algum lugar decente e não tem a mínima idéia do que ela possa estar fazendo.

Assim, as crianças e adolescentes vítimas da prostituição passam a apresentar numerosos transtornos orgânicos e psíquicos, como por exemplo, baixa auto-estima, fadiga, confusão de identidade, ansiedade generalizada,

medo de morrer, furtos, uso de drogas, doenças venéreas e atraso de desenvolvimento.

Além da degradação moral de toda espécie humana, a onda de pedofilia está contribuindo para criar uma geração precoce de portadores do vírus da AIDS, já que as crianças, mais frágeis fisicamente, estão propensas a sofrer ferimentos durante o ato, o que facilita a infecção. Adicionando à posição de inferioridade, que não os dá direito de exigir do parceiro o uso de preservativos.

Este projeto busca coibir que tal prática seja livremente anunciada pelos jornais de nosso estado. A indicação de que tal prática se configura crime e o anúncio do telefone do disque-denúncia (disque 100) possibilitarão que denúncias sejam efetuadas e que os próprios jornais que se prestam a tal tipo de divulgação cumpram também o dever de alertar a população.

Diante da relevância da matéria e o alcance social da medida, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto ora apresentados.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Pequeno Expediente.

A Mesa consulta o Deputado Marcelo Rangel se irá usar o horário do Pequeno Expediente ou do Grande Expediente.

Usando do horário do Grande Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Marcelo Rangel, por 30 minutos.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Começo meu pronunciamento nesta tarde de segunda-feira praticamente terminando a contagem regressiva que comecei no dia 27 de abril. Faltam exatamente 3 dias para terminar o prazo para o Governo do Estado implantar 38 novos leitos de UTI em Ponta Grossa, como foi prometido pelo Sr. Secretário de Estado diante de câmaras de TVs, jornais e emissoras de rádio há 57 dias atrás. Como até hoje não foi implantado nenhum novo leito de UTI em Ponta Grossa, acho que muita gente vai precisar fazer hora extra nesses últimos 3 dias se não quiserem ficar com cara de pastel na quarta-feira.

Srs. Deputados, utilizo esta tribuna por outro motivo, para dizer da minha indignação e da minha revolta para todos os paranaenses. E vou direto ao assunto: na última quinta-feira, Srs. Deputados, a Secretaria da Comunicação do Paraná comprou na primeira página do jornal Diário dos Campos, em Ponta Grossa, espaço para emitir uma nota oficial, gastou dinheiro público para emitir uma nota oficial com os seguintes dizeres - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de chamar a atenção de todos - a nota diz o seguinte: "Para

evitar distorções comunicamos que as Rádios Mundial FM e Rádio Central AM de Ponta Grossa, hoje de propriedade da família do Deputado Marcelo Rangel, receberam do Governo Jaime Lerner, de 1995 a 2002, a título de propaganda, em valores corrigidos, a importância de R\$ 1 milhão, 141 mil, 863". Assina, está aqui a assinatura, Secretaria de Estado da Comunicação Social do Governo do Paraná, uma nota oficial paga no jornal Diário dos Campos na primeira página. Esta nota, segundo valores de tabela dos jornais da minha cidade, custa em torno de R\$ 5 a R\$ 10 mil, esta nota é criminosa, não teve propósito nenhum de informar nada do Governo; não foi para dizer que viriam as UTIs; não foi para falar, Deputado Romanelli, sobre avanços na segurança; não foi para falar sobre desligamento de luz; enfim, uma nota comprada com um único fim: perseguir, caluniar e difamar. Isso é crime!

Utilizar dinheiro público, dinheiro dos paranaenses para fazer perseguição política é crime, senhoras e senhores! Seria crime se fosse verdade a nota publicada no jornal, mas a nota vai mais além, é mentirosa! Afirmando com todas as letras que o responsável pela Secretaria da Comunicação Social, Sr. Airton Pissetti, é um mentiroso! Desde o primeiro dia, quando fiz o pedido, nesta Casa, para receber as informações sobre os gastos do Governo em propaganda, senhoras e senhores, a minha vida inteira foi vasculhada. A minha família foi monitorada, dia após dia, Deputado Ribas Carli Júnior. A central de informações do Governo foi acionada para tentar me denegrir, para tentar me pressionar a não continuar a investigar essa Secretaria.

Vocês não me conheciam e, agora, estão me conhecendo aos poucos, mas caíram do cavalo. Tudo que encontraram foi uma foto minha com os meus irmãos indo a uma festa à fantasia, foto que tenho muito orgulho e está em um porta-retratos na minha casa. Vocês não encontraram mais nada e foram forçados a mentir, descaradamente, para tentar me atingir. Isso é demonstração de baixo nível da política, de ódio e perseguição. Talvez, Deputado Rossoni, se eu tivesse recebido o relatório do Tribunal de Contas e tivesse colocado na gaveta; se eu visse toda aquela sujeira e ficasse quieto; eu não estaria passando por isso, hoje, mas eu tenho moral, não sou frouxo!

Eu vi as maracutaías, Sr. Presidente. Eu não devo nada para vocês. Não devo para vocês e para ninguém. Eu não iria me calar nunca.

Pois bem, o Secretário da Comunicação Social tentou me denegrir com essa nota covarde e mentirosa paga com o dinheiro de cada cidadão paranaense, mas acho que o tiro foi no pé e o Sr. Airton Pissetti, fez a sua cama! O senhor fez a sua cama!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados

Eu fiz 51 mil 868 votos e só existe uma coisa mais importante do que este meu mandato aqui, só uma coisa: a minha família! O Sr. Secretário Airton Pissetti fez uma senhora de quase 60 anos ficar a madrugada toda bus-

cando as notas da época do Jaime Lerner e eu nunca vou me esquecer disso! Nunca vou esquecer! Pois bem, eu consegui todas as notas, Deputado Rossoni, nota por nota daquela época. Tenho certeza absoluta que o Sr. Secretário da Comunicação Social vai pagar caro pela mentira.

Tenho documentos comprovando que tudo que o Governo investia naquela época em mídia oficial, precisava de comprovação do IBOPE. Está aqui. As planilhas da época, da minha estação que era 1º lugar em audiência. Todas as planilhas estão aqui. E as mídias daquela época, eram comunicados de desligamento de luz, campanha de vacinação, campanhas da SANEPAR. E para isto, Srs. Deputados, na emissora que atinge mais de 30 municípios, e é líder em audiência, foram investidos o equivalente a 2 salários-mínimos e meio por mês. Dito isso, chegou o momento da verdade. Essa é a parte mais importante do meu pronunciamento:

Eu, Marcelo Rangel, desafio o Sr. Secretário da Comunicação: se o senhor provar que eu recebi esse valor que está na nota da primeira página do jornal Diário dos Campos, R\$ 1 milhão, 141 mil, 863, se o senhor provar que eu recebi essa importância, deixo o meu cargo e renuncio o mandato.

Mas, Sr. Secretário, vamos fazer o seguinte: vamos fazer um acordo de homem para homem. Vamos ao cartório aqui da Mateus Leme. Eu ando duas quadras, o senhor anda uma quadra. Vamos ao cartório da Mateus Leme e de homem para homem, quero ver se o senhor tem coragem. E olhe que é bem simples provar, ele é Secretário da Comunicação. É só pedir os PADVs daquela época e bater com o Tribunal de Contas que está na mão do Deputado Jocelito, inclusive. Quero ver se batem os PADVs com o Tribunal de Contas, com as notas que tenho, uma por uma.

Se o senhor não provar, Secretário, quero a sua renúncia. O senhor é que vai para a rua. E como você não tem 1 voto sequer, para não dizer tem 1 voto, sim, do seu chefe, o Governador também tem de renunciar.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado, se pudesse me conceder um aparte?

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Deputado Romanelli, gostaria de conceder um aparte para V. Exa., porque por muitas vezes eu entrei em rota de colisão com V. Exa., não vou conceder aparte hoje, somente na quarta-feira quando vencer o prazo das UTIs em Ponta Grossa, porque o senhor é fiador, juntamente com o Secretário da Saúde. O senhor foi a Ponta Grossa e normalmente quem não paga as dívidas, o avalista paga. Então, gostaria de conversar com o senhor na quarta-feira.

Quero ver se o Governador tem confiança nesse Secretário.

E outra coisa, Deputado Rossoni, quero ver o Secretário falsificar os PADVs. Ele pode até mexer nos PADVs do Governo Jaime Lerner. Quero ver se bate com

o Tribunal de Contas. E quero ver se bate com as notinhas que a minha mãe, a dona Maria Luiza, passou a madrugada pegando todas, nota por nota.

Então, faço esse desafio. Ou saio eu ou sai o senhor. E sai o Governador também, porque ele tem voto e é seu chefe. Quero ver se ele tem confiança. Aliás, quero dizer, falar sobre a desorganização dessa Secretaria.

Senhoras e senhores, jornalistas, olhe o que o Secretário mandou para todos os Deputados na semana passada: o nome da minha estação de rádio - da outra rádio da época em que Jaime Lerner nem imaginava que um dia passaria pelas mãos da minha família, em 2005. O Secretário não tem noção dos números nem do Governo Requião, nem os números dele ele não sabe, quem dirá os números do Jaime Lerner - colocaram na nota: "Rádio Mundial em 2005 - 75 mil 390 por ano." Está aqui, os Srs. jornalistas têm. Página 139 do Tribunal de Contas - Tribunal de Contas, Mundial FM 33607. Ele mentiu do Governo Requião.

Eu que propus a criação da Comissão de Investigação, estou analisando as contas, investigando esse sujeito. Ele teve a coragem, a pachorra de mentir sobre os números do Governo dele. No dia que foi publicada a nota oficial, o proprietário do jornal de Ponta Grossa esteve no meu escritório dizendo saber que se tratava de mentira, que não concordava que o dinheiro público fosse usado para perseguição. Mas também disse: "Rangel, não se preocupe, porque fazendo os cálculos dá em torno R\$ 7 mil e 500 por mês. E qualquer anunciante de sua emissora paga mais do que isso, não fique estressado." Disse a ele: podia ser R\$ 50, podia ser um garrafão de vinho, mas não venha colocar o dedo na minha cara para dizer o que eu não recebi. Isso me tirou do sério Srs. Deputados, porque é a minha vida, a minha história, a minha família. Não estou aqui por acaso, não queiram me colocar no balaio.

Vou descobrir quanto o Governo pagou para o jornal de Ponta Grossa para colocar a nota na primeira página. Estou entrando na Justiça com uma ação pública, pedindo ressarcimento do erário público de todas as sanções previstas em lei para o responsável, nesse caso o Sr. Secretário da Comunicação. E ainda ação por danos morais, calúnia, difamação, injúria. Mas, o que é uma ação para o Governo? Vocês acham que eles não sabiam que eu iria entrar na Justiça? Claro que ele sabia! Uma ação é 20, 30 mil, 50 mil, o que é 50 mil para o Governo do Estado, para a Secretaria que fez 150 milhões? uma verdadeira festa, uma zorra!

Mesmo assim vou entrar na justiça. Quando o Governo se sente acuado pelas denúncias, quando sabe que deve para a população, parte para a retaliação, baixa e mentirosa, utilizando artifícios rasteiros como notas oficiais pagas, comerciais na TV Educativa, vocês estão acompanhando que é do povo, não é do Governo, é do povo. Quero saber se a TV Educativa vai deixar eu falar no ar que vocês prometeram para o povo leitos de UTI e não cumpriram, que as pessoas estão morrendo por falta

de remédios. Quero ver se eles vão falar dos escândalos de corrupção.

Estou terminando o meu pronunciamento e queria dizer o seguinte: Sr. Secretário, não conheço você pessoalmente nunca falei com esse Secretário. Não o conheço pessoalmente, se ele passar aqui não sei quem é, mas em 2004 o Secretário ligou na minha estação de rádio, da minha família, e falou assim no ar para o meu irmão que estava apresentando o programa: “Vocês são o grande exemplo de honestidade e seriedade na mídia do Estado do Paraná”. Eu tenho isso gravado e inclusive tem um Deputado que tem um CD com isso aí. Vocês são honestos e sérios. O mesmo sujeito. Vejam como é a vida! Esse sujeito agora está sendo investigado por mim e pelos nobres Deputados por uma Comissão Especial de Investigação.

Concedo a palavra ao Deputado Rossoni.

Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Rangel, gostaria de merecer a atenção do Presidente da Casa.

Deputado Nelson Justus, talvez o som não tenha colaborado muito e alguns Parlamentares não devem ter percebido a gravidade do que está acontecendo. O que aconteceu com o Deputado Rangel na semana que passou, aconteceu comigo também. Fazia 60 dias que eu não ia a União da Vitória e chegando lá, o que me espanta?

Chego em uma rádio de um amigo meu e ele joga na minha frente uma lista de pagamentos colocando uma rádio na qual sou sócio, que essa rádio tinha recebido 2 milhões e 100. Essa carta circulou por União da Vitória e região. Origem: Secretaria da Comunicação do Estado do Paraná.

Não quero falar do Secretário, quero falar do canalha que está instalado dentro do Palácio Iguaçu fazendo um serviço sujo, um serviço porco, um serviço de um homem que não merece exercer a função que está exercendo. Sr. Presidente, esse homem será convocado. Temos que trazê-lo aqui, porque um homem que usa o dinheiro público para difamar as pessoas, o que eles fizeram com o Deputado Rangel por causa da CEI eles fizeram comigo, porque todo dia estou desafiando o Secretário da Comunicação. Então, ele tem que vir a esta Casa prestar contas, porque fui na rádio e pedi ao Diretor da rádio que fizesse um levantamento e o contador fez o levantamento: 100 mil reais do governo Jaime Lerner. O que acontece, Sr. Presidente?

Acredito que agora ele não quer mais mexer com os vivos, ele quer mexer com os mortos, porque agora ele terá que vir a esta Casa e vou entrar com o requerimento e se V. Exa. apoiar e meus Pares apoiarem, ele terá que vir dizer aqui onde foram a 2 milhões e cem que ele diz que é da minha rádio. Deputado Nelson Justus, sou sócio de uma rádio de União da Vitória que tem 8 sócios. Fazia 2 anos que não ia a essa rádio e aí esse canalha de plantão do Palácio Iguaçu tem a coragem de distribuir nota através da imprensa mentindo valores. Uma outra coisa:

quem é esse cidadão para encaminhar para o meu gabinete os gastos do Governo Jaime Lerner?

Os gastos do Governo Jaime Lerner já recebi mil vezes no meu gabinete, os gastos do Governo Jaime Lerner já saíram em todos os jornais do Paraná. O que não podemos é que, sob um suposto roubo no Governo anterior, que outro ladrão fique instalado dentro do Palácio Iguaçu.

Por essa razão, Sr. Presidente, não é mais a CEI. Não podemos incorrer em erro de CEI. A questão é CPI, a questão é convocação, a questão é respeito, a questão é dignidade. Ou esta Casa se impõe ou esse canalha de plantão do Palácio Iguaçu vai ficar aqui, porque ele não tem o que fazer, porque o Governador, por não confiar nele, tomou todo o dinheiro dele, ele não tem dinheiro na Comunicação, ele está lá de plantão para tentar esconder o assalto ao erário público das comunicações do seu Governo e por esta razão ele fica plantando notícia.

Então, eu também fui vítima, Sr. Presidente, e eu não quero aqui tomar nenhuma decisão precipitada, mas este cidadão terá que prestar contas na minha casa.

E quero fazer mais um pedido: que esse cidadão não mande para o meu gabinete nenhuma correspondência, porque ele não é digno de se comunicar comigo, porque para quem foge desta Casa há mais de 4 anos, não quero receber correspondência dele porque como ele mentiu no caso do Rangel, como ele mentiu no meu caso, ele deve ter mentido em outros casos, que não falaram aqui ainda, mas devem falar, eu não quero receber correspondência de canalha que ganha do erário público para fazer este papel.

Sr. Presidente, me desculpe as palavras pesadas, mas não é possível que este cidadão venha querer intimidar-nos, porque ele não vai me intimidar, Deputado Rangel, não vai, Deputado Plauto, não vai. Muitos Deputados aqui não serão intimidados com notinhas em jornais feitas pela Secretaria da Comunicação.

Deixo aqui o meu desabafo. Eu iria tratar deste assunto amanhã, Deputado Rangel, mas eu também fui vítima desse cidadão e desse canalha de plantão, fugitivo da Assembléia Legislativa, não presta conta do dinheiro público que gastou, ele tenta intimidá-lo e tenta intimidar a todos. Eu não vou me intimidar. Eu não mais concordo com a CEI. Eu quero CPI, quero convocação, quero ver esse cidadão aqui honrar o que ele escreveu, porque não é possível persistir este estado de coisas.

Tenho certeza que V. Exa. não concorda com isto, tenho certeza que os Srs. Parlamentares, mesmo do Governo, não concordam com isto, porque isto eu não lembro de ter acontecido nos piores Governos que o Paraná já teve, na avaliação dos seus opositores.

Muito obrigado, desculpem a minha exaltação, mas eu também passei a última semana com uma vontade de conversar cara a cara com o Airtton Pissetti, porque ele terá muito a nos explicar e só um covarde da qualidade dele é que pode ter atitudes como esta, porque se ele tem algo a denunciar que vá ao Ministério Público, que venha

a esta Casa, denuncie, mas não ameace, porque a ameaça é a forma de esconder o que ele fez de errado dentro da Secretaria da Comunicação.

Obrigado e desculpem minhas palavras.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Parabéns pela coragem, Deputado.

O Sr. Plauto Miró (Democratas)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Nobre Deputado, quero aqui ser solidário a V. Exa. Isto que está acontecendo neste momento com o senhor, com a emissora de rádio da sua família, aconteceu comigo no ano de 2004, aconteceu comigo no ano de 2006, quando na cidade de Ponta Grossa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Secretário da Comunicação Social tem alguma diferença com alguém e a primeira coisa que ele faz, e aconteceu comigo, ele pagou alguns meios de comunicação na cidade para divulgar também uma lista de verba publicitária que foi encaminhada a alguns meios de comunicação de Ponta Grossa, uma lista mentirosa. Ele pagou também, Sr. Presidente, com dinheiro público, alguns meios de comunicação.

Eu sei o que o senhor está vivendo neste momento, sou solidário e concordo, Sr. Presidente, o Pissetti tem que sentar na cadeirinha, olho no olho, porque é interessante, cada vez que a Assembléia está para investigar algumas irregularidade do Governo do Estado, diretamente eles saem inventando e procurando algo do passado para atirar, sendo que o Deputado Marcelo Rangel nem fez parte de Governo anterior - ele é um empresário, um comunicador, proprietário de uma emissora de rádio na cidade de Ponta Grossa, mas o foco do Governo Requião é quando apertam, quando eles estão acuados, eles saem atirando para algum lado para tentar mudar o foco que a mídia, que a imprensa está dando.

Então, sou solidário, estamos juntos e acredito que o Pissetti tem que sentar na cadeirinha e olho no olho. Aqui vamos contar aquilo que realmente aconteceu.

Obrigado.

Passa a suar o horário da Liderança do PPS

O SR. MARCELO RANGEL

Uso a Liderança do PPS, só para terminar este pronunciamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. A Assembléia Legislativa do Paraná aprovou pelo soberano Plenário, há quase 1 mês, a abertura da Comissão Especial de Investigação, mas até hoje não tivemos mais respostas sobre a abertura da CEI. Depois disso que aconteceu na última semana, chegou o grande momento, Sr. Presidente. Todos, aqui, sabem o quanto tenho apreço e respeito por V. Exa., Sr. Presidente. Mas vamos colocar tudo em pratos limpos, vamos deixar tudo às claras. Não adi-

anta esconder para a imprensa, para o povo do Paraná que existe pressão do Executivo para o esfriamento da CEI e principalmente porque historicamente quem pede a abertura de uma comissão fica com a presidência. Isso é histórico, é só pegar os Anais da Casa. Mas se é assim, Sr. Presidente, prestem atenção no que eu vou dizer neste momento: se é assim, Sr. Presidente, como Líder do PPS e por me achar nesse momento impedido pelo fato de já estar convencido das maracutaias, das irregularidades e por querer que os responsáveis vão para a cadeia - esse era o meu sonho: ver os responsáveis por tudo isso na cadeia - eu abro mão, abro mão da vaga do PPS na CEI. Se é isso que está emperrando a Comissão Especial de Investigação, não há problema, eu largo, eu abro mão, mas peço encarecidamente que um amigo, não um Deputado, um amigo de V. Exa. - e o senhor sabe que desde o primeiro momento eu estive com o senhor, desde o primeiro momento quando o senhor falou para mim que seria candidato à presidência eu falei: está Casa merece o senhor como Presidente, pela pessoa prova que o senhor é - peço como cidadão paranaense: instale essa Comissão Especial de Investigação em 48 horas, Sr. Presidente.

Por isso que fiz aqui um documento, uma questão de ordem e estou enviando ao senhor, a V. Exa. e à Mesa Executiva. Isso é um pedido de um cidadão paranaense. Um cidadão que quando chega ali na sala de imprensa, todo mundo questiona: "E aí Deputado, o senhor está cobrando da Mesa Executiva? Está cobrando da Presidência?" Sim, eu cobro todos os dias. Mas acho que isso é a prova maior de que precisamos ir a fundo, Sr. Presidente.

E outra coisa, confio nos Deputados que irão me substituir na Comissão Especial de Investigação, que é o Deputado Reni Pereira, que é homem sério e tenho certeza absoluta que ele vai fazer um bom trabalho na Comissão, ele é do PSB. E no Deputado Duílio Genari, do alto dos seus 70 anos, tenho certeza, Duílio, que estarei bem representado na Comissão Especial de Investigação, que é representante do PP.

Se é esse o empecilho, se o empecilho é o PPS participar da comissão, eu não participo, mas o senhor instale em 48 horas.

Para terminar, Sr. Secretário da Comunicação, a tua Secretária é uma vergonha, Sr. Secretário, um câncer para o Paraná, os teu gestos são lamentáveis! E não é para rir não! Não é para rir, porque milhares de paranaenses não estão rindo de tudo que está acontecendo! A sua arrogância com os meios de comunicação é uma estupidez. Até hoje não vi nenhum Deputado, aqui na Assembléia Legislativa, nem da Situação, nem do PMDB, nem do PT, não vi nenhum Deputado defendê-lo. Aliás, Srs. Deputados, nunca vi ninguém falar bem desse sujeito. Só para vocês terem uma idéia, para concluir, eu nem sabia...

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Rangel, V. Exa. não estava aqui na legislatura anterior. Esse mesmo Secretário foi acusado por um

outro Secretário do Governo. Ele cobrava propina para dar dinheiro para as rádios. Quer dizer, é acusação de Secretário para Secretário, este é o “propinoduto”. Esse é o homem que cuida da Secretaria da Comunicação.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

É, Deputado Rossoni, tem mensalão aí no meio também.

Deputado Strapasson, deixe eu contar uma coisa para o senhor. Não sei se o senhor tem ciência, mas esse Secretário da Comunicação, eu fiquei sabendo disso dias atrás, recebeu o maior título, o pior título que um cidadão pode receber numa cidade, o título de *persona non grata*, em Ponta Grossa. O senhor sabia disso, Presidente? Ele é *persona non grata* e recebeu moção de repúdio na Câmara Municipal de Ponta Grossa. Eu não consigo entender como é que pode o Governador Roberto Requião ter esse Secretário ao seu lado. Isso eu não consigo entender. Isso ninguém consegue colocar na minha cabeça.

Para finalizar, a última frase: o meu pai, quando eu era um garoto novo, dizia: “Bandido não tem medo de outro bandido, bandido não tem receio de outro bandido, mas treme e se dá mal quando encontra uma pessoa de família pela frente”. Eu estou na sua frente, Secretário.

Horário das Lideranças

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, concedo a palavra ao PTB.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vou usar da Liderança do PTB, hoje, para fazer uma prestação de contas referente a esse mesmo tema que o Deputado Marcelo Rangel trata, que é a comunicação.

Estou surpreso, Sr. Presidente. Acho que há algo que está sendo organizado e é muito grave o que eu vou falar aqui. Reunindo os Poderes, alguma coisa está acontecendo. Recentemente o Ministério Público deu uma entrevista, forneceu dados, dizendo que havia contratações ilegais no Tribunal de Contas. Duzentos e cinquenta mil por mês e tem uma relação de pessoas que foram promovidas sem ter direito à promoção, o que é crime previsto em lei. Em resposta, o Ministério Público teve as suas contas rejeitadas. Segundo o Tribunal de Contas, as contas do Ministério Público de 2006 vão ser rejeitadas.

Sr. Presidente, recebi um pedido de informação dos 8 anos da publicidade do Governo Jaime Lerner, atra-

vés do Tribunal de Contas. Não foram os 8, foram os 7. Segundo o Tribunal de Contas, ainda não veio a prestação de contas de 2002 do Governo Lerner. Não veio nessa prestação de contas, não sei porquê. Segundo eles, porque não foi analisada ainda. Estou com esse documento aqui e fiquei um pouco preocupado, porque peguei o requerimento do Deputado Marcelo Rangel e o meu, para fazer uma análise. Qual é a diferença dos 2 requerimentos? Nenhum. O Marcelo Rangel pede as contas do Governo Requião, publicidade de 2006. Qual o teor do requerimento? Solicita relatórios de gastos do Governo do Estado, em publicidade, no ano de 2006, com rádios, jornais, emissoras de televisão, revistas e agências de publicidade.

O meu requerimento solicita relatório de gastos do Governo do Estado em publicidade, com emissoras de rádios, jornais, emissoras de televisão, revistas, agências de publicidades, ano a ano.

Não estou entendendo mais nada. Para o Deputado Marcelo Rangel o Tribunal de Contas mandou dado por dado, rádio por rádio, mandou discriminado quem recebeu o dinheiro. Do Governo Lerner, acabo de receber aqui, não diz quem recebeu o dinheiro com rádios. É diferente do que recebeu o Deputado Marcelo Rangel, referente ao Governo do Governador Requião. Não sei se alguém está protegendo alguém.

O Tribunal de Contas do Paraná não mandou o mesmo relatório. Está aqui os requerimentos são os mesmos, até porque fiz igual ao do Deputado Marcelo Rangel, é uma cópia.

Eles me mandaram aqui, Sr. Presidente, sem nada, só ano por ano, não discrimina quem recebeu as verbas. Por que 2 pesos e duas medidas? Por que não contar quem recebeu, como mandaram ao Deputado Marcelo Rangel? Lá atrás, Deputado Romanelli, vimos que o Deputado Marcelo Rangel pediu somente 2006. O nosso Conselheiro Guimarães mandou junto de 2005. Perguntando sobre isso, ele disse que foi uma gentileza.

Sr. Presidente, estão brincando com esta Casa. Eles mandaram o mesmo procedimento e não mandam quem pegou o dinheiro do Sr. Jaime Lerner. Por que tem alguma coisa para esconder do Governo Lerner? Não querem mostrar quem recebeu o dinheiro?

Estão aqui os relatórios. Deputado Marcelo Rangel, os números não são diferentes do que o Secretário Pissetti anda anunciando. Os números que recebi falta o mês de 2002. Até 2001, o Governo do Estado, através do Tribunal de Contas, anuncia que foram gastos 538 milhões, em publicidade. O Pissetti mandou para cá o relatório que acabei de receber, que fala em 650 milhões. Têm uma diferença de 189 milhões, que acredito que deva ser o ano de 2002 que não veio o relatório para cá.

Então, os números que o Secretário Pissetti manda a esta Casa, Deputado Rossoni, não são diferentes do que o Tribunal de Contas manda. Mas, o Tribunal de Contas me assustou aqui, quando diz que não tem ainda os dados referentes a 2002. Manda aqui: 1995/32 milhões, 1996/

73 milhões, 1997/116 milhões, 1998/134 milhões, 1999/39 milhões, 2000/66 milhões, 2001/75 milhões. Termina dizendo o seguinte: Cabe ressaltar que os protocolos acima mencionados fazem parte das prestações de contas do Governo do Estado, que já foram encaminhadas para a apreciação de julgamento desta augusta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, não analisamos as contas ainda de 2002, do Lerner? Por quê? Por que não veio de 2002, do Lerner? Não está aqui, o documento não traz. Supreendo-me porque queria comprarar, Deputado Marcelo Rangel, os dados que V. Exa reclama que não recebeu, mas o Tribunal de Contas não mandou. O Tribunal de Contas não discriminou, sabe por quê? Porque lá está o Sr. Lechinski, hoje é um alto funcionário do Tribunal de Contas. Era um homem que mandava o dinheiro aqui. Não veio discriminado, porque manda de um jeito para um e de outro jeito para outro. O que está escondido atrás disso aqui também? Mas também o Tribunal de Contas precisa mostrar publicidade, da mesma forma que veio dos anos anteriores, porque até agora não dá para ver, comparar os números, porque não veio discriminado. E porque não veio discriminado? É uma boa pergunta que vou fazer, mais um requerimento para pedir ao Tribunal. Está aqui um recibo do Secretário Pissetti dizendo que esses são os números, mas o Tribunal de Contas não manda discriminado, não manda dado por dado, manda apenas genérico. Diz que gastou em 2 mil e tanto, mas não diz onde gastou.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)

V. Exa. fez um pedido: “Curitiba, 04 de fevereiro de 2003, Deputado Jocelito Canto”, fazendo um pedido ao Tribunal de Contas e ao seu Secretário Ailton Pissetti sobre quanto foi gasto nas emissoras de rádio na cidade de Ponta Grossa: Rádio Clube, Rádio Central e Rádio Mundial, naquela época de propriedade da minha família. Pois bem! Esses números, com assinatura do Sr. Secretário Ailton Pissetti, está aqui a assinatura do Secretário.

Ele enviou a V. Exa. os números, são completamente diferentes dos apresentados naquele relatório que ele mandou para todos os Deputados. Não bate. O que foi que aconteceu? Não consigo entender! E concordo com V. Exa.: precisávamos ter os dados completos, e não só os dados do tribunal de Contas, mas acho que o Secretário poderia enviar os PADVs.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Alguém no Tribunal de Contas é rapidinho quando quer. Quando quer parece um serelepe, mas quando não quer parece uma tartaruga. E agora eles mandaram rapidinho aqui, os números estão sem a discriminação de onde foi gasto. É um negócio esquisito. Para um vem discriminado, para o Governo Requião vem tudo discriminado, para o Governo Lerner não há discriminação e ainda aqui diz que não apreciamos contas de 2002 do Governo Jaime Lerner. Eu perguntaria a V. Exa. depois

para consultar a Casa se não apreciamos as contas do Lerner de 2002, porque segundo o documento aqui diz que não foi apreciado ainda a prestação de contas do Governo Jaime Lerner e é por isso que tem essa diferença.

Era isso, só queria fazer este comentário e lamentar que o Tribunal de Contas não tenha discriminado como mandou para o Governo atual do Governador Requião.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira.

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Deputado Péricles - Presidente da Comissão de Educação desta Casa.

Faço uso deste horário para registrar duas situações. A primeira, a notícia veiculada pelo Jornal Nacional na semana passada, falando dos índices do IDEB e colocando que quando se avaliou o ensino fundamental no Brasil, o ensino básico, os 10 municípios com melhores índices, 4 eram do Rio de Janeiro. Os 10 municípios com os piores índices, 4 eram do Paraná.

Tem alguns municípios que estão contestando e pode até ser que essa questão, daqui a pouco mude, os municípios reivindicuem que sejam revistos esses índices. Mas isso foi veiculado, foi colocado na imprensa e é uma situação bastante preocupante.

Enquanto isso havia sido veiculado na imprensa na quinta-feira, aproveitando que não tínhamos Sessão, que tínhamos realizado a Sessão da quinta na quarta-feira. Fui até Apucarana, uma cidade de 80 milhões de orçamento, 120 mil habitantes, no centro norte do Paraná, entre Londrina e Maringá, administrada por um Prefeito do PMDB, para mostrar que essas coisas estão em todos os locais, independente de partido. O que temos que divulgar é o que entendemos ser o caminho e o que gostaríamos que fosse reproduzido pelo Paraná inteiro.

O Padre Valter, Prefeito de Apucarana, ele não é ex-Padre, porque não existe ex-Padre, como não existe ex-médico, mas é um senhor casado, que deixou o sacerdócio e constituiu família e hoje é Prefeito daquele município no 3º mandato, reeleito com uma grande maioria de votos, ele mostrou uma lição para o Paraná. Apucarana tem 38 escolas municipais de 1ª a 4ª, 37 em período integral. Uma não é integral, Deputada Beti, e não é porque algumas mães, algumas famílias não quiseram que seus filhos estivessem em tempo integral na escola. É uma lição. Visitei 4 ou 5 escolas. E o que vimos é o feijão e o arroz sendo feito, mas o melhor feijão e arroz que precisa ser feito. Não vi nada, escolas absolutamente comuns que têm nos nossos municípios, onde a professora ensinava

balé sem a barra, sem o espelho, sem as caixas acústicas, mas ensinava balé. Onde eu vi crianças bordando, fazendo crochê, criança fazendo empreendedorismo, trabalhando com material reciclado. Eu vi criança de quarta série lendo jornal interpretando o que lia. Fantástico! É essa questão que eu queria compartilhar com vocês.

Apucarana tem indústrias de bonés, alguma coisa de agricultura, um orçamento de R\$ 80 milhões e é possível fazer.

Eu almocei numa escola. Comi feijão, arroz, carne ensopada com mandioca, uma salada de tomate e de sobremesa uma poncã. Mas não era qualquer poncã, era uma que queria ser uma moranga. E ele me dizia que essa refeição era feita na escola pelas merendeiras. Mas tinha uma proposta de uma empresa que queria vender alimentação para as escolas. Ia custar cerca de R\$ 3,80 a refeição comprada. Eles fazem a refeição por apenas 82 centavos. Eles têm uma horta. E não estou fazendo uma apologia ao Padre Valter. O conheci em Apucarana e fui lá porque o Secretário do Meio Ambiente de Apucarana é o Joba, que é filiado ao Partido Verde e me falou daquela experiência e eu queria conhecer de perto. Não avisei, caí em Apucarana. Quer dizer, não foi feita nenhuma maquiagem para receber a Deputada do Estado do Paraná. Eu queria ver as coisas acontecendo como tem que ser, e essa refeição foi feita numa horta e ele trabalha com aquela questão de ter gente plantando na horta, ganhando um vale solidariedade e com isso consegue a cesta básica de alimentação e abastece a rede de ensino. Então, aquilo é uma história. É uma história para ser compartilhada entre todos nós.

Quando se quer fazer, se tem vontade de fazer e faz-se da política um sacerdócio, a coisa acontece. Eu não tenho dúvidas disso. E eu só queria compartilhar.

O Sr. Teruo Kato (PMDB) (Aparte)

Gostaria de parabenizar V. Exa. por este interesse em estar verificando as experiências positivas na área da educação. Quando Prefeito em Paranavaí, eu também tive a oportunidade de implementar escola em período integral no município, com um resultado fantástico. E este trabalho que está sendo feito em Apucarana já venho acompanhando também. Inclusive, acredito na possibilidade de implementarmos no estado um programa para educação integral. Portanto, estou entrando com um projeto de lei nesta Casa, neste sentido, já que como V. Exa. colocou, são coisas simples, coisas caseiras. E na medida em que se envolve a comunidade escolar, a sociedade, a classe política, muita coisa pode ser feita, com resultados fantásticos.

Parabenizo V. Exa. por este interesse e já me coloco à disposição para juntos estarmos trabalhando esta questão da educação, porque é o caminho mais curto para as grandes transformações que precisamos neste país.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT) (Aparte)

Percebo que V. Exa. tem uma sensibilidade - e não poderia ser diferente - muito grande em relação a tudo aquilo que é importante para as nossas crianças, enfim,

para o desenvolvimento da cidadã e do cidadão. E gostaria de falar a V. Exa. que o ensino integral é diferente do ensino em tempo integral. Darcy Ribeiro, mentor dessa história toda, incorporada pelo Brizola, fez deste caminho, deste tipo de educação, uma cruzada pelo país. Nós, no PDT, temos por norma que aonde tem administração do PDT, ter ensino integral. Todas as administrações têm, por determinação programática, que ter a questão do ensino em tempo integral, para que possa-se ter uma complementação para as crianças. Quem tem condição financeira coloca o filho na natação, aprender inglês, etc. Aqueles que são mais carentes, é só o Poder Público para minimizar essa diferença.

Então, acho que é fundamental - o Deputado Teruo diz que vai colocar um projeto - mas, já tem um projeto aqui aprovado, do Deputado Barbosa Neto. Acho que esta não é uma política de Governo. Tem que ser uma política de estado e talvez pudéssemos, com a preocupação de V. Exa. e de tantos outros, evoluir para que o estado do Paraná pudesse um dia ter isso como uma política de governo, porque realmente é a única possibilidade de diminuir as diferenças da injustiça social neste país, que é o ensino integral. Não apenas o tempo integral, mas o ensino integral, que quer dizer o contra-turno completo, para que as crianças possam ter uma diferenciação.

Parabenizo V. Exa. Parabéns por trazer esta preocupação e esta experiência que V. Exa. vivenciou.

Muito obrigado.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Só para concluir, muito obrigada, Deputado, com suas palavras eu concluo meu pronunciamento. Realmente, investir na educação, investir nas crianças será a única forma através da qual poderíamos sair do subdesenvolvimento. Não tenho dúvidas disso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado ao PP, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da Mesa, Bertoldi, Edgar Bueno.

A Câmara dos Deputados deve dar continuidade nesta semana a uma discussão que, tudo indica, já teria sido fechada com os Líderes de vários partidos, que somados os Deputados de cada bloco, equivale mais ou menos 300 votos para a votação da reforma política neste país.

Evidentemente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. da imprensa, é bom lembrar que a reforma política já foi aprovada pelo Senado Federal. Se eventualmente ela não sofrer emenda no Plenário da

Câmara dos Deputados, está sacramentado o assunto. No entanto, são centenas de emendas em discussão, e tudo leva a crer que pontos estratégicos da reforma eleitoral ainda vão voltar ao debate no Senado Federal e que muitos deles, ainda que aprovados, não haverá tempo hábil de implantação já para a eleição de Prefeito e Vereador. No entanto, pelo o que conversamos com Deputados que compõem a bancada do Paraná em Brasília, pelo o que lemos na imprensa do Paraná que reproduz o noticiário enviado pelas agências nos principais veículos de circulação nacional, alguma coisa vai ser feita já para a eleição do ano que vem.

Aproveitando, Sr. Presidente, esse momento, já que estamos num país democrático, não cabe a nós, Deputados Estaduais, promover reforma partidária, porque o assunto é de exclusiva responsabilidade do Congresso Nacional, mas até como cidadão, ainda que não tivéssemos o mandato de Deputado Estadual, teríamos o direito sagrado de emitir opinião. E é através de uma palavra aqui, de uma manifestação ali que acreditamos que poderemos chegar até os ouvidos dos Deputados e Deputadas em Brasília, mostrando quais são os principais pontos que eu creio, eu, Antonio Belinati, que sejam de interesse da opinião pública brasileira.

Estão discutindo lista fechada, lista flexível. Na minha ótica vai dar uma encrenca se ela for aprovada, porque não temos condições de avaliar ainda o que vai ser melhor. O candidato a Vereador ou a Deputado, que entrar na lista flexível, na parte em que o eleitor pode votar no nome dele, ele não poderá fazer parte da lista fechada. Daí vem aquela interrogação: o que vai ser melhor para nós candidatos? Ficar numa lista fechada ou colocar o nosso nome para o povo votar no candidato ou na candidata? Será que o Partido não vai bombardear, a mídia não vai bombardear, o rádio e a televisão dizendo: “vote no número tal”, e automaticamente vai se eleger a maioria através da lista fechada? Ou até o contrário, de repente pode ser até melhor o candidato, ou a candidata, expor o seu nome para apreciação, julgamento do eleitorado, e o eleitor vai julgar se quer votar naquele candidato, ou na lista fechada. De qualquer maneira tem essa encrenca da lista flexível, ou lista fechada; financiamento público de campanha num país pobre, miserável, de desemprego, de milhões de brasileiros que não têm dinheiro para comprar um óculos, para comprar uma cadeira de rodas, gente morrendo porque não tem dinheiro para comprar remédio, para pagar uma cirurgia, gente morrendo inclusive nas cidades de porte médio do Paraná, também, para não falar das pequenas cidades, morrendo por falta de vagas nas UTIs; morrendo por falta de atendimento.

De repente, aquele imposto que o cidadão pagou na conta de luz ao usar o transporte coletivo ou o imposto do telefone, ou do remédio, ou da comida, ou da roupa que ele comprou, uma parte desse dinheiro vai ser usado para financiar candidato pobre, candidato de classe média e até os magnatas, porque se o dono do Banco Itaú ou do

Banco BRADESCO sair candidato a qualquer cargo, com financiamento público de campanha, vai se usar o dinheiro que vai fazer falta para melhorar a qualidade de vida do povo para financiar campanha de poderosos.

E daí a dúvida: será que isso vai acabar com o caixa 2? Vai nada! Vai continuar, na minha opinião, na minha intuição, a mesma coisa, com quem tem dinheiro abusando e comprando mandato. Estabelece-se um “x” para pagar, hoje, e é sabido, de vez em quando explode aí a bronca de pessoas que gastaram milhões para poder conquistar um mandato. Então, na minha ótica, provavelmente, caixa 2 vai continuar existindo, mesmo com financiamento público de campanha. Esse financiamento público de campanha, eu volto a repetir, é um dinheiro que vai fazer falta para investir na área social para diminuir um pouco a pobreza, a miséria do nosso país.

Outro ponto é a representação parlamentar no Congresso Nacional. Fui Deputado Federal. Tem Deputados que ficam 4 anos ali e nenhum funcionário da Câmara Federal sabe que o cidadão é Deputado. Ele tem que passar no balcão e dizer: “Sou o Deputado fulano de tal.” São aqueles chamados Deputados que se elegem através de estrutura, muitas vezes, de grupos econômicos ou de estrutura pública, e viram as costas para o povo, não fazem um pronunciamento, não apresentam um projeto, são pára-quedistas que voltam daqui a 4 anos para pleitear, novamente, o voto do eleitorado. Esse Parlamentar, depois, vem com aquela velha lorota de que não adianta trabalhar para o povo, porque o povo é ingrato, porque o povo esquece. Mentira! O povo não é ingrato não!

Quero agradecer a Deus e ao povo, porque é o décimo mandato que estou cumprindo. Aqui tem pessoas com grande experiência na disputa do voto, alguns estão começando agora como Deputado, mas tenham certeza os novatos que o povo não é ingrato, não. O povo sabe reconhecer quem honra os compromissos assumidos durante a campanha.

O Sr. Osmar Bertoldi (Democratas)

Permite um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado Belinati, é muito oportuno seu pronunciamento, até porque, na minha opinião, a questão das listas é uma ditadura democrática. Os caciques dos partidos vão determinar quem irá se eleger ou não, quer dizer, então isso já é um absurdo. Quando diz respeito ao financiamento público, aí é maior absurdo ainda: primeiro, vai ficar caro para os cofres públicos; segundo, não vai resolver nada para quem é candidato.

Vou lhe dar um exemplo de uma cidade de 20 mil habitantes ...

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Só uma observação: o próprio PMDB elegeu 17 Deputados Estaduais, na última eleição. A tendência lógica, natural, é eleger um número bem menor na próxima eleição. Isso é a coisa mais natural. Aí fica

aquela história: quem é que vai para a cabeça da lista e quem fica lá atrás, na rabeira, já sabe que vai voltar para casa derrotado.

O Sr. Osmar Bertoldi (Democratas) (Aparte)

E com um agravante: estão falando em Brasília que é R\$ 7 o voto. Esse é o número que está sendo tratado em Brasília. Então, uma cidade de 20 mil habitantes, você multiplica por 7 dá R\$ 140 mil que irá para todo esquema político da cidade, para todos os partidos daquela cidade. Dividindo, 30% é para campanha majoritária, então, 42 mil. Se saírem 10 candidatos vai dar 4 mil e 200 para cada candidato; se saírem 100 candidatos a Vereador, vai dar R\$ 1.000 para cada candidato. Ora, vamos querer enganar a quem?

A Câmara Federal quer dar uma resposta para sociedade? Dê uma resposta através do voto distrital, onde você, ao invés de desvalorizar o eleitor, vai estar valorizando o eleitor que poderá fiscalizar o seu mandatário. Vamos parar com essa coisa de que, de repente, uma lista partidária vai determinar quem irá governar.

E o surgimento das novas lideranças políticas onde fica, Deputado Belinati? Essa é minha pergunta. Ninguém mais vai ter oportunidade de entrar na política brasileira senão através das mãos dos caciques partidários.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Obrigado. V. Exa. colocou bem. Até parece que em Curitiba um Vereador vai fazer campanha gastando R\$ 1.000.

Deputado Nelson Justus, agradeço pela compreensão.

Então, Sr. Presidente, acho que seria o momento de se analisar melhor essa reforma política, a representação parlamentar. Acho que o Brasil tem muito Deputado. Quem está afinado com o povo não tem que ter medo de botar a cara para disputar. Acho até que o ideal seria reduzir a representação parlamentar em pelo menos 30% e o horário da campanha eleitoral é um absurdo. Nem Duda Mendonça fazendo a campanha do Lula não consegue produzir uma campanha em 45 dias. Na campanha de Prefeito, das cidades de porte médio, grande, campanha de Governador, de Presidente, na reta final de campanha os “marketeiros” começam a reprisar os programas, cansando o povo, desmotivando o eleitor. Por isso que acaba tendo baixa audiência o horário eleitoral. Nem na campanha do Lula e do Alckmin eles conseguiram produzir campanha para 45 dias. Fica uma reprise, cai a audiência e o interesse dos eleitores. Acho que o ideal, considerando a força que é o rádio e a televisão, não precisa mais do que 30 dias para um candidato expor seus projetos, suas idéias, o que pretende fazer depois de eleito.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Quería solicitar um aparte, Deputado Belinati.
(Assentimento)

Em primeiro lugar, meus cumprimentos a V. Exa., Deputado Belinati, grande representante de Londrina e de toda região norte do Paraná. Parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que acredito ser interessante que esta Casa Legislativa, através dos seus Deputados, procure se manifestar junto à Câmara Federal e ao Senado da República, com sugestões para esta reforma eleitoral que se pretende fazer.

Eu, particularmente, sou favorável ao voto distrital misto com lista aberta para eleição dos Parlamentares, porque isso possibilitaria que tivéssemos os Deputados que se elegem pelos redutos e também os Deputados que são defensores de grandes temas, de grandes idéias, concorrendo em todo estado, mas, tenho lido nos jornais muitos pronunciamentos demagógicos de Deputados Federais e temo que cometam um grande equívoco. E um dos equívocos que corremos risco de ver acontecer no nosso partido, é a tal da lista fechada para as eleições proporcionais. Isso tornaria os Deputados reféns de caciques partidários, que nem sempre são pessoas sérias.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Os partidos têm quase verdadeiros chamados donos, quer dizer, quem não for da patota vai encerrar a carreira política.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Exatamente, Deputado Belinati. Por isso meus cumprimentos pelo pronunciamento oportuno e creio que esta Casa deve encaminhar aos Deputados Federais do Paraná, sugestões para esta chamada reforma política, mas que na verdade, ao que tudo indica, será apenas uma reforma da lei eleitoral.

Obrigado, Deputado e parabéns ao senhor.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

V. Exa., Deputado Ney Leprevost, veio engrandecer o nosso pronunciamento e termino agradecendo a compreensão do nobre Presidente Nelson Justus, dizendo que se a Casa concordar, temos um requerimento dirigido ao Deputado Arlindo Chinaglia, Presidente da Câmara dos Deputados, dando algumas sugestões. É importante que cada Câmara de Vereadores, cada sindicato, cada veículo de comunicação, cada Assembléia Legislativa, que a população brasileira se manifeste para que essa reforma política não venha entrar em choque com os sonhos do brasileiro, de ter aqui uma democracia forte em nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PT, com a palavra, Deputado Péricles de Mello.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que se refere à reforma política, penso exatamente o contrário do

expresso pelo Deputado Belinati, com apoio de alguns outros Deputados. Acho que esse tema merece uma discussão aprofundada nesta Casa. Está acontecendo isso no Congresso Nacional. Mas, hoje o objetivo de subir a esta tribuna não é para falar sobre esse tema. Pretendo voltar outras vezes para discutir a questão das listas fechadas, financiamento público, fidelidade partidária.

O que me traz a esta tribuna em primeiro lugar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é convidar os Deputados da Assembléia e particularmente os Deputados que compõem a Comissão de Educação, a qual presido, para uma Audiência Pública que vai acontecer amanhã a partir das 09h00. Foram convidadas entidades mais representativas no que se refere à educação, como a APP-Sindicato, a Secretaria da Educação, o Conselho Estadual de Educação, pedagogos, para fazermos um debate de extraordinária importância, que a sociedade paranaense e brasileira não está dando a devida importância que merece, na minha opinião, esse fato. Trata-se não só de discutir o ensino de 9 anos, mas especificamente a idade de ingresso da criança no ensino com 9 anos.

Quanto mais reflito e converso com as pessoas, mas me convenço que só tem sentido ampliar de 8 para 9 anos o ensino fundamental se permitirmos que a criança entre mais cedo na escola. Criar o ensino de 9 anos para que a criança entre com a mesma idade não traz, no meu ponto de vista, nenhum avanço significativo para uma sociedade como a sociedade brasileira, onde os municípios dispõem de recursos escassos, passam por extremas dificuldades, onde a pré-escola, por melhor que seja a boa vontade e as diretrizes governamentais e legais, têm dificuldades em atingir a universalidade para todas as crianças, tanto nas creches como na educação infantil. E onde no ensino médio há uma tendência forte à evasão escolar, porque a sociedade brasileira, desigual e injusta, com uma porcentagem enorme da juventude vivendo na pobreza mais absoluta, ela pressiona o jovem para que saia da escola, para que procure uma fonte alternativa de rendimento para ajudar a sua família.

Então, no meu ponto de vista, a discussão da idade de ingresso é de extraordinária importância e como o Deputado Romanelli apresentou um projeto para definir de uma vez por todas essas questões, porque há dúvida na Justiça, liminares que vêm e que vão, o Conselho de Educação que se manifesta e o Deputado Romanelli apresentou um projeto que a criança para entrar no primeiro ano do ensino de 9 anos tem que fazer 6 anos até março e estou apresentando uma emenda que se a criança fizer 6 anos até dezembro, pode entrar na primeira série do ensino de 9 anos.

A única questão, no meu ponto de vista, que ainda pode ser avaliada, é a questão pedagógica, mas a experiência que pessoalmente tenho, quando fui Prefeito de Ponta Grossa, implantamos o ensino de 9 anos em 5 municípios quando tínhamos uma parte das escolas com a pré-escola, mas busquei universalizar para que todas as crianças tivessem 5 anos de escola.

Então, extinguímos o pré, implantamos um ciclo de 5 anos, sendo que nos 3 primeiros anos é o ciclo de alfabetização e não tem reprovação, quando os professores e o processo pedagógico têm 3 anos para que a criança se alfabetize e fomos ampliando e universalizando até que no último ano de Governo a criança que fazia 6 anos até dezembro tinha vaga na escola pública em Ponta Grossa. Tivemos uma avaliação muito positiva. Quando entrei no Governo na primeira série do ensino fundamental existiam crianças com 6, 7, 8 ou 9 anos por causa da repetência e quando terminamos o Governo era a coisa mais linda, porque chegava em uma série de 1º ano, eram 6 com 6, na 2ª eram 7 com 7, tudo igual. Isso porque criamos a turma de reforço escolar e a criança que estudava de manhã e tinha dificuldades, a professora percebia, ela vinha à tarde e tinha aula particular na escola pública e também as turmas de aceleração para que a criança mais madura e que havia repetido um ano pudesse pular de ano.

Então, a minha experiência particular me dá tranquilidade para defender essa postura. Tive um debate agora na MP e muitas pedagogas insistiram na questão pedagógica. Eu disse: se é uma abertura para o trabalho pedagógico, acho que não é o fato de uma criança nascer em 30 de março ou em 30 de dezembro que vai impedir o processo pedagógico de sofrer uma alteração para permitir que essa criança entre no ensino fundamental. Ora, do ponto de vista prático, dos recursos para os municípios, isso significa o seguinte: se permitirmos que a criança entre com 6 anos até dezembro, diminui 1 ano na pré-escola para município custear, é só fazer conta, porque se a criança não puder entrar com 6 anos, o município vai ter que bancar 3 anos de creche, mais 3 anos de pré-escola, que são 6 e mais 5 de ensino fundamental, serão 11. Se a criança entrar com 6 anos até dezembro, cai para 5 anos a pré-escola, mais 5 de educação fundamental, nós temos 10 anos custeados pelo município e aquilo que, à primeira vista, pode parecer aos Prefeitos que é um problema, porque se a criança entrar com 6 anos até dezembro, vai ter mais criança no começo, se isso é verdade, a médio prazo é muito melhor e muito mais fácil chegamos à meta necessária para o Brasil e universalizar a educação infantil e o ensino fundamental.

Sabemos que as famílias mais pobres não conseguem matricular suas crianças nas creches e na pré-escola.

As famílias de classe média ou de classe mais abastada têm todas as condições de colocar seus filhos desde a mais tenra idade na creche ou na educação infantil e elas são as que pleiteiam na Justiça para que seus filhos possam entrar mais novos no ensino fundamental e ganham a liminar, enquanto nas famílias mais pobres, se o filho tem que entrar na escola, como a sociedade brasileira não consegue universalizar as creches e a educação infantil, essa criança fica fora da escola, demora mais a entrar e todas as estatísticas e estudos pedagógicos e psicológicos demonstram que uma cri-

ança que consegue fazer a creche, fazer a pré-escola, tem muito mais condições de evoluir o seu processo de estudo, de aprendizado, inclusive consegue, quando adulto, ter uma renda melhor do que as crianças que entram mais tarde.

Esse debate é de extraordinária importância e eu acho que temos que aprofundá-lo. Não quero ser dono da verdade. Se for convencido do contrário, abdicó da minha posição.

Não estou apresentando uma emenda para ganhar a qualquer custo, pelo contrário, queremos aprofundar esse debate, porque o julgo de grande importância para o projeto educacional que dá um salto hoje no país, que é o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação.

A Deputada Rosane falava com muita propriedade da sua preocupação sobre o fato de as escolas paranaenses terem o menor índice e deve se deparar com alguns parâmetros, entre os quais, a reprovação e a evasão escolar. Isso é uma coisa grave! A idéia é de que escola boa é aquela que ensina e não passar sem fazer avaliação, mas aquela que faz com que a criança aprenda, que constrói um ambiente escolar, uma relação pedagógica, uma relação de esforço entre as partes, que constitui um núcleo educacional que é a escola e a comunidade, para que a criança se sintam bem, que tenha um desafio para aprender e consiga aprender, que ame a escola, que não saia da escola e que a comunidade de pais e mães, a família, tenham uma relação democrática e participem da vida da escola.

Por isso, rogo aos Srs. Deputados que amanhã, a partir das 9 horas participemos dessa Audiência Pública, promovida pela Comunicação de Educação a qual eu presido.

Sr. Presidente, quanto tempo ainda tenho? O senhor poderia fazer uma exceção para que eu pudesse falar sobre um manifesto que estamos remetendo ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal?

Alguns Deputados se manifestaram há alguns dias atrás, com relação ao processo que tem sido vítima o Deputado Jocelito Canto e pelo fato de colocar à disposição da Assembleia Legislativa, a direção da Assembleia colocou esse soldado da Polícia Militar à disposição da Prefeitura de Ponta Grossa, no período em que era Prefeito o Deputado Jocelito Canto e por esse fato, através de um processo na Promotoria Pública, o Deputado Jocelito está no risco iminente de ter cassados os seus direitos políticos. Deputados que representa não só Ponta Grossa, mas a região dos campos gerais, que teve mais de 70 mil votos e eu e outros Deputados nos posicionamos contrários a essa decisão iminente do Poder Judiciário. Destacamos que a Justiça não pode ser um Poder absoluto, insensível aos apelos da sociedade como um todo e por isso, achamos de extraordinária importância que a Assembleia Legislativa, através de todos os Srs. Deputados, assinasse um apoio ao Deputado Jocelito para sensibilizar o Poder Judiciário nacional, porque, sem dúvida

nenhuma, qualquer cidadão que analisar esse processo, teve algumas falhas formais, sabe que não tem cabimento um mandato popular, um Deputado alçado a Assembleia com 70 mil votos da população mais carente de Ponta Grossa, dos campos gerais, tenha cassados seus direitos políticos por alguns erros formais num processo que não tem nenhum sentido, pelo que eu analisei.

Então, gostaria, antes de passar às mãos da presidência da Casa este manifesto para ser oficialmente levado até o Poder Judiciário, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, de ler para os Srs. Deputados para que fique registrado nos Anais desta Casa.

(Lê):

“Curitiba, 20 de junho de 2007,

MANIFESTO DE APOIO AO DEPUTADO JOCELITO CANTO

Os Deputados Estaduais do Estado do Paraná, que o presente subscrevem, vêm externar sua preocupação com o Processo nº 138012-3, por supostos atos de improbidade administrativa, que coloca em ameaça o exercício do mandato popular - conferido por substancial votação nominal - ao Deputado Estadual Jocelito Canto.

Não se trata de nenhuma defesa corporativa ou político-partidária, mas sim um alerta para excessos no trato da questão da avaliação dos atos cometidos por administradores no exercício de mandatos populares. No caso do Deputado Jocelito Canto, sempre ficou evidente, mesmo para seus mais ferrenhos opositores, que esse sempre agiu convencido que a cessão funcional de servidor para desempenho de funções junto ao seu gabinete quando Prefeito de Ponta Grossa, não é conduta desonesta ou ilegal. Em nenhum momento da ação em exame se acusa o Deputado Jocelito Canto de ter se apropriado de verbas públicas ou ter se locupletado, para fins pessoais, dessas condutas supostamente irregulares. Ao contrário, fica evidente que o Deputado agiu como agiu, na condição de Prefeito, sempre fundamentado em pareceres e avaliações que lhe davam segurança dessas tomadas de posição administrativa.

Nesse sentido, sequer se coaduna com a própria essência de Lei da Improbidade Administrativa - Lei Federal nº 8429/92 - que todo e qualquer ato administrativo irregular ou mesmo considerado, *a posteriori*, ilegal, seja equiparado a ato de improbidade administrativa, sobretudo para fins de aplicar a gravíssima sanção da cassação de direitos políticos. A improbidade só pode ser caracterizada quando o agente público praticar o ato com dolo de violar a lei, consciente da conduta desonesta e convencido de praticá-la. Nas palavras do professor e Promotor de justiça paranaense Mateus Bertoncini, ao justamente analisar o artigo 11 da Lei da Improbidade Administrativa, onde foi enquadrada a conduta do Deputado Jocelito Canto enquanto Prefeito de Ponta Grossa: *O único princípio expressamente contemplado no artigo 11 é o da legalidade. No entanto, é necessário saber se realmente é possível considerar qualquer ofensa a legalidade*

*como causa de improbidade administrativa. A resposta é naturalmente negativa. (...) É um exagero imaginar que qualquer ilegalidade possa ser causa de improbidade administrativa, conforme se induz de uma interpretação gramatical da linguagem prescritiva do caput do artigo 11. A ilegalidade por si só não é causa de improbidade administrativa. O que é causa de ato dessa natureza é a ilegalidade que viola a honestidade, a imparcialidade e a lealdade às instituições.*¹

Assim, os Deputados Estaduais do Paraná, sem qualquer ânimo de ofensa às instituições e, em especial, ao Poder Judiciário, vêm reafirmar sua indignação diante da possibilidade de confirmação da cassação dos direitos políticos do Deputado Estadual Jocelito Canto. Não é possível que mandatos outorgados pela população do Paraná, em eleições limpas e democráticas, sejam violentamente cassados em violação à própria razoabilidade em situações que, mesmo na mais intensa das acusações, não contaminam a probidade e a dignidade do mandatário. É preciso haver proporcionalidade mesmo entre eventuais condutas irregulares e as penalidades aplicadas, para que o sufrágio popular, a forma mais lúdica de exercício da democracia representativa, não seja violada em sua essência por procedimentos que, mesmo ambientados em inquestionável legalidade, não ponderem os direitos em colisão, como no caso do Deputado Jocelito Canto.

Assinam esse manifesto os Deputados Estaduais do Paraná:

(aa) Ademar Traiano (PSDB), Alexandre Curi (PMDB), Antonio Anibelli (PMDB), Antonio Belinati (PP), Artagnão Junior (PMDB), Augustinho Zucchi (PDT), Beti Pavin (PMDB), Caíto Quintana (PMDB), Carlos Simões (PTB), Chico Noroeste (PL), Cida Borghetti (PP), Cleiton Kielese (PMDB), Dobrandino da Silva (PMDB), Douglas Fabrício (PPS), Dr. Batista (PMN), Duílio Genari (PP), Durval Amaral (Democratas), Edgar Bueno (PDT), Edson Strapasson (PMDB), Elio Rusch (Democratas), Elton Welter (PT), Fábio Camargo (PTB), Felipe Lucas (PPS), Francisco Bühner (PSDB), Geraldo Cartário (PMDB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Accorsi (PSDB), Luiz Carlos Martins (PDT), Luiz Claudio Romanelli (PMDB), Luiz Eduardo Cheida (PMDB), Luiz Fernandes Litro (PSDB), Luiz Nishimori (PSDB), Marcelo Rangel (PPS), Mauro Moraes (PMDB), Mamede (PMDB), Nelson Justus (Democratas), Nereu Moura (PMDB), Ney Leprevost (PP), Osmar Bertoldi (Democratas), Pastor Edson Praczyk (PRB), Pedro Ivo (PT), Péricles de Mello (PT), Plauto Miró (Democratas), Professor Luizão (PT), Reni Pereira (PSB), Ribas Carli Filho (PSB), Rosane Ferreira (PV), Rui Hara (PSDB), Stephanes Junior

(PMDB), Tadeu Veneri (PT), Teruo Kato (PMDB), Valdir Rossoni (PSDB), Waldir Pugliesi (PMDB), Nelson Garcia (Deputado Estadual Licenciado - Secretário de Estado de Trabalho Emprego e Promoção Social)".

Também queria destacar que o Secretário Nelson Garcia, quando relatei este fato a ele, fez questão de que se colocasse na lista o seu nome em seu favor.

Por último, Deputado Jocelito, quero dizer ao senhor: faço isso porque acho que a sua cassação é injusta. Não há de minha parte nem a mais leve sombra de qualquer interesse pessoal. O que me leva a isso é o que penso do mundo, da vida, é a injustiça que se comete contra o senhor, independente das nossas divergências do passado, ideológicas, políticas ou dos momentos que tivemos juntos. Tenho certeza que é com este espírito que todos os Deputados Estaduais do Paraná, independente do partido a que pertencem, assinaram este manifesto. Daí a força deste manifesto, que revela a maturidade desta Casa de Leis, muito longe de qualquer sentimento corporativo.

Tenha certeza, Deputado Jocelito, que se houvesse em nós qualquer sombra de dúvida sobre a sua conduta neste caso e neste processo, não teríamos a assinatura de 54 Deputados, como obtivemos neste manifesto.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só queria agradecer ao Deputado Péricles e a todos os demais Deputados, todos os companheiros que assinaram este manifesto favorável a minha pessoa. Fico muito feliz. Tenho sido um brigão nesta Casa, até pelo meu jeito de ser, mas quando você recebe aqui o apoio de todos os companheiros, como disse o Deputado Péricles, não tratando-se de corporativismo, mas tratando o devido respeito pela lei, nós que fazemos lei.

Fico feliz de ter recebido o apoio de todos os companheiros. Sinto que cada dia que passa eu, mais rapidamente, preciso deixar a vida pública, continuar o meu trabalho no rádio, porque acho que já fiz o que tinha que fazer na política e acho que não dei certo neste lado, porque comigo tudo acontece, mas já estou me preparando para isso.

Agradeço o apoio dos companheiros, aqui.

Quero dizer que esta semana que passou também andou o projeto da Santa Casa e a votação, por incrível que pareça, terminou 2 a 2. Era para ter 5 Ministros em Plenário e só tinha 4, deu 2 a 2, faltou um Ministro. E a votação vai ser encaminhada na próxima semana em relação a Santa Casa. Se o Ministro Falcão votar contra mim eu perco aquele processo da Santa Casa. Estou, como diz o Deputado Péricles, tranquilo, porque a Lei de Improbidade, Deputado Péricles, é o que V. Exa. falou: "Improbidade é para quem rouba, é para quem tira dinheiro do povo." Concorro. Não sou contra a Lei de Improbidade, não sou contra o Ministério Público. Não. Sou contra as

1.i in Ato de Improbidade Administrativa - 15 Anos de Lei n° 8429/92, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo - 2007, págs. 167-168.

atitudes de alguns Promotores que passam da Lei e acham que são Juízes. Por isso, agradeço o manifesto de todos os companheiros. E a partir de hoje vou dar uma murchada aqui. Não tenho condições de brigar mais, depois desse manifesto vou virar nem sei o quê, Sr. Presidente.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência, Deputado Jocelito, usa este momento para dizer que, em nome de todos os Deputados, apesar de não concordarmos muitas vezes com a irreverência com que V. Exa. se porta no Plenário, mas esta Assembléia, não só é solidária totalmente com V. Exa., principalmente, não por uma questão de corporativismo, em absoluto, por uma questão de Justiça. Sem dúvida nenhuma, comete-se um absurdo jurídico contra V. Exa. e, temos a certeza absoluta que isso deverá ser remediado e V. Exa. continuará, sim, na política, com certeza.

Pela ordem, o Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Faço uma consulta à Mesa. Fiz na semana passada, o Deputado Presidente Antonio Anibelli confirmou a Audiência Pública de prestação da execução do orçamento para a próxima quinta-feira, dia 28 de junho. Recentemente tive uma notícia que deveria ser adiada.

Gostaria de fazer essa questão de ordem, até porque estamos afrontando, já que o Deputado Jocelito falou improbidade, 2 artigos da Lei de Responsabilidade Fiscal. O primeiro que seria em relação ao artigo 9º, parágrafo 4º, que diz que até o final do mês de maio, o Poder Executivo tem que demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais na Comissão de Orçamento desta Casa. Como eles protocolaram até o final do mês de maio, já seria culpa desta Casa.

Porém, existe algo mais grave que esta Casa não pode contribuir para o erro do Governo, que é em relação ao artigo 54, que diz, que no final de cada quadrimestre têm que ser publicado o relatório. Esse relatório não foi publicado no mês de maio; segundo notícias teria sido publicado nesse final de semana. Em relação ao relatório que recebi hoje, estão faltando dados.

Então, não sei se essa postergação, se é que ela é fato, vai contribuir, até porque precisamos desempenhar o poder de fiscalização desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Reni Pereira, recebi antes da Sessão uma ligação do Secretário da Fazenda que, alegando problemas particulares, solicitava se poderia ao invés de vir na quinta-feira, estar aqui na segunda-feira, o que nós acordamos.

Concordo que cabe a questão de ordem de V. Exa. na questão da publicação do relatório. Quero crer que na

próxima segunda-feira, às 10 horas da manhã, V. Exa. deverá inquirir-lo a esse respeito.

O que queremos aqui, ao tempo que pretendemos cumprir o Regimento Interno, mas propriamente a Constituição, o que nós queremos efetivamente é o resultado, queremos a prestação de contas do quadrimestre e a satisfação que o Poder Executivo tem e deve dar a esta Casa.

Pela ordem o Deputado Péricles.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Pela Ordem)

Anunciar a presença do nosso amigo, companheiro, Vice-Prefeito Pedro, do município de Telêmaco Borba; o dirigente Cláudio Luna do PT; o jornalista Claudelino Santos, do jornal Correio do Vale.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado.

Com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, com a devida atenção do Deputado Mauro Moraes, grande Deputado desta Casa, que neste momento se esbalda.

Uso a tribuna na tarde de hoje, para fazer aqui, como Líder do PSDB, um registro marcante.

Participamos do evento do Contry Club, onde lá esteve o eminente Governador do Estado de Minas Gerais. Brilhante figura de conceito nacional. Uns dos grandes Líderes de referência a nível nacional, que veio aqui para prestigiar o nosso brilhante, competente, dinâmico, ousado e jovem Prefeito Beto Richa, que recebeu o Prêmio Personalidade ACIC, no dia de hoje. Um momento histórico para a vida do Prefeito Beto, com certeza marcante, porque lá estiveram as mais ilustres personalidades do mundo empresarial, político e social, enfim, todos os segmentos da sociedade paranaense prestigiando esse evento.

Por isso, como Líder do PSDB, devo fazer este registro nesta Casa, uma vez que temos na figura do Prefeito Beto Richa, grande nome do PSDB neste estado.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chamo a atenção de V. Exas. para a reunião que aconteceu em Brasília na semana passada. Lá estiveram, a convite do Governador Roberto Requião, lideranças da Situação, Deputados da Situação, da Oposição, Parlamentares Federais quase que na sua totalidade, para advogar algo que é realmente de interesse do estado.

Uso a tribuna, Srs. Deputados, para fazer um registro daquilo que sempre afirmamos e volto a reafirmar neste momento, Deputado Durval Amaral, que conosco esteve, de que a Oposição neste estado é madura, responsável, consciente e quando usa desta tribuna usa exatamente para fazer a cobrança de ações de compromissos

firmados pelo Governo, que na maioria das vezes, não são cumpridos. Mas, a Oposição se rende quando o interesse é maior, quando a causa é maior, quando o objetivo é maior. E exatamente por isso, nós, em 5 Parlamentares que representam a Oposição como um todo, atendemos o chamamento do Governador e lá estivemos, para defender de forma intransigente, os interesses do estado com relação a esta pendência que o Governador vem questionando junto ao Ministério da Fazenda e à Secretaria do Tesouro nacional.

Lamentavelmente, na minha visão e na visão da maioria daqueles que lá estiveram, não observamos muito boa vontade, principalmente por parte do Ministro da Fazenda, na solução do problema.

Quero crer que a força política demonstrada pelos Srs. Deputados numa ação conjunta de Situação e Oposição, neste estado, possa fazer com que o convencimento dos Srs. Ministros prevaleça, pelo interesse do Paraná.

Mas, o que me preocupa, Srs. Deputados, Deputado Reni, que inúmeras vezes tem levantado este problema aqui no Plenário da Assembléia, o que me preocupa, na verdade, é que quando o Governador defendia o não pagamento dos 10 milhões para a união, com relação à esta pendência da dívida contraída quanto à privatização do BANESTADO, por inúmeras vezes o Governador afirmava: se eu continuar efetuando esse pagamento, posso inviabilizar as finanças do estado.

E é exatamente neste sentido que quero levantar meu questionamento: com essa afirmação do Governador, o que me parece é que estamos vivendo um momento triste, caótico e preocupante no estado. Ouço nos corredores da Assembléia os Srs. Prefeitos, Srs. Parlamentares, principalmente os Prefeitos, que têm convênios com o estado, ouço todos os dias uma verdadeira lamúria, uma lamentação permanente de que o Governo acabou e que o Governo, nestes próximos 2 anos, praticamente nada mais pode fazer pelos municípios do Paraná, porque não tem dinheiro. E me parece que pela afirmação do Governador, realmente é verdadeira esta afirmação, porque o Governador está extremamente preocupado com relação a esta dívida que o estado tem com a união.

Gostaria de sugerir aqui, Deputado Reni, V. Exa. que é um expert no assunto, fiscal, auditor da Receita Estadual, conhece mais do que nunca esta problemática, que V. Exa. quem sabe, proponha aqui uma Audiência Pública, um convite ao Sr. Secretário, à sua equipe, para que venha expor a verdadeira realidade das finanças do estado, porque temos que ajudar o estado a sair desse problema, sim. A Oposição não se furta, de forma alguma, em estar presente num chamamento quando o interesse é maior pelo estado.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Olha, Deputado Ademar Traiano, quero informar V. Exa., aos demais Pares, já afirmei inclusive desta tribuna que não sou melhor, ou pior que qualquer um. Eu na verdade tive que estudar um pouquinho mais a Lei de Responsabilidade Fiscal, até em virtude de uma pergunta que eu fiz na prestação de contas do mês de maio, e em relação à notícia que foi veiculada no site do Governo, que já foi retirada, que eu teria feito uma pergunta boba. Percebi depois, e confesso que naquele momento fui estudar para ver se não estava equivocado, e percebi que realmente o problema é bem mais grave do que aparenta ser, mas não é o problema só dos 10 milhões, Deputado Ademar Traiano, acho que V. Exa. fala com muita propriedade que essa luta não é do Governador, não é deste Governo. Essa luta é do Paraná, e já vinha anterior à gestão do atual Governador esse problema. Temos que buscar solucionar, e se possível, cancelar essa dívida, porque realmente é algo que sai do recurso público.

Mas o problema bem mais grave se refere ao que já foi retido, tanto é que eu afirmo para V. Exa. que se hoje vir a notícia, através do Ministro Paulo Bernardo, através do próprio Presidente Lula que afirmou no final do ano passado que ia resolver, que não vai mais cobrar nem 5 milhões, como foi anunciado ontem pelo Ministro do planejamento, não resolve o problema do Paraná, porque temos um problema que é de fechamento de caixa, e esse problema que teremos que ver aqui. Eu estava esperando para a próxima quinta, ficou para a próxima segunda. Temos que ver, porque o rombo que se apresenta neste ano é em virtude de pagamentos de restos a pagar, que só foi possível manter sem o cancelamento, porque foi contabilizado aquilo que já vinha sido retido.

Então, o problema não são os 10 milhões, ou agora 5 milhões; o problema é bem maior, o problema é 165 milhões. Inclusive hoje eu estava olhando as notas taquigráficas, existe a confirmação que realmente foi contabilizado como dinheiro em caixa.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Agradeço a manifestação de V. Exa., o aparte que contribui, com certeza, com o meu pronunciamento, até porque V. Exa., como eu já falei, é um expert no assunto, e já ouvi algumas manifestações e pronunciamentos aqui nesta Casa, ou mesmo na imprensa, onde V. Exa. afirma que o Governo maquiou os números para fechamento do balanço do exercício financeiro do ano passado.

Portanto, Srs. Deputados, sem estender, quero deixar aqui a posição da Oposição. A Oposição desta Casa, despida de qualquer sentimento de rancor, de revanchismo, de mágoa, se uniu para estar em Brasília advogando os interesses do Paraná. E mais uma vez manifesto aqui, quando interesses maiores estiverem colocados neste estado, o Governador do Paraná pode contar com a Oposição deste Parlamento, porque temos a grandeza de compreender que muito mais importante do que a briga pessoal, as divergências de ordem

ideológica, muito mais importante do que isso é interesse dos paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PMDB, com a palavra o Deputado Stephanes Júnior.

Liderança do PMDB: Deputado Stephanes Júnior

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Vou abordar rapidamente o tema que nós vimos na semana passada acontecer, que foi aquele rapaz de Cascavel, Joanir Pereira, que teve a sua audiência cancelada em função de ele estar trajando calça, mas de chinelo.

Queria apenas lamentar a atitude do Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Cascavel, que é o Bento Luiz de Azambuja Moreira. É claro que todos nós procuramos, ao ir a uma solenidade, a um evento, a um casamento, a algumas cerimônias, estarmos trajados de acordo com o local. Aqui, por exemplo, no plenário, temos que estar de terno e gravata os homens e as mulheres com um vestido adequado.

No entanto, quando se trata de uma pessoa humilde, um trabalhador rural, que não tem condições nem de ter alimento na sua casa, você cancelar a audiência dele porque ele está de chinelo, na realidade, você agride a pessoa. A pessoa se sentirá humilhada. Essa não é a intenção da Justiça do Brasil, fazer isso com ninguém, mas aconteceu.

Faltou consenso, naquele momento, no tratamento com aquele rapaz, mas a minha preocupação é que não foi um fato isolado. Esse mesmo Juiz já fez isso várias vezes, inclusive uma outra vez com um motoqueiro, um rapaz que trabalha fazendo entregas, que teve sua audiência cancelada porque estava de camiseta. O rapaz ficou sentindo-se tão humilhado que acabou não dando mais sequência no seu processo judicial. Quero lamentar o que ocorreu e que esta Casa, não só a sociedade mas, a OAB e o Poder Judiciário, cuidem para que isso não ocorra mais, porque ninguém pode se sentir tão humilhado como esse rapaz se sentiu.

Depois, a televisão mostrou a casa dele, uma casa de madeira, onde ele demonstrou a sua condição de vida e disse o quão humilhado se sentia com aquilo. Era uma coisa doída de ver. Então, quero apenas lamentar isso.

O Sr. Edgar Bueno (PDT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Só para reforçar o seu pronunciamento. Esse assunto foi tratado amplamente na imprensa de Cascavel, ontem também no Fantástico, logicamente que pejorativamente ao município de Cascavel. Nós lamentamos

isso, já fizemos duras críticas. Quero me somar ao seu pronunciamento, à sua fala, porque temos que lamentar essa atitude da falta de sensibilidade, da falta de compreensão, da falta de noção do que representa o chinelo para aquele trabalhador. Essa insensibilidade tem que acabar no país.

Parabéns por trazer esse assunto, embora seja da minha cidade, mas louvo seu pronunciamento.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Obrigado!

Queria usar os últimos minutos que me restam para abordar um outro tema.

Eu vi meu nobre colega Deputado Antonio Belinati abordando o tema da questão das listas. Vou apenas dar a minha opinião: eu defendo a lista aberta. Acho que, realmente, vamos ficar nas mãos de caciques partidários se a lista não for aberta. Defendo, sim, a fidelidade, mas com válvula de escape para que, havendo confrontos pessoais, a pessoa possa ter o direito de sair do partido.

Defendo, também, o voto distrital misto. Acho muito importante esse sistema onde pessoas são eleitas para representar regiões. Sou a favor do parlamentarismo como forma de Governo. Que o partido também só pode ter representação no Congresso Nacional se ele tiver, no mínimo, 5% de votação no Brasil ou 2% pelo menos em 1/3 dos estados.

Algo que eu nunca vi ninguém abordar é que os Deputados e Vereadores eleitos têm que ser os mais votados, independente do partido. Isso acabaria com a mudança partidária em 90% dos casos, porque hoje as pessoas mudam de partido ou se inscrevem em um partido em função da sobrevivência política. Bom, se eu me elejo mais fácil naquele partido, vou para aquele partido, não interessa a ideologia do partido. Se você fizer os mais votados, isso acaba já com grande parte das mudanças e a pessoa fica naquele partido, porque acredita naquele partido e naquelas idéias.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Ouvi o pronunciamento, no Grande Expediente, do Deputado Marcelo Rangel. Procurei fazer um aparte para poder efetivamente estabelecer um debate sobre o tema, mas ele negou o aparte. Aliás, negou falando sobre a questão das UTIs. Estou torcendo, Deputado Marcelo Rangel, para que consigamos resolver o problema dos leitos de UTI em Ponta Grossa, o mais rápido possível. Tanto o Secretário Cláudio Xavier, o Prefeito Pedro Wosgrau, fazem um grande esforço para resolver o problema.

Mas, não é disso que vamos tratar hoje. Eu diria, Sr. Presidente, que não gostaria, como Líder do Governo, de estar tratando de um tema que envolve um Parlamentar. Acho uma coisa extremamente ruim do ponto de vista de se debater publicamente, até porque a rádio pertence à família do Deputado Marcelo Rangel e claro, temos que respeitar. É importante, um veículo de comunicação social. É sempre um veículo que presta serviço à comunidade, mas especificamente sobre o que aconteceu no final de semana, Deputado Marcelo Rangel, quando V. Exa. fala do Secretário Aírton Pissetti, está se referindo à Secretaria da Comunicação Social e ele é Secretário de Estado.

Quero dizer, como Líder do Governo, primeiro que a nota que o Secretário publica não é uma nota injuriosa, nem caluniosa, porque o que diz a nota? Para quem não estava aqui, Deputado Rossoni, ouvindo, diz, nota importante, publicada no jornal Diário dos Campos: *Para evitar distorções, comunicamos que as Rádios Mundial FM e a Central AM, de Ponta Grossa, hoje de propriedade do Deputado Marcelo Rangel, recebeu do Governo Jaime Lerner, de 1995 a 2002, a título de propaganda, em valores corrigidos, a importância de R\$ 1 milhão, 141 mil, 873. Informações disponíveis no site www.pr.gov.br. Secretaria de Estado da Comunicação Social do Governo do Paraná.* Essa é a nota publicada do jornal Diário dos Campos na edição de sexta-feira, dia 22 de junho.

V. Exa. disse aqui que a Secretaria da Comunicação Social teria pago ao Jornal Diário dos Campos R\$ 10 mil reais para publicar a nota, Deputado Belinati. Sei que V. Exa. às vezes exagera um pouco. Na verdade, tenho aqui a declaração da Secretaria de Estado da Comunicação Social, em que pagou R\$ 500 ao jornal Diário dos Campos para publicar a nota na primeira página do dia 22 de junho de 2007, anúncio de duas colunas, por 8 centímetros, esclarecendo o valor real. O valor que foi pago ao jornal Diário dos Campos. Quem paga é a Secretaria da Comunicação Social.

Quero dizer mais: aqui estão os relatórios, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. E estou aqui com um requerimento para poder constar dos Anais desta Casa, para que este também possam ser analisados esses dados. Os dados que são oficiais. São documentos oficiais da Secretaria da Comunicação Social do Estado do Paraná e se os dados estão errados tenho até uma sugestão de como podemos esclarecer esse tema, Deputado Reni Pereira, V. Exa. que é auditor fiscal do estado.

O fato é que aqui estão os dados, os resumos dos serviços executados por veículo em cada uma das rádios do estado do Paraná e é claro que estão destacadas a Rádio Central do Paraná, de Ponta Grossa, e a Rádio Mundial, de Ponta Grossa sendo que de 1998 para cá é detalhado inclusive por campanha e por órgão pagador, tendo o número do PADV. Aqui estão os documentos e são documentos oficiais que vou requerer que sejam inseridos na ata desta Sessão e certamente se esses documen-

tos não forem verídicos, já temos aqui claramente um registro desse tema.

Agora, não tenho dúvidas que os valores que a Secretaria da Comunicação Social divulga são os seguintes: do ano de 1995 a 2002, da Rádio Central, são R\$ 309 mil, 412.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

O senhor me permite um aparte?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não permito. Vou ser elegante com V. Exa., como foi comigo.

Da Rádio Central o valor corrigido, de 1995 a 2002, são R\$ 616 mil, 271, nos valores corrigidos pelo IGPM da Fundação Getúlio Vargas.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Só explique que essa rádio não era da nossa família. Explique para todo mundo. Só isso!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

De 2003 a 2006, da mesma Rádio Central, R\$ 33 mil, 320, nos valores corrigidos e R\$ 30 mil, 175. E da Rádio Mundial, no valor principal do ano de 1995 a 2002 são R\$ 222 mil, 648 e nos valores corrigidos, R\$ 525 mil, 602. E de 2003 a 2006, no valor corrigido, são R\$ 137 mil, 180 reais e 56 centavos, e no valor principal R\$ 126 mil, 901, que foram efetivamente, segundo estes relatórios, repassados à Rádio Mundial e à Rádio Central.

Esses são dados, Sr. Presidente, dos 2 veículos de comunicação. Confesso que esse tema não seria para estarmos discutindo no Plenário desta Casa, até porque efetivamente são veículos de comunicação da cidade de Ponta Grossa, os valores chegam a 1 milhão, 141 mil no valor corrigido, mas se olharmos os investimentos em propaganda feitos nos últimos 12 anos, vamos verificar que foram feitos investimentos vultosos em propaganda no nosso estado.

Pessoalmente, sou a favor de investimentos em comunicação social e sempre fui, tanto da publicidade dos atos legais quanto da divulgação do que os Governos fazem, até porque senão a população não sabe exatamente onde está sendo investido o dinheiro de impostos que ela paga - ela tem que ter essa percepção do que os Governos - seja na esfera federal, estadual, ou municipal - estão fazendo.

Aqui em Curitiba mesmo estamos vendo uma campanha publicitária do Prefeito Beto Richa, intensiva, desde o início do mês de março. Está certo? Ele está certo! Tem que divulgar o que a prefeitura está fazendo, porque cria, eleva a auto-estima do cidadão curitibano. E ao mesmo tempo, Sr. Presidente, o fato é que esse requerimento que estamos apresentando com esses relatórios deverão ser necessariamente enviados à Comissão Especial, porque penso o seguinte: se os dados não são verdadeiros, se são inverídicos, é simples! Basta fazer uma

investigação muito clara, primeiro na Junta Comercial, observar quem são os titulares, as pessoas jurídicas de direito privado que são proprietárias dessas concessões e lá você verificará quem é o proprietário, se houve a transferência da propriedade desse veículo de comunicação, qual a data que foi, e mais, em relação ao valores, recebeu, não recebeu, podemos checar isto via Secretaria da Comunicação, os veículos, quem pagou, na contabilidade pública tem quando saiu, quando foi pago, se foi pago via agência, se foi pago diretamente por veículo, o órgão pagador e mais, a própria contabilidade da rádio e aí, claro, coberto pelo sigilo fiscal, você pode ter, através da Secretaria da Receita Federal, uma clara e objetiva transparência de onde você recebeu o recurso, quanto foi e qual período que você recebeu. Não é difícil superamos esta questão dos relatórios.

Agora, penso que os documentos que são oferecidos pela Secretaria da Comunicação Social são documentos públicos, são documentos oficiais e retratam efetivamente os investimentos que foram feitos em comunicação social. Penso que o Deputado Marcelo Rangel, não sou eu aqui que vou pautar a conduta do Deputado Marcelo Rangel, mas eu acho que a discussão não pode se dar, inclusive num tom pessoal, de o Deputado falar que vai renunciar o mandato, que vai fazer isto - eu acho que não, Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. foi eleito, legitimamente eleito, eleito pela vontade do povo de Ponta Grossa e da região, tem que exercer o mandato de forma efetiva e ao mesmo tempo saberá que nesta casa aqui sempre contará com o nosso respeito, mas penso que na condição de Líder do Governo eu não posso deixar de dar respostas objetivas, até porque muitos temas são tratados, mas penso que a questão mais importante tratada nesta tarde foi efetivamente o pronunciamento que V. Exa. fez no Grande Expediente.

Era isso, Sr. Presidente, agradeço pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra a Liderança da Oposição, Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Deputado Rangel, tenho um assunto inadiável.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estivemos em Brasília junto com todas as lideranças do Paraná defendendo os interesses do Paraná, claro, dentro da insignificância que é um Deputado Estadual para o conjunto da obra no Governo Federal, mas convidado pelo Governador, convidado pelo Líder do Governo, convidado pelos companheiros, estavam em Brasília todas as lideranças defendendo a causa do Paraná. Achei aquilo um belo exemplo. Naquela reunião tivemos a participação do Senador Osmar Dias, altamente positiva, porque

certamente não seria qualquer candidato derrotado que estaria lá defendendo também a proposição feita pelo Sr. Governador. E lá o Senador Osmar Dias colocou que deveríamos, sim, defender os interesses do Paraná, mas num segundo momento teríamos que discutir o assunto Curitiba. O Governador tomou a palavra e começou a responder o Senador Osmar Dias, querendo explicar o porque que os empréstimos e convênios já assinados, contratos assinados, não estavam passando os recursos para a Prefeitura de Curitiba. Eu questionei o Governador, mas a pedido dos Deputados, disseram que o assunto Curitiba deveria ficar para uma outra oportunidade.

Por esta razão estamos aqui e quero convidar inicialmente os Deputados que representam Curitiba - quero convidar aqui o Líder do Governo, quero convidar aqui todos os Líder de partidos. Já conversei com o Presidente da Câmara e o Líder do Prefeito na Câmara Municipal para que ele estendesse o convite a todos os Vereadores de Curitiba, para que segunda-feira - já fiz um pedido ao Presidente Nelson Justus - às 10h00 da manhã, vamos abrir um debate sobre a questão Curitiba. Por quê. Quando busco informações da Prefeitura, a Prefeitura argumenta que não está inadimplente com o Tesouro Nacional; de outro lado, ouço o Secretário do Desenvolvimento e o próprio Governador nos jornais dizendo que a prefeitura está inadimplente. Acho que chegou o momento, já que o espírito do Governador está tomado deste momento conciliador, Vamos nos conciliar também pelas causas de Curitiba. E depois de Curitiba vamos nos reunir em cima de questões de municípios menores e que não têm a mesma representatividade de Curitiba. Estou propondo aqui, é natural que amanhã possamos voltar ao debate.

É uma reunião que convido a todos, estaremos nessa reunião onde estarão convidadas todas as lideranças do Paraná para colocarmos em pratos limpos esta questão Curitiba. E se a Prefeitura de Curitiba - estou trabalhando com hipótese, claro que tenho informações, mas não quero afirmá-las - se a Prefeitura provar que não está inadimplente, vamos fazer um apelo ao Governador que transfira os recursos, porque não é a fundo perdido, é um fundo rotativo do FDU, se não me falha a memória, de 18 obras no valor de 65 milhões. Esta é a minha proposta, quero dizer ao Deputado Nelson Justus que a sua presença nos honrará. Quero convidar os Deputados para que me ajudem e colaborem conosco para que não fique nenhuma entidade, nenhuma liderança fora desse encontro, do convite, porque se faz necessário.

Esta população que hoje precisa dessas obras, já sonhava em setembro, agosto do ano passado, deveriam estar acontecendo e não estão, porque há um desencontro de informações. E este desencontro de informações, acredito que é o momento ideal para nós, em uma reunião aberta, onde poderemos ter aqui o Secretário e aí conversarei com o Líder do Governo, convidar o Secretário Forte Neto, o Secretário da Prefeitura. E num segundo momento, ou num primeiro momento, a vinda do Gover-

nador, ou uma visita ao Prefeito Beto Richa, o convite ao Prefeito Beto Richa, enfim, resolvermos de uma vez por todas esta questões Curitiba. É o momento ideal, porque nós da Oposição damos uma demonstração de boa vontade, e tenho certeza que o espírito público, o espírito republicano que disse a Ministra Dilma, o espírito republicano vai prevalecer e estaremos reunidos, com respeito, com sensatez, buscando informações e esclarecimentos para que não se fique jogando a culpa em A ou B, desnecessariamente.

O Sr. Osmar Bertoldi (Democratas) (Aparte)

Em primeiro lugar quero parabenizá-lo e colocar em pauta esse assunto que é de suma importância para a cidade de Curitiba. Temos aqui na Assembleia Legislativa ex-Vereadores, como os Deputados Luiz Carlos Martins, Ney Leprevost, Stephanes Júnior, Mauro Moraes, Alexandre Curi, Rui Hara e Fábio Camargo. Quer dizer, na verdade, hoje Curitiba compõe a maior bancada de uma cidade que está dentro desta Casa Acho que a eleição acaba no dia seguinte da urna aberta.

A meu ver, quando vejo uma problema criado como esse para o município de Curitiba, onde através de uma gestão, que você precisa conciliar vários financiamentos públicos que é o caso do BID, o qual é um projeto originário da gestão passada de candidatos a Prefeito opositores, até porque fui candidato nas últimas eleições contra o atual Prefeito Beto Richa, acho louvável a atitude do Prefeito Beto Richa de continuar o projeto do eixo metropolitano, chamado agora de Linha Verde, no qual compõe mais ou menos 110 ruas a serem asfaltadas na cidade.

É óbvio que esse conjunto de obras, esse financiamento que a Prefeitura de Curitiba buscou é porque tinha capacidade de endividamento. Esse financiamento faz com que o conjunto de obras, muitas delas são do sistema viário se engate, inclusive, no conjunto de obras financiadas pelo BID, então é de suma importância.

Quando vemos, de repente, por causa de uma briga política, ao meu ver sem razão, até porque é do saber de todo mundo, que o Vice-Prefeito de Curitiba trabalhou na campanha do atual Governador do Estado, onde se tem a condição de realizar benfeitorias para a nossa cidade, pena que essa idéia não foi minha, Rossoni, que maravilha que você quer fazer nessa próxima segunda-feira. Faço um apelo à Assembleia que seja em horários distintos a vinda do Secretário de Finanças e a Audiência Pública. Essa audiência trata de uma importância tão grande como é a cidade de Curitiba, que hoje representa junto com a região metropolitana, um terço do eleitorado do nosso estado.

Parabéns Rossoni, pela sua interferência em prol da nossa cidade.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Deputado Rangel, tenho um assunto inadiável.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estivemos em Brasília junto com todas as lideranças do Paraná defendendo os interesses do Paraná, claro, dentro da insignificância que é um Deputado Estadual para o conjunto da obra no Governo Federal, mas convidado pelo Governador, convidado pelo Líder do Governo, convidado pelos companheiros, estavam em Brasília todas as lideranças defendendo a causa do Paraná. Achei aquilo um belo exemplo.

Naquela reunião tivemos a participação do Senador Osmar Dias, altamente positiva, porque certamente não seria qualquer candidato derrotado que estaria lá defendendo também a proposição feita pelo Sr. Governador. E lá o Senador Osmar Dias colocou que deveríamos, sim, defender os interesses do Paraná, mas num segundo momento teríamos que discutir o assunto Curitiba. O Governador tomou a palavra e começou a responder o Senador Osmar Dias, querendo explicar o porque que os empréstimos e convênios já assinados, contratos assinados, não estavam passando os recursos para a Prefeitura de Curitiba. Eu questionei o Governador, mas a pedido dos Deputados, disseram que o assunto Curitiba deveria ficar para uma outra oportunidade.

Por esta razão estamos aqui e quero convidar inicialmente os Deputados que representam Curitiba - quero convidar aqui o Líder do Governo, quero convidar aqui todos os Líder de partidos. Já conversei com o Presidente da Câmara e o Líder do Prefeito na Câmara Municipal para que ele estendesse o convite a todos os Vereadores de Curitiba, para que segunda-feira - já fiz um pedido ao Presidente Nelson Justus - às 10h00 da manhã, vamos abrir um debate sobre a questão Curitiba. Por quê? Quando busco informações da Prefeitura, a Prefeitura argumenta que não está inadimplente com o Tesouro Nacional; de outro lado, ouço o Secretário do Desenvolvimento e o próprio Governador nos jornais dizendo que a prefeitura está inadimplente. Acho que chegou o momento, já que o espírito do Governador está tomado deste momento conciliador, Vamos nos conciliar também pelas causas de Curitiba. E depois de Curitiba vamos nos reunir em cima de questões de municípios menores e que não têm a mesma representatividade de Curitiba. Estou propondo aqui, é natural que amanhã possamos voltar ao debate.

É uma reunião que convido a todos, estaremos nessa reunião onde estarão convidadas todas as lideranças do Paraná para colocarmos em pratos limpos esta questão Curitiba. E se a Prefeitura de Curitiba - estou trabalhando com hipótese, claro que tenho informações, mas não quero afirmá-las - se a Prefeitura provar que não está inadimplente, vamos fazer um apelo ao Governador que transfira os recursos, porque não é a fundo perdido, é um fundo rotativo do FDU, se não me falha a memória, de 18 obras no valor de 65 milhões. Esta é a minha proposta, quero dizer ao Deputado Nelson Justus que a sua presença nos honrará. Quero convidar os Deputados para que me ajudem e colaborem conosco para que não fique

nenhuma entidade, nenhuma liderança fora desse encontro, do convite, porque se faz necessário.

Esta população que hoje precisa dessas obras, já sonhava em setembro, agosto do ano passado, deveriam estar acontecendo e não estão, porque há um desencontro de informações. E este desencontro de informações, acredito que é o momento ideal para nós, em uma reunião aberta, onde poderemos ter aqui o Secretário e aí conversarei com o Líder do Governo, convidar o Secretário Forte Neto, o Secretário da Prefeitura. E num segundo momento, ou num primeiro momento, a vinda do Governador, ou uma visita ao Prefeito Beto Richa, o convite ao Prefeito Beto Richa, enfim, resolvermos de uma vez por todas esta questão Curitiba. É o momento ideal, porque nós da Oposição damos uma demonstração de boa vontade, e tenho certeza que o espírito público, o espírito republicano que disse a Ministra Dilma, o espírito republicano vai prevalecer e estaremos reunidos, com respeito, com sensatez, buscando informações e esclarecimentos para que não se fique jogando a culpa em A ou B, desnecessariamente.

O Sr. Osmar Bertoldi (Democratas) (Aparte)

Em primeiro lugar quero parabenizá-lo e colocar em pauta esse assunto que é de suma importância para a cidade de Curitiba. Temos aqui na Assembléia Legislativa ex-Vereadores, como os Deputados Luiz Carlos Martins, Ney Leprevost, Stephanes Júnior, Mauro Moraes, Alexandre Curi, Rui Hara e Fábio Camargo. Quer dizer, na verdade, hoje Curitiba compõe a maior bancada de uma cidade que está dentro desta Casa Acho que a eleição acaba no dia seguinte da urna aberta.

A meu ver, quando vejo uma problema criado como esse para o município de Curitiba, onde através de uma gestão, que você precisa conciliar vários financiamentos públicos que é o caso do BID, o qual é um projeto originário da gestão passada de candidatos a Prefeito opositores, até porque fui candidato nas últimas eleições contra o atual Prefeito Beto Richa, acho louvável a atitude do Prefeito Beto Richa de continuar o projeto do eixo metropolitano, chamado agora de Linha Verde, no qual compõe mais ou menos 110 ruas a serem asfaltadas na cidade. É óbvio que esse conjunto de obras, esse financiamento que a Prefeitura de Curitiba buscou é porque tinha capacidade de endividamento. Esse financiamento faz com que o conjunto de obras, muitas delas são do sistema viário se engate, inclusive, no conjunto de obras financiadas pelo BID, então é de suma importância.

Quando vemos, de repente, por causa de uma briga política, ao meu ver sem razão, até porque é do saber de todo mundo, que o Vice-Prefeito de Curitiba trabalhou na campanha do atual Governador do Estado, onde se tem a condição de realizar benfeitorias para a nossa cidade, pena que essa idéia não foi minha, Rossoni, que maravilha que você quer fazer nessa próxima segunda-feira. Faço um apelo à Assembléia que seja em horários distintos a vinda do Secretário de Finanças e a Audiência

Pública. Essa audiência trata de uma importância tão grande como é a cidade de Curitiba, que hoje representa junto com a região metropolitana, um terço do eleitorado do nosso estado.

Parabéns Rossoni, pela sua interferência em prol da nossa cidade.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)

Deputado Rossoni, a respeito desse assunto gostaria de dizer que estive em Brasília, e veja só como nós realmente representamos uma nova fase na história da política do estado do Paraná.

Sou Deputado da Oposição desse Governo e serei até o último dia do mandato, pode ter certeza disso, mesmo assim estive lá em Brasília, junto com os demais Deputados e estive também na Câmara dos Deputados para conversar com a liderança máxima do meu partido, o Sr. Fernando Coruja. Firmamos questão, todo o partido nacional vai votar a favor do estado do Paraná, para que anulemos essa multa de 10 milhões por mês. É a minha contribuição como Líder do PPS do Estado do Paraná, conversando com o Líder Nacional.

Gostaria que deixasse registrado de forma clara, que aquela nota foi capciosa, porque a minha Estação Mundial e a Rádio Central, naquela época, não faziam parte da minha família, o que ele não falou.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)

Deputado Rossoni, peço que o Líder do Governo, Romanelli, não veja isso como ironia, pelo contrário. Quero sugerir, inclusive, que estejamos presentes nessa reunião e que ela seja transmitida ao vivo pelas rádios e tevês do Governador Requião.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, estou fazendo aqui essa proposta, foi uma questão que inclusive discutimos com o Senador Osmar Dias, em Brasília. Foi uma sugestão dele, também. Estaremos convidando todos os Senadores.

Por essa razão, gostaria depois de discutir com V. Exa., com o Líder, eu não quero ser dono da proposta. Quero que encontre uma solução para este problema que está sufocando muita gente em Curitiba.

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)

Quem sabe se V. Exa. já estende o convite ao Governador Requião e ao Prefeito Beto Richa para estarem presentes nessa reunião. Quem sabe haja até uma reconciliação entre essas duas autoridades.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Tive o cuidado pedindo o plenarinho. Primeiro, tendo certeza que teria o plenarinho; segundo, comecei a conversar com os Deputados Federais, Senadores, Vereadores, porque os Vereadores de Curitiba estarão em recesso. Eu tinha que ter certeza de que teria o plenarinho e agora esse encontro da Audiência Pública do Secretário

Heron Arzua que foi transferida para o dia 2. Acredito que podemos encontrar uma solução e que pode haver as duas, que não vai haver nenhum problema.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Em primeiro lugar, acho que foi muito importante a sua presença e dos demais Deputados Líderes e representantes de bancada que compareceram na reunião de Brasília. Fomos lá chefiados pelo Deputado Nelson Justus e penso que foi importante a mobilização da Assembleia, porque ela motivou uma presença maiúscula da nossa bancada federal tanto na Câmara Federal, quanto no Senado.

Foi importante os posicionamentos destituídos de qualquer tipo de ranço em relação ao resultado das eleições. Acho que foi uma manifestação a favor do estado do Paraná.

Sou favorável a que possamos, com transparência, debater esses temas. As informações que obtive, e disse isso publicamente, me foram repassadas pelo Secretário do Desenvolvimento Urbano. Ele tem que ter posição pública do tema. Da mesma forma, falou: “Nós repassamos R\$ 23 milhões a fundo perdido para Curitiba, mais R\$ 2 milhões para sinalização.” São dados que estou dizendo que são importantes serem discutidos.

Queria sugerir, Sr. Presidente, que essa reunião é importante que seja feita. Da minha parte, que Curitiba e a gestão do Prefeito Beto Richa, que sempre dão certo as coisas. Eu torço para que as coisas dêem certo. Quero que os Governantes acertem e consigam fazer cada vez mais pelo povo, porque ele merece ter bons Governos.

Mas quero dizer a V. Exa. que estarei nessa reunião, com certeza, com absoluta reciprocidade à sua postura como Líder da Oposição. E estarei à disposição para trabalhar em favor de Curitiba, que é extremamente importante.

Quero dizer, Sr. Presidente, para não atrapalhar as reuniões. Se for o caso, marque a audiência para o horário da própria Sessão, de uma forma que se resolva e se faça as duas reuniões.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

A nossa reunião não há como ser marcada a tarde, porque todos nós sabemos que os Senadores, Deputados Federais têm que estar em Brasília e por isso a nossa preocupação.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 022/07, de autoria do Sr. Governador do Estado, constante do expediente, enca-

minhando anteprojeto de lei que objetiva alterar a denominação da Secretaria de Estado da Criança, recém criada pela Lei nº 15347, de 22 de dezembro de 2006, ao mesmo tempo em que redefine suas atribuições e estrutura e extingue a autarquia Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, porque assume também as finalidades dos mesmos. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 171/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a pavimentação asfáltica na estrada que faz a ligação dos municípios de Roncador e Mato Rico. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 172/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Presidente da ALL - América Latina Logística, que transfira o seu pátio de manobras do centro de Rolândia para a localidade denominada Ceboleiro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 173/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, propondo que sejam efetuadas medidas de segurança para o trecho da BR-277, localizado entre o Restaurante Girassol e o cruzamento com a R. Conceição, no acesso ao bairro Colônia Francesa, no município de Palmeira. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 174/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, que seja efetuada a adequação do trevo de acesso à cidade de Piên, na rodovia PR-420. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei complementar, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli e Professor Luizão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria dos Srs. Deputados Nelson Justus e Rui Hara, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre a Instituição dos Atrativos e das Áreas Estaduais de interesse turístico e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CICT. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 015/07, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri e Rosane Ferreira, que cria no Estado do Paraná, Programa de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações Públicas Estaduais e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Em votação.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Estamos solicitando que este projeto seja retirado por duas Sessões, porque há um projeto com o mesmo teor do Deputado Cheida e que já esteve nesta Casa e foi votado em 1ª discussão.

Então, estamos solicitando para que seja retirado por duas Sessões, de comum acordo com os Deputados Cheida e Rosane, nós compormos os 2 projetos na Comissão de Meio Ambiente e retorná-lo à Casa, em forma de substitutivo geral e contemple os 3 Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação o Requerimento nº 1809, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) Sessões do Projeto de Lei nº 015/07. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões do Projeto de Lei nº 015/07.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 292/07, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que denomina o viaduto localizado na BR-376, contorno sul, de Viaduto Deputado Aníbal Khury. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/07, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso de imóvel ao município de Irati. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 346/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Governo do Estado doar imóvel à Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste para funcionamento de organizações da agricultura familiar, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 360/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder Executivo a proceder a cessão de uso à APAE de Foz do Iguaçu, do imóvel sito a Av. Paraná, 1536, localizado no município de Foz do Iguaçu. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 387/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública a Associação das Modistas de Curitiba e Região Metropolitana - AMC e RM, com sede e foro no município de Curitiba/PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 395/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que declara de utilidade pública estadual, a Associação Filantrópica verde, com sede e foro na cidade de Sapopema. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 406/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/07, que dispõe sobre a aplicação do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDAS DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda supressiva de plenário, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 406/07

A presente emenda supressiva ao Projeto de Lei nº 406/07, oriundo de Mensagem Governamental nº 018/07, que dispõe sobre aplicação do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, visa suprimir-lhe o artigo 4º, renumerando o artigo 5º como 4º e assim sucessivamente.

Sala das Sessões, em 25.06.07.

(aa) VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, DUÍLIO GENARI, ADEMAR TRAIANO, LUIZ CARLOS MARTINS, AUGUSTINHO ZUCCHI, CIDA BORGHETTI, RUI HARA, MARCELO RANGEL e ANTONIO BELINATI.

JUSTIFICATIVA:

É necessária a emenda proposta, pois no caso de não acolhimento da lei paranaense pelo Comitê Gestor de Tributação de que trata a Lei Complementar Federal nº 123/06, haverá um aumento da carga tributária para os pequenos e micro empresários, na ordem de 1% (um por cento).

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, vejo com felicidade o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que está na Mesa, Deputado Durval Amaral. Esta emenda supressiva é bem intencionada, mas não resolve o nosso problema, provavelmente cria um outro. Mas, esta é uma discussão no momento apropriado, o da votação da emenda.

De qualquer forma, a retirada do projeto da pauta desta Sessão, faz com que obrigatória e necessariamente nós precisemos votar esta emenda amanhã, apreciá-la, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e incluir na Ordem do Dia de amanhã, porque sabemos que esta lei tem que entrar em vigor antes do dia 1º, para regular o Simples Nacional, porque isto possibilitará ou causará uma insegurança jurídica muito grande para as empresas paranaenses.

Então é necessário, porque estamos no limite da votação desta lei. Por isso, quero fazer esta questão de ordem, no sentido de que, de fato, possamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cabe a questão de ordem de V. Exa. Já consultamos o Presidente da CCJ, tudo combinado para que a emenda seja apreciada na reunião da CCJ de terça-feira, amanhã.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 413/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a Associação de Empreiteiros Florestais de

Pinhão, com sede e foro no município de Pinhão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 426/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Casa de Apoio Belém, com sede e foro na cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 273/07, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que concede o Título de Cidadão Honorário a Severino Nunes de Araújo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 030/07, de 17/04/07, em Projetos de Lei).**

Em votação.

Será procedida à chamada nominal dos Srs. Deputados. Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Alexandre Curi, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados. Explicando aos Srs. Deputados que forem favoráveis ao projeto de autoria do Deputado Antonio Belinati votem com a expressão SIM; os que forem contrários votem com a expressão Não.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Alexandre Curi)
(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

Quarenta Deputados responderam a chamada.
Quarenta Deputados votaram SIM.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quarenta Srs. Deputados votaram. Está **aprovado**, em 1ª discussão, o projeto de autoria do Deputado Antonio Belinati.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dá nova redação ao artigo 2º, da Lei nº 13867, de 08 de novembro de 2002, que dispõe sobre reversão de imóvel ao município de Icaraíma. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 038/07, de 02/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 314/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Estadual Alexandre Curi, tem por objetivo alterar a redação ao artigo 2º, da Lei nº 13867/02, que dispõe sobre reversão de imóvel ao município de Icaraíma.

Fundamentação

A Lei nº 13867/02, é de autoria do Deputado Nelson Garcia, a qual no artigo 2º destina o imóvel objeto de doação exclusivamente para a construção de uma quadra de esportes coberta, não sendo permitida destinação diversa, sob pena da doação tornar-se sem efeito.

O referido dispositivo da Lei nº 13867/02 já sofreu modificação pela Lei nº 14972/05, de autoria do Deputado Alexandre Curi, conferindo destinação diversa ao imóvel para a construção de um entreposto de pesca e de um centro de apoio ao jovem.

O presente projeto visa modificar novamente a destinação do imóvel para a construção de um barracão industrial para o desenvolvimento de atividades sociais e de geração de empregos e renda para a comunidade carente do município de Icaraíma.

Tal pretensão encontra respaldo constitucional, tendo em vista tratar-se de bem do domínio público. O doutrinador Celso Antônio Bandeira de Melo, explica que *bens públicos são todos os bens que pertencem às pessoas jurídicas de direito público, isto é, união, estados, distrito federal, municípios, respectivas autarquias e fundações de direito público (...). O conjunto de bens públicos forma o domínio público, que inclui tanto bens imóveis como móveis.*

Desta forma a Constituição do Estado dispõe:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

XIII - bens do domínio público:

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social. (grifos nossos).

Logo, além da previsão constitucional da matéria, também verifica-se que a lei em questão é de autoria do Pde Legislativo, portanto pertence a este a legitimidade para propor alterações.

Conclusão

Diante dos motivos apresentados, e pela constitucionalidade aferida, opina-se pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 29.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 314/07

P A R E C E R :

Relatório

O nobre Deputado Alexandre Curi propõe alteração da redação ao artigo 2º, da Lei nº 13867, de 08 de

novembro de 2002, que pretende dar outra finalidade de utilização deste imóvel. No local deverá ser construído um barracão para desenvolver atividades de geração, trabalho e renda, principalmente no ramo de confecção e de artesanatos para as mães dos pescadores que lá habitam. O distrito de Porto Camargo é um local turístico, onde no fim de semana recebe muitos turistas, o que colabora com o desenvolvimento não só da pesca, mas também de outros ramos de atividades no local.

Parecer

Sendo assim, sou de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.05.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
PÉRICLES DE MELLO - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 380/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de utilidade pública a Associação de Agricultores Familiares de Jacutinga de Cima, com sede no município de Mato Rico e foro em Pitanga. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/07, de 22/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 380/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Agricultores Familiares de Jacutinga de Cima, com sede e foro no município de Mato Rico.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, o artigo 2º ao dispor “revogadas as disposições em contrário”, fere a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, pois assim determina: *Art. 9º A cláusula de revogação, deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.* Desta forma, sugere-se a emenda supressiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 380/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda supressiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Capanema, área de terras do DER, conforme especifica. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 059/07, de 04/06/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 405/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana, autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Capanema, área de terras do DER, conforme especifica.

É legítima a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual, nos seus artigos 65 e 10:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Quanto à técnica legislativa, não foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar

nº 095/98, onde se omitiu a cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação através do substitutivo geral anexo.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 405/07

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao município de Capanema/PR, uma área de terras com 46.822,50m², desapropriada pelo DER pelo Decreto Estadual nº 3082, de 08 de março de 1994, retirada do imóvel constituído pelo Lote Rural nº 92 da Gleba 145-CP do Núcleo Capanema, da Colônia Missões do município de Capanema, com área total de 343.000 m², com matrícula sob nº 7040, Livro 062, fls. 171v.172/172v. do Registro Geral de Imóveis de Capanema/PR.

Parágrafo Único. A doação do imóvel a que se refere o *caput* deste artigo, deverá ficar gravada com cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado para abrigar a alfândega de fiscalização da ponte internacional do rio Santo Antonio, divisa Brasil e Argentina, não podendo ser dada outra destinação, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1813, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1775 e 1777, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1778, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1782 e 1783, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1784, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1785, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, com apoio do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1786, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1787, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1788, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1790, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1791, de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 1793 e 1794, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1795, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1797, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1798, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1799, de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, com apoio dos Srs. Deputados Rui Hara, Ney Leprevost, Stephanes Júnior e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para providências.**

Requerimento nº 1802, 1803 e 1806, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1810, de autoria do Sr. Deputado Rui Hara, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1811, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimento nº 1779, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 1812, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 059 e 083/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 346, 395 e 413/07.

2 DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 273, 314, 380 e 405/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 152, 172, 291, 316/07 e do Projeto de Resolução nº 012/07.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI EM SESSÃO DO DIA 25 DE JUNHO DE 2007.

SECRETARIA DE ESTADO
DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Curitiba, 25 de junho de 2007

Ilmo. Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli
Ref.: Publicação nota

Informamos que a Secretaria de Estado da Comunicação Social, pagará a importância de R\$ 500,00 (quinhentos reais), ao jornal Diário dos Campos pela publicação de: Nota Importante, na 1ª página, no dia 22 de junho de 2007. Anúncio de 2 col X 8 cms., esclarecendo os valores gastos nas rádios Central e Mundial, no período de 1995 a 2006.

O valor pago ao jornal poderá ser comprovado, posteriormente com a apresentação da nota fiscal.

Atenciosamente,

(a) JANE PRÓSPERO
Coordenadora de Mídia

Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº
Palácio Iguaçu - Centro Cívico
80530-909 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: (41) 3350-2400

Rádio Central			Rádio Mundial			Índice Correção
Ano	Principal	Corrigido	Principal	Corrigido		
1995	10.722	33.032	15.253	46.991		208,08749%
1996	25.259	68.297	53.321	144.170		170,38467%
1997	19.121	47.694	36.081	89.996		149,42973%
1998	35.037	83.268	51.848	123.221		137,65739%
1999	14.552	32.000	13.504	29.695		119,89481%
2000	25.046	48.362	17.162	33.139		93,09385%
2001	117.445	204.228	12.156	21.138		73,89248
2002	62.230	99.390	23.324	37.252		59,71340%
Total	309.412	616.271	222.648	525.602		
2003	0	0	11.770	14.294		21,44205%
2004	20.455	23.209	31.911	36.208		13,46490%
2005	9.720	10.111	75.390	78.424		4,02445%
2006	0	0	7.910	8.255		4,36177%
Total	30.175	33.320	126.981,00	137.180,56		
Índice de Correção - IGPM/ FGV						
SITE: www4.bob.gov.br/pec/correcao.asp Base 04/2007						

Governo do Estado do Paraná Secretaria de Comunicação Social do Paraná Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação PADV Resumo dos Serviços Executados por Veículo Período de: 01/01/95 a 31/12/95	
Veículos	Valor
Rádio Castro	3.326.00
Rádio CBN	91.200.00
Rádio CBN de Londrina	9.419.60
Rádio Celinauta AM	14.091.00
Rádio Central de Roncador	2.866.80
Rádio Cent. do Paraná de Ponta Grossa	8.577.32
Rádio Chopinzinho	1.874.67
Rádio Cianorte FM	8.505.00
Rádio Cidade de Cascavel AM	969.60

Governo do Estado do Paraná Secretaria de Comunicação Social do Paraná Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação PADV Resumo dos Serviços Executados por Veículo Período de: 01/01/95 a 31/12/95	
Veículos	Valor
Rádio Cidade de Curitiba FM	16.598.64
Rádio Cidade de Curitiba AM	120.501.90
Rádio Cidade de Jacarezinho	2.708.00
Rádio Cidade de Paranavaí FM	11.225.00
Rádio Cidade de Pato Branco	6.165.80
Rádio Clube de Curitiba AM	60.194.72
Rádio Clube de Curitiba FM	48.354.68
Rádio Clube de Ponta Grossa	12.021.40
Rádio Clube de Realeza	5.560.00

Governo do Estado do Paraná Secretaria de Comunicação Social do Paraná Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação PADV Resumo dos Serviços Executados por Veículo Período de: 01/01/95 a 31/12/95	
Veículos	Valor
Rádio Clube de Ubatã	3.431,60
Rádio Colméia de Campo Mourão	12.181,90
Rádio Colméia de Cascavel	12.691,55
Rádio Colméia de Mandaguçu	2.641,60
Rádio Colméia de Porto União - SC	5.861,00
Rádio Colombo	53.228,40
Rádio Contin. de Francisco Beltrão	50,00
Rádio Cornélio	6.120,30
Rádio Cristal AM	1.873,48
Rádio Cultura de Andirá	548,32
Rádio Cultura de Apucarana	3.386,44
Rádio Cultura de Cambará	1.872,40
Rádio Cultura de Curitiba	2.500,00
Rádio Cultura de Foz do Iguaçu	46.272,48
Rádio Cult. de Foz do Iguaçu - FM	9.750,00
Rádio Cultura de Guarapuava FM	1.356,00
Rádio Cultura de Guarapuava AM	943,20
Rádio Cultura de Iporã	615,60
Rádio Cultura de Maringá AM	11.982,00
Rádio Cultura de Maringá FM	10.816,80
Rádio Cultura de Palotina	1.184,20
Rádio Cultura de Paranavaí	646,40
Rádio Cultura Norte de Paranavaí	1.971,20
Rádio Cultura Nova Paranaense	704,00
Rádio Cultura Palotinese	3.776,40
Rádio Cult. Sul FM de S. Mateus	2.052,00
Rádio Curitiba - Rede CBN	15.000,00
Rádio Danúbio Azul de Santa Izabel do Oeste	119,00
Rádio Difusora AM de Guarapuava	16.000,00

Governo do Estado do Paraná Secretaria de Comunicação Social do Paraná Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação PADV Resumo dos Serviços Executados por Veículo Período de: 01/01/95 a 31/12/95	
Veículos	Valor
Rádio Difus. de Cândido Rondon AM	1.010,00
Rádio Guairacá-92 FM de Guarapuava	24.000,00
Rádio Guairacá de Mandaguari	3.388,80
Rádio Guairacá de Terra Rica	2.412,60
Rádio Guaranizaçu	3.313,00
Rádio Havai	6.075,68
Rádio Humaita	3.202,76
Rádio Iara	1.000,00
Rádio Iguaçu	2.498,00
Rádio Ilha do Mel FM	10.244,47
Rádio Ilha Grande de Pérola	11.339,60
Rádio Inconfidência de Umuarama	4.169,00
Rádio Independência do PR FM 104	11.446,53
Rádio Independência de Curitiba	86.294,42
Rádio Independência de Medianeira	4.527,30
Rádio Independ. de Salto do Lontra	4.578,00
Rádio Ingamar	2.894,00
Rádio Integração	78.912,00
Rádio Integração de Corbélia	11.250,00
Rádio Integração de Toledo	25.000,00
Rádio Intercontinental Ltda.	850,17
Rádio Internacional	4.345,60
Rádio Itaipu FM	4.968,00
Rádio Itapuã	8.660,00
Rádio Jaguariaíva	1.871,00
Rádio Jóia de Pérola FM	621,60
Rádio Jornal de São Miguel RJ	625,00
Rádio Jovem Pan	70.031,07
Rádio Jovem Pan de Cascavel	1.912,60
Rádio Jovem Pan de Jacarezinho	982,60

Governo do Estado do Paraná Secretaria de Comunicação Social do Paraná Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação PADV Resumo dos Serviços Executados por Veículo Período de: 01/01/95 a 31/12/95	
Veículos	Valor
Rádio Jovem Pan de Maringá	1.912,60
Rádio Lagoa Dourada de Ponta Grossa	5.978,72
Rádio Legendária	525,20
Rádio Líder FM	4.719,88
Rádio Litoral Sul de Paranaguá	9.622,06
Rádio Litoral Sul FM	780,00
Rádio Londrina	11.616,20
Rádio Maringá FM	11.231,43
Rádio Matelândia	6.923,30
Rádio Melodia FM - 97,9	6.377,28
Rádio Metropolitana de Marialva FM	1.240,00
Rádio Metropolitana de Maringá	16.694,20
Rádio Monge FM	3.888,50
Rádio Movimento de Pato Branco	12.715,00
Rádio Mundial FM	12.202,00
Rádio Musical de Campo Mourão FM	10.011,00
Rádio Nacional - AM	7.937,91
Rádio Najua de Irati	5.128,00
Rádio Norte	4.468,00

Governo do Estado do Paraná Secretaria de Comunicação Social do Paraná Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação PADV Resumo dos Serviços Executados por Veículo Período de: 01/01/96 a 31/12/96	
Veículos	Valor
Rádio Central do Paraná de Ponta Grossa	15.878,37
Rádio Chopinzinho	8.477,42
Rádio Cianorte FM	16.059,20
Rádio Cidade de Jandaia	7.812,00

Governo do Estado do Paraná Secretaria de Comunicação Social do Paraná Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação PADV Resumo dos Serviços Executados por Veículo Período de: 01/01/96 a 31/12/96	
Veículos	Valor
Rádio Cidade de Cascavel AM	687,16
Rádio Cidade de Cascavel - FM Studio 99	956,48
Rádio Cidade de Curitiba AM	125.173,40
Rádio Cidade de Jacarezinho	6.400,00
Rádio Cidade de Medianeira FM	6.468,00
Rádio Cidade de Paranavaí FM	19.344,00
Rádio Cidade de Pato Branco	9.684,00
Rádio Clube - Algaci Túlio	42.000,00
Rádio Clube - Eq. Sidney Campos	15.000,00
Rádio Clube - Programa A Voz do Vale de Faxinal	18.000,00
Rádio Clube de Curitiba AM	89.576,20
Rádio Clube de Curitiba FM	56.732,00
Rádio Clube de Faxinal Ltda	45.000,00
Rádio Clube de Ponta Grossa	30.745,60
Rádio Clube de Realeza	12.089,80
Rádio Clube de Ubitatã	31.849,20
Rádio Colméia de Campo Mourão	11.366,80
Rádio Colméia de Cascavel	52.974,20
Rádio Colméia de Mandaguaçu	9.240,00
Rádio Colméia de Porto União - SC	14.160,00
Rádio Colombo	78.216,00
Rádio Colombo - Ervin Bonkoski	2.500,00
Rádio Colombo - Neivo Beraldin	14.500,00
Rádio Colombo - Programa A Verdade Sem Medo	59.500,00
Rádio Contin. de Francisco Beltrão	2.026,00
Rádio Cornélio	16.190,00
Rádio Cristal AM	1.430,16
Rádio Cristian FM	1.728,00

Governo do Estado do Paraná Secretaria de Comunicação Social do Paraná Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação PADV Resumo dos Serviços Executados por Veículo Período de: 01/01/96 a 31/12/96	
Veículos	Valor
Rádio Cultura AM - Alvir Preisner	14.400,00
Rádio Cultura de Apucarana	8.956,40
Rádio Cultura de Arapongas AM	5.000,00
Rádio Cultura de Cambará	3.287,52
Rádio Cultura de Foz do Iguaçu	24.898,56
Rádio Cultura de Foz do Iguaçu FM	13.732,00
Rádio Cultura de Iporã	3.168,00
Rádio Cultura de Maringá AM	21.017,20
Rádio Cultura de Maringá FM	16.983,00
Rádio Cultura de Palotina	23.485,60
Rádio Cultura de Paranavaí	1.350,60
Rádio Cultura de Umuarama	12.591,36
Rádio Cultura FM (Apucarana)	411,36
Rádio Cultura Norte de Paranavaí	5.068,80
Rádio Cultura Sul FM de São Mateus	4.956,00
Rádio Difusora AM - Jocelito Canto	30.000,00
Rádio Líder FM	7.140,00
Rádio Litoral Sul de Paranaguá	13.364,00
Rádio Londrina	24.794,40
Rádio Maringá FM	18.151,56
Rádio Matelândia	9.116,40
Rádio Mbaracayu AM de Salto Del Guairá	441,56
Rádio Melodia FM - 97,9	11.404,80
Rádio Metropolitana de Maringá	9.926,40
Rádio Metropol. de Maringá - FM	15.191,00
Rádio Movimento de Pato Branco	24.468,00
Rádio Mundial FM	18.253,20
Rádio Mus. de Campo Mourão FM	24.449,60
Rádio Nacional de Curitiba	5.350,00

Governo do Estado do Paraná Secretaria de Comunicação Social do Paraná Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação PADV Resumo dos Serviços Executados por Veículo Período de: 01/01/96 a 31/12/96	
Veículos	Valor
Rádio Nacional AM de Cascavel	20.215,22
Rádio Nacional de Curitiba - Programa Osmar Bertoldi	9.000,00
Rádio Nacional de Mandirituba	20.000,00
Rádio Nacional de Ponta Grossa	16.868,00
Rádio Nacional de Ponta Grossa - Aroldo M.	8.400,00
Rádio Najua de Irati	8.000,00
Rádio Norte	9.160,00
Rádio Nova Apucarana AM	26.655,22
Rádio Nova Cultura de Andirá	483,84
Rádio Nova Cultura de Andirá	2.317,68
Rádio Nova de Apucarana FM	30.972,76
Rádio Nova Era de Borrazópolis AM	52.685,87
Rádio Oeste Capital FM	32.729,08
Rádio Ouro Verde FM	23.720,00
Rádio Paiquerê de Londrina AM	64.693,60
Rádio Paiquerê de Londrina FM	53.558,40
Rádio Panorama	20.000,00
Rádio Paraná AM	1.500,00
Rádio Paraná Difusão S/C Ltda. - Revista Corpo	2.000,00
Rádio Paranavaí	16.734,36
Rádio Pepita de Ouro	8.733,00
Rádio Pitangui de Ponta Grossa	30.000,00
Rádio Platinense AM de Santo Antonio da Platina	890,40
Rádio Porta Voz de Cianorte	2.880,00
Rádio Princesa de Fco. Beltrão AM	11.812,80
Rádio Princesa de Fco. Beltrão FM	3.369,84
Rádio Princesa de Fco. Beltrão AM	1.869,24

Governo do Estado do Paraná Secretaria de Comunicação Social do Paraná Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação PADV Resumo dos Serviços Executados por Veículo Período de: 01/01/96 a 31/12/96	
Veículos	Valor
Rádio Princesa de Roncador	8.400,00
Rádio Progresso de Clevelândia AM	6.618,72
Rádio Radiodif. Cidade Alta FM 93	1.000,00
Rádio Rural AM de Campo Mourão	2.441,36
Rádio Rural FM de Campo Mourão	7.379,76

Governo do Estado do Paraná Secretaria de Comunicação Social do Paraná Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação PADV Resumo dos Serviços Executados por Veículo Período de: 01/01/96 a 31/12/96	
Veículos	Valor
Rádio São João	2.208,00
Rádio Scala FM de Curitiba	16.896,00
Rádio Siriema de Guaíra	500,00

Governo do Estado do Paraná Secretaria de Comunicação Social do Paraná Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação - PADV Resumo dos Serviços Executados por Veículo Período de: 01/10/96 a 31/12/96			
Veículos	Valor Líquido	Comissão	Valor Bruto
Rádio Aquarius de Arapongas	1.600,00	400,00	2.000,00
Rádio Arapongas	1.600,00	400,00	2.000,00
Rádio Atalaia de Curitiba Ltda	4.320,00	1.080,00	5.400,00
Rádio Atalaia de Guarapuava	39.100,00	5.400,00	44.500,00
Rádio Atalaia de Maringá	4.666,56	1.166,64	5.833,20
Rádio Atlântica de Cornélio Procopio	11.655,52	2.913,88	14.569,40
Rádio Atlântica de Mal. Când. Rondon	7.209,60	1.802,40	9.012,00
Rádio Auriverde de Pitanga	1.248,00	312,00	1.560,00
Rádio Bianca FM de Umuarama - Radiofusão	1.152,00	288,00	1.440,00
Rádio Bom Jesus	2.878,08	719,52	3.597,60
Rádio Brasil Sul	86.912,00	7.478,00	94.390,00
Rádio Brasileira	398,40	99,60	498,00
Rádio Brasileira - AM de Bela Vista Paraíso	398,40	99,60	498,00
Rádio Brotas de Piraí do Sul	1.000,00	250,00	1.250,00
Rádio Cabiúna	720,00	180,00	900,00
Rádio Caiobá FM	22.746,40	5.686,60	28.433,00
Rádio Caiuá FM Stereo	1.632,00	408,00	2.040,00
Rádio Campo Aberto de Laranjeiras do Sul	1.647,36	411,84	2.059,20

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Comunicação Social do Paraná
Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação - PADV
Resumo dos Serviços Executados por Veículo
Período de: 01/10/96 a 31/12/96

Veículos	Valor Líquido	Comissão	Valor Bruto
Rádio Capital - Geraldo Santos	4.364,80	1.091,20	5.456,00
Rádio Capital de Cianorte AM	4.308,00	1.077,00	5.385,00
Rádio Capital do Papel FM	1.520,00	380,00	1.900,00
Rádio Capital Nacional de Cascavel - Olga	3.760,00	940,00	4.700,00
Rádio Capital R. Lopes	6.284,80	1.571,20	7.856,00
Rádio Castro	1.600,00	400,00	2.000,00
Rádio CBN de Londrina	8.281,60	2.070,40	10.352,00
Rádio CBN de Notícias de Curitiba	90.000,00	16.500,00	106.500,00
Rádio Celinauta AM	3.200,00	800,00	4.000,00
Rádio Central do Paraná de Ponta Grossa	4.328,88	1.082,22	5.411,10
Rádio Chopinzinho	2.596,50	649,13	3.245,63
Rádio Cianorte FM	3.840,00	960,00	4.800,00
Rádio Cidade de Jandaia	2.880,00	720,00	3.600,00
Rádio Ilha do Mel FM	3.529,96	882,49	4.412,45
Rádio Ilha Grande de Pérola	5.619,84	1.404,96	7.024,80
Rádio Independ. de Ctba - Luiz C. Martins	43.800,00	10.950,00	54.750,00
Rádio Independência de Curitiba AM	42.965,20	10.741,30	53.706,50
Rádio Independência de Curitiba - Programa Jotapê - Programa Policial	5.000,00	1.250,00	6.250,00
Rádio Independência de Curitiba FM	27.096,80	6.774,20	33.871,00
Rádio Independência de Medianeira	1.555,20	388,80	1.944,00
Rádio Independência de Salto do Lontra	3.922,00	980,50	4.902,50
Rádio Ingamar de Marialva	11.200,00	2.800,00	14.000,00
Rádio Ingamar de Maringá - N. Yamamoto	2.400,00	600,00	3.000,00
Rádio Ingamar de Maringá - Prado	7.200,00	1.800,00	9.000,00
Rádio Integração de Corbélia	15.908,48	3.977,12	19.885,60
Rádio Integração de Toledo	12.220,00	2.980,00	15.200,00
Rádio Internacional	1.920,00	480,00	2.400,00
Rádio Itaipu FM	5.408,00	1.352,00	6.760,00
Rádio Itapuã	7.435,20	1.858,80	9.294,00
Rádio Jaguariaíva	1.436,40	359,10	1.795,50

Governo do Estado do Paraná Secretaria de Comunicação Social do Paraná Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação - PADV Resumo dos Serviços Executados por Veículo Período de: 01/10/96 a 31/12/96			
Veículos	Valor Líquido	Comissão	Valor Bruto
Rádio Jovem Pan de Cambé	1.267,20	316,80	1.584,00
Rádio Jovem Pan de Cascavel	2.000,00	500,00	2.500,00
Rádio Jovem Pan de Curitiba	48.158,10	12.039,53	60.197,63
Rádio Jovem Pan de Londrina	1.040,00	260,00	1.300,00
Rádio Jovem Pan de Maringá	3.532,80	883,20	4.416,00
Rádio Lagoa Dourada de P. Grossa	4.964,74	1.241,18	6.205,93
Rádio Líder FM	1.200,00	300,00	1.500,00
Rádio Litoral Sul de Paranaguá	8.720,00	2.180,00	10.900,00
Rádio Londrina	6.664,00	1.666,00	8.330,00
Rádio Maringá FM	3.957,76	989,44	4.947,20
Rádio Matelândia	1.497,60	374,40	1.872,00
Rádio Melodia FM - 97,9	2.280,96	570,24	2.851,20
Rádio Movimento de Pato Branco	4.930,00	1.232,50	6.162,50
Rádio Mundial FM	24.403,20	6.100,80	30.504,00

Governo do Estado do Paraná Secretaria de Comunicação Social do Paraná Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação - PADV Relatório dos Serviços Executados por Tipo de Mídia, Segundo os Veículos Período de: 01/01/97 a 31/12/97 Tipo de Mídia: Rádio				
PADV	Objetivo do PADV	Valor Bruto	Comissão	Valor Líquido
Veículo:				
	Total do Veículo	7.916,00	1.583,20	6.332,80
Rádio Capital do Vestuário de Cianorte				
	Total do Veículo	510,00	102,00	408,00
Rádio Capital Nacional de Cascavel - Olga				
	Total do Veículo	13.650,00	2.730,00	10.920,00
Rádio Castro				
	Total do Veículo	16.938,00	2.447,60	14.490,40
Rádio CBN de Londrina				
	Total do Veículo	6.500,00	600,00	5.900,00

Governo do Estado do Paraná Secretaria de Comunicação Social do Paraná Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação - PADV Relatório dos Serviços Executados por Tipo de Mídia, Segundo os Veículos Período de: 01/01/97 a 31/12/97 Tipo de Mídia: Rádio				
PADV	Objetivo do PADV	Valor Bruto	Comissão	Valor Líquido
Rádio CBN de Notícias de Curitiba				
	Total do Veículo	447.685,00	60.737,00	386.948,00
Rádio Celinauta AM/Pato Branco				
	Total do Veículo	16.238,73	3.247,74	12.990,98
Rádio Central de Ponta Grossa - AM				
	Total do Veículo	19.121,16	3.824,23	15.296,93
Rádio Central de Radiojornalismo				
	Total do Veículo	3.750,00	750,00	3.000,00
Rádio Chopinzinho				
	Total do Veículo	30.515,39	6.103,08	24.412,31
Rádio Cianorte FM				
	Total do Veículo	18.372,00	3.674,40	14.697,60
Rádio Cidade de Cascavel AM				
	Total do Veículo	23.959,20	4.791,84	19.167,36

Governo do Estado do Paraná Secretaria de Comunicação Social do Paraná Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação - PADV Relatório dos Serviços Executados por Tipo de Mídia, Segundo os Veículos Período de: 01/01/97 a 31/12/97 Tipo de Mídia: Rádio				
PADV	Objetivo do PADV	Valor Bruto	Comissão	Valor Líquido
Veículo				
	Total do Veículo	2.442,60	488,52	1.954,08
Rádio Lagoa Dourada de Ponta Grossa				
	Total do Veículo	12.023,64	2.404,73	9.618,91
Rádio Legendaria				
	Total do Veículo	1.694,00	338,80	1.355,20
Rádio Líder de Pranchita				
	Total do Veículo	5.499,00	1.099,80	4.399,20
Rádio Litoral Sul de Paranaguá				

Governo do Estado do Paraná Secretaria de Comunicação Social do Paraná Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação - PADV Relatório dos Serviços Executados por Tipo de Mídia, Segundo os Veículos Período de: 01/01/97 a 31/12/97 Tipo de Mídia: Rádio				
PADV	Objetivo do PADV	Valor Bruto	Comissão	Valor Líquido
	Total do Veículo	23.920,00	4.784,00	19.136,00
Rádio Litoral Sul FM				
	Total do Veículo	700,00	140,00	560,00
Rádio Londrina				
	Total do Veículo	30.275,50	5.255,10	25.020,40
Rádio Maringá FM				
	Total do Veículo	14.603,30	2.920,66	11.682,64
Rádio Matelândia/Matelândia				
	Total do Veículo	17.200,00	2.623,20	14.576,80
Rádio Melodia FM 97,9				
	Total do Veículo	10.053,00	1.710,60	8.342,40
Rádio Movimento de Pato Branco				
	Total do Veículo	22.820,00	4.564,00	18.256,00
Rádio Mundial FM/Ponta Grossa				
	Total do Veículo	36.080,80	7.216,19	28.864,64

Governo do Estado do Paraná Secretaria de Comunicação Social do Paraná Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação - PADV Relatório dos Serviços Executados por Tipo de Mídia, Segundo os Veículos Período de: 01/01/98 a 31/12/98 Tipo de Mídia: Rádio							
PADV	Objetivo do PADV	Órgão Pagador	Data	Categoria	Valor Bruto	Comissão	Valor Líquido
3233	Veiculação BANES-TADO em Rádios	BANES-TADO	01/12/98	Veiculação	3.920,00	784,00	3.136,00
3238	Programas especiais - educ. p/ todos, estradas seguras, saúde, indus.	SECS	01/12/98	Veiculação	45.000,00	9.000,00	36.000,00
Total do Veículo Rádio CBN/Curitiba					396.920,00	57.784,00	339.136,00
Veículo: Rádio CBN/Londrina							
1052	Campanha "Paraná em Transformação"	DETRAN	16/04/98	Veiculação	5.920,00	1.184,00	4.736,00

Governo do Estado do Paraná Secretaria de Comunicação Social do Paraná Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação - PADV Relatório dos Serviços Executados por Tipo de Mídia, Segundo os Veículos Período de: 01/01/98 a 31/12/98 Tipo de Mídia: Rádio							
PADV	Objetivo do PADV	Órgão Pagador	Data	Categoria	Valor Bruto	Comissão	Valor Líquido
1056	Campanha “Paraná em Transformação”- Rádios	SESA	17/04/98	Veiculação	5.920,00	1.184,00	4.736,00
1332	Campanha “Paraná em Transformação”- Rádios	SECS	12/05/98	Veiculação	5.920,00	1.184,00	4.736,00
1653	Divulgação de Ações da SANEPAR - Rádios	SANEPAR	01/06/98	Veiculação	5.920,00	1.184,00	4.736,00
1955	Veiculação BANES-TADO em Programas de Rádios	BANES-TADO	01/07/98	Veiculação	2.500,00	500,00	2.000,00
2246	Veiculação BANES-TADO em Programas de Rádio	BANES-TADO	03/08/98	Veiculação	2.500,00	500,00	2.000,00
2478	Veiculação BANES-TADO em Programas de Rádio	BANES-TADO	01/09/98	Veiculação	2.500,00	500,00	2.000,00
3238	Programas especiais - educ. p/ todos, estradas seguras, saúde, indus.	SECS	01/12/98	Veiculação	17.760,00	3.552,00	14.208,00
Total do Veículo Rádio CBN/Londrina					48.940,00	9.788,00	39.152,00
Veículo: Rádio CBN/Londrina - (Programa Carlos Finatti)							
3238	Programas especiais - educ. p/ todos, estradas seguras, saúde, indus.	SECS	01/12/98	Veiculação	19.440,00	3.888,00	15.552,00
Total do Veículo Rádio CBN/Londrina - (Programa Carlos Finatti)					19.440,00	3.888,00	15.552,00
Veículo: Rádio Celinauta AM/Pato Branco							
1052	Campanha “Paraná em Transformação”	DETRAN	16/04/98	Veiculação	3.200,00	640,00	2.560,00
1056	Campanha “Paraná em Transformação”- Rádios	SESA	17/04/98	Veiculação	3.200,00	640,00	2.560,00
1332	Campanha “Paraná em Transformação” - Rádios	SECS	12/05/98	Veiculação	3.200,00	640,00	2.560,00
1653	Divulgação de Ações da SANEPAR - Rádios	SANEPAR	01/06/98	Veiculação	3.200,00	640,00	2.560,00
1956	Veiculação BANES-TADO em Rádios	BANES-TADO	01/07/98	Veiculação	3.200,00	640,00	2.560,00

Governo do Estado do Paraná Secretaria de Comunicação Social do Paraná Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação - PADV Relatório dos Serviços Executados por Tipo de Mídia, Segundo os Veículos Período de: 01/01/98 a 31/12/98 Tipo de Mídia: Rádio							
PADV	Objetivo do PADV	Órgão Pagador	Data	Categoria	Valor Bruto	Comissão	Valor Líquido
2247	Veiculação BANES-TADO em Rádios	BANES-TADO	03/08/98	Veiculação	3.200,00	640,00	2.560,00
2449	Veiculação BANES-TADO em Rádios	BANES-TADO	31/08/98	Veiculação	3.200,00	640,00	2.560,00
3238	Programas especiais - educ. p/ todos, estradas seguras, saúde, indus.	SECS	01/12/98	Veiculação	9.600,00	1.920,00	7.680,00
Total do Veículo Rádio Celinauta AM/Pato Branco					32.000,00	6.400,00	25.600,00
Veículo: Rádio Central AM/Ponta Grossa							
4	Veiculação BANES-TADO em Rádios	BANES-TADO	02/01/98	Veiculação	803,70	160,74	642,96
279	Veiculação BANES-TADO em Rádios	BANES-TADO	02/02/98	Veiculação	803,70	160,74	642,96
551	Veiculação BANES-TADO em Rádios	BANES-TADO	02/03/98	Veiculação	803,70	160,74	642,96
880	Veiculação BANES-TADO em Rádios	BANES-TADO	01/04/98	Veiculação	803,70	160,74	642,96
1052	Campanha "Paraná em Transformação"	DETRAN	16/04/98	Veiculação	2.700,00	540,00	2.160,00
1056	Campanha "Paraná em Transformação"- Rádios	SESA	17/04/98	Veiculação	2.700,00	540,00	2.160,00
1214	Veiculação BANES-TADO em Rádios	BANES-TADO	04/05/98	Veiculação	803,70	160,74	642,96
1332	Campanha "Paraná em Transformação"- Rádios	SECS	12/05/98	Veiculação	2.700,00	540,00	2.160,00
1629	Veiculação BANES-TADO em Rádios	BANES-TADO	01/06/98	Veiculação	803,70	160,74	642,96
1653	Divulgação de Ações da SANEPAR - Rádios	SANEPAR	01/06/98	Veiculação	2.700,00	540,00	2.160,00
1956	Veiculação BANES-TADO em Rádios	BANES-TADO	01/07/98	Veiculação	3.503,70	700,74	2.802,96
2247	Veiculação BANES-TADO em Rádios	BANES-TADO	03/08/98	Veiculação	3.503,70	700,74	2.802,96
2449	Veiculação BANES-TADO em Rádios	BANES-TADO	31/08/98	Veiculação	3.503,70	700,74	2.802,96

Governo do Estado do Paraná Secretaria de Comunicação Social do Paraná Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação - PADV Relatório dos Serviços Executados por Tipo de Mídia, Segundo os Veículos Período de: 01/01/98 a 31/12/98 Tipo de Mídia: Rádio							
PADV	Objetivo do PADV	Órgão Pagador	Data	Categoria	Valor Bruto	Comissão	Valor Líquido
2769	Veiculação BANES-TADO em Rádios	BANES-TADO	02/10/98	Veiculação	803,70	160,74	642,96
3238	Programas especiais - educ. p/ todos, estradas seguras, saúde, inds.	SECS	01/12/98	Veiculação	8.100,00	1.620,00	6.480,00
Total do Veículo Rádio Central AM/Ponta Grossa					35.037,00	7.007,40	28.029,60
Veículo: Rádio Chopinzinho/Chopinzinho							
4	Veiculação BANES-TADO em Rádios	BANES-TADO	02/01/98	Veiculação	590,86	118,17	472,69
279	Veiculação BANES-TADO em Rádios	BANES-TADO	02/02/98	Veiculação	590,86	118,17	472,69
551	Veiculação BANES-TADO em Rádios	BANES-TADO	02/03/98	Veiculação	590,86	118,17	472,69
880	Veiculação BANES-TADO em Rádios	BANES-TADO	01/04/98	Veiculação	590,86	118,17	472,69
1052	Campanha "Paraná em Transformação"	DETRAN	16/04/98	Veiculação	750,00	150,00	600,00
1214	Veiculação BANES-TADO em Rádios	BANES-TADO	04/05/98	Veiculação	590,86	118,17	472,69
1332	Campanha "Paraná em Transformação"- Rádios	SECS	12/05/98	Veiculação	750,00	150,00	600,00
1629	Veiculação BANES-TADO em Rádios	BANES-TADO	01/06/98	Veiculação	590,86	118,17	472,69
1653	Divulgação de Ações da SANEPAR - Rádios	SANEPAR	01/06/98	Veiculação	750,00	150,00	600,00
1956	Veiculação BANES-TADO em Rádios	BANES-TADO	01/07/98	Veiculação	1.340,86	268,17	1.072,69
2247	Veiculação BANES-TADO em Rádios	BANES-TADO	03/08/98	Veiculação	1.340,86	268,17	1.072,69
2449	Veiculação BANES-TADO em Rádios	BANES-TADO	31/08/98	Veiculação	1.340,86	268,17	1.072,69
2769	Veiculação BANES-TADO em Rádios	BANES-TADO	02/10/98	Veiculação	587,60	117,52	470,08
3238	Programas especiais - educ. p/ todos, estradas seguras, saúde, indus.	SECS	01/12/98	Veiculação	2.250,00	450,00	1.800,00

Governo do Estado do Paraná Secretaria de Comunicação Social do Paraná Pedido de Autorização para Divulgação e Veiculação - PADV Relatório dos Serviços Executados por Tipo de Mídia, Segundo os Veículos Período de: 01/01/98 a 31/12/98 Tipo de Mídia: Rádio							
PADV	Objetivo do PADV	Órgão Pagador	Data	Categoria	Valor Bruto	Comissão	Valor Líquido
Total do Veículo Rádio Chopinzinho/Chopinzinho					12.655,34	2.531,07	10.124,27
Veículo: Rádio Cianorte FM/Cianorte							

Veículo	PADV	Objetivo do Pedido	Pagador	Data	Total	Agência
Rádio Central - Ponta Grossa					25.046,00	
	3	Anúncio/Informar sobre nova forma de pagamento do IPVA	SEFA	03/01/2000	816,00	Master
	256	Divulgação de Ações do Governo	DETRAN	16/02/2000	10.000,00	Heads
	1307	Divulgação da campanha Licenciamento, período de 15 dias úteis (13 a 30/06, com frequência de 6 inserções diárias)	DETRAN	12/06/2000	630,00	Getz
	2556	Veiculação de anúncios em emissoras de rádio e jornais da capital e do interior, durante o mês de outubro, difundindo os programas executados pela Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho de acordo com o Plano de Trabalho do convênio firmado com o Ministério do Trabalho e Emprego com	SERT	06/10/2000	1.100,00	Fischer Heads
	3087	Campanha Refis	SECS	30/11/2000	12.500,00	Loducca
Rádio Central - Ponta Grossa						
	418	Veiculação de anúncios em emissoras de rádio e jornais da capital e do interior, durante o mês de março, difundindo os programas executados pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho de acordo com o Plano de Trabalho do convênio firmado com o Ministério do Trabalho e Emprego com recursos	SERT	23/02/2001	1.040,00	Heads
	2348	Veiculação de anúncios em emissoras de rádio, jornais e revistas da capital e do interior, durante os meses de outubro, novembro e dezembro, difundindo os programas executados pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho de acordo com o Plano de Trabalho do convênio firmado com o Ministério	SERT	04/10/2001	1.880,00	Heads
Rádio Central - Ponta Grossa						

Veículo	PADV	Objetivo do Pedido	Pagador	Data	Total	Agência
	1212	Divulgação de Ações do Governo	DE-TRAN	01/06/2001	16.000,00	Getz
	2305	Divulgação de Ações do Governo/ DETRAN-PR	DE-TRAN	02/10/2001	801,90	Getz
Rádio Central - Ponta Grossa						
	2008	Divulgação de Ações do Governo	SECS	05/09/2001	12.000,00	Loducca
Rádio Central - Ponta Grossa						
	1414	Campanha Institucional de Eleições de Diretores/ 2001, Rádio e TV	SEED	29/06/2001	1.008,00	Master
	2196	Eleição de Diretores - 2ª fase	FUN-DEPAR	24/09/2001	675,00	Master
Rádio Central - Ponta Grossa						
	449	Divulgação de Ações do Governo	SECS	02/03/2001	12.500,00	Opus
	693	Divulgação de Ações do Governo	SECS	02/04/2001	16.000,00	Opus
	914	Divulgação de Ações do Governo	SECS	30/04/2001	16.000,00	Opus
	1651	Divulgação de Ações do Governo	SECS	01/08/2001	15.000,00	Opus
	2179	Veiculação em rádio na cidade de Ponta Grossa (Otimização de água em Ponta Grossa AP 2734/1)	SANE-PAR	21/09/2001	540,00	Opus
	3021	Divulgação de Ações do Governo	SECS	04/12/2001	24.000,00	Opus
Rádio Central - Ponta Grossa					62.230,20	
	323	Divulgação de Ações do Governo	SECS	01/02/2002	12.000,00	Opus
	390	Campanha Você Sabia - Paraná Um Estado que Pensa e Faz Pra Gente	SECS	06/02/2002	378,00	Getz
	584	Campanha Boas Idéias - Boa Notícia - Você Sabia	SECS	28/02/2002	270,00	Opus
	651	Divulgação de Ações do Governo	SECS	05/03/2002	12.000,00	Opus
	707	Campanha Boa Notícia - Boas Idéias - Você Sabia	SECS	07/03/2002	243,00	Propeg
	1029	Divulgação de Ações do Governo	SECS	03/04/2002	12.000,00	Opus
	1457	Divulgação de Ações do Governo	SECS	02/05/2002	12.000,00	Opus
	1957	Divulgação de Ações do Governo	SECS	04/06/2002	12.000,00	Opus
	3039	Cliente: COPEL. Assunto: Campanha de Prevenção de Queimadas. Praça: regiões do Paraná. Cidades: Apucarana, Arapongas, Bandeirantes, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Paranaíba, Ponta Grossa, Santo Antonio da Platina, Sarandi e Umuarama. Período:	COPEL	27/08/2002	367,20	Fischer Heads

Veículo	PADV	Objetivo do Pedido	Pagador	Data	Total	Agência
	3970	Cliente: COPEL/Marketing. Assunto: pronunciamentos do Governador do Estado, em diversas rádios do Paraná. Período: 20/Novembro a 13/Dezembro/2002. Material: 16 spots - 60" cada. Cidades: Apucarana, Arapongas, Antonina, Bandeirantes, Campo Mourão, Cascavel, Castro, Cianorte, Clevelândia.	COPEL	20/11/2002	972,00	Fischer Heads
Rádio Central - Ponta Grossa					20.455,00	
	270	Campanha do Desarmamento	SESP	30/01/2004	2.610,00	Triade
	298	Campanha "Prestando Contas" referentes aos programas realizados pela COHAPAR em 2003. Veículo: rádios de diversos municípios. Período de 10 dias: 09/02/04 a 19/02/04. Obs: spots de 30 seg, 8 inserções por dia em cada rádio (exceto Rádio Paraná com 3 inserções diárias)	COHA-PAR	04/02/2004	1.280,00	Segmento
	421	Inserção nas rádios do Paraná referente a Campanha da Tarifa Social, durante o período de 20/02/2003 a 19/03/2004 (AP SA 004,005/04)	SANE-PAR	19/02/2004	4.500,00	RBA
	654	Campanha Mata Ciliar "Um Milhão de Árvores" - Veiculação Rádios	IAP	16/03/2004	600,00	Agnelo Pacheco
	692	Campanha Mulher Por Inteiro	FUN-SAUDE	19/03/2004	450,00	JL
	751	Criação, produção eletrônica e divulgação nas rádios do Paraná de um spot 30" para a Campanha de divulgação da inclusão digital nas comunidades do Estado	SECS	26/03/2004	375,00	Segmento
	848	Contratação de Divulgação das Blitzes Educativas em diversas rádios do interior do estado	DETRAN	02/04/2004	1.344,00	Menezes e Cicarello
	983	Campanha Febre Aftosa - Rádios	SECS	13/04/2004	2.550,00	F/Nazca
	2121	Veiculação de Campanha em rádio e televisão objetivando divulgar realizações da Secretaria da Saúde na cidade de Ponta Grossa, criação e produção de 02 VT's 30" e 02 spots 30" - Paraná em Ação	FUN-SAUDE	15/07/2004	4.500,00	JL
	3252	Criação, layout e finalização do Projeto FERA Ponta Grossa	SEED	04/10/2004	1.350,00	Triade
	3262	Produção e Veiculação da XXVIII e FAPI	EMATER	04/10/2004	896,00	Agnelo Pacheco
Rádio Central - Ponta Grossa						
	2454	Veiculação de Spot 30" - Título: ICMS Tô Livre	SECS	10/06/2005	1.920,00	McCann Erickson

Veículo	PADV	Objetivo do Pedido	Pagador	Data	Total	Agência
	6294	Campanha de rádio para informar a população de todos os investimentos da SANEPAR em obras para que haja uma melhor distribuição de rede de esgoto e água potável em todo o Estado do Paraná	SANE-PAR	23/12/2005	4.200,00	Getz
	6294	Campanha de rádio para informar a população de todos os investimentos da SANEPAR em obras para que haja uma melhor distribuição de rede de esgoto e água potável em todo o Estado do Paraná	SANE-PAR	23/12/2005	2.100,00	Getz
	6294	Campanha de rádio para informar a população de todos os investimentos da SANEPAR em obras para que haja uma melhor distribuição de rede de esgoto e água potável em todo o Estado do Paraná	SANE-PAR	23/12/2005	1.500,00	Getz
Rádio Mundial FM - Ponta Grossa					17.162,00	
	325	Veiculação BANESTADO em rádios "Internet Bank - Enter" 30s, nas praças de Curitiba, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Maringá, Londrina, Cascavel, União da Vitória e Lapa	BANES-TADO	22/02/2000	792,00	Heads
	517	Pronunciamento do Governador	SECS	21/03/2000	120,00	Opus
	820	Spot / Comunicar sobre vacinação contra Febre Aftosa	SEAB	25/04/2000	400,00	Master
	960	Spot / Realizações de Governo	SEAB	12/05/2000	400,00	Propeg
	1307	Divulgação da campanha Licenciamento, período de 15 dias úteis (13 a 30/06) com frequência de 6 inserções diárias	DETRAN	12/06/2000	1.260,00	Getz
	1531	Spot / Realizações de Governo	SEED	05/07/2000	2.000,00	Master
	1780	Spot / Realizações de Governo	SEID	31/07/2000	2.000,00	Opus
	2409	Spot / Realizações de Governo	SECS	28/09/2000	2.000,00	Master
	2426	Veiculação BANESTADO em rádios - "Privatização" - Outubro/2000	BANES-TADO	29/09/2000	490,00	Master
	2556	Veiculação de anúncios em emissoras de rádio e jornais da capital e do interior, durante o mês de outubro, difundindo os programas executados pela Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho de acordo com o Plano de Trabalho do convênio firmado com o Ministério do Trabalho e Emprego com	SERT	06/10/2000	2.200,00	Fischer Heads
	2598	Privatização	SECS	11/10/2000	1.960,00	Master
	2807	Spot / Realizações de Governo	SECS	01/11/2000	2.000,00	Loducca
	2821	Avaliação do Rendimento Escolar	SECS	01/11/2000	540,00	Master

Veículo	PADV	Objetivo do Pedido	Pagador	Data	Total	Agência
	3087	Campanha Refis	SECS	30/11/2000	1.000,00	Loducca
Rádio Mundial FM - Ponta Grossa						
	418	Veiculação de anúncios em emissoras de rádio e jornais da capital e do interior, durante o mês de março, difundindo os programas executados pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho de acordo com o Plano de Trabalho do convênio firmado com o Ministério do Trabalho e Emprego com recursos	SERT	23/02/2001	2.080,00	Heads
	691	Esclarecimento à população	SECS	30/03/2001	1.120,00	Heads
	2348	Veiculação de anúncios em emissoras de rádio, jornais e revistas da capital e do interior, durante os meses de outubro, novembro e dezembro, difundindo os programas executados pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho de acordo com o Plano de Trabalho do convênio firmado com o Ministério	SERT	04/10/2001	3.760,00	Heads
Rádio Mundial FM - Ponta Grossa						
	2305	Divulg. de Ações do Gov./DETRAN-PR	DETRAN	02/10/2001	1.056,00	Getz
Rádio Mundial FM - Ponta Grossa						
	1414	Campanha Institucional de Eleições de Diretores / 2001, Rádio e TV	SEED	29/06/2001	1.200,00	Master
	2196	Eleição de Diretores - 2ª fase	FUNDE-PAR	24/09/2001	1.000,00	Master
Rádio Mundial FM - Ponta Grossa						
	602	Produção de material para comunicação audiovisual, referente a campanha de esclarecimento e educação em saúde para prevenção da Dengue	FUN-SAUDE	16/03/2001	980,00	Opus
Rádio Mundial FM - Ponta Grossa						
	1538	Camp.. Dia do Agricultor-26 a 28/07/2001	SEAB	16/07/2001	960,00	Propeg
Rádio Mundial FM - Ponta Grossa					23.324,00	
	152	Campanha Boas Notícias - Boas Idéias - Você Sabia	SECS	17/01/2002	600,00	Fischer Heads
	278	Spot e Produção Não Privatização da COPEL	SECS	30/01/2002	1.520,00	Fischer Heads
	311	Campanha Boas Idéias - Boa Notícia - Você Sabia - Paraná Um Estado que Pensa e Faz Pra Gente	SECS	31/01/2002	600,00	Getz
	374	Plano de Saúde - Sistema de Assistência a Saúde	SECS	05/02/2002	660,00	Loducca

Veículo	PADV	Objetivo do Pedido	Pagador	Data	Total	Agência
	375	Imagens - Campanha Boas Idéias - Boa Notícia - Você Sabia - Paraná Um Estado que Pensa e Faz Pra Gente	SECS	05/02/2002	600,00	Propeg
	432	Campanha Boas Idéias - Boas Notícias - Você Sabia - Paraná Um Estado que Pensa e Faz Pra Gente	SECS	08/02/2002	600,00	Fischer Heads
	497	Campanha Boa Notícia - Boas Idéias - Você Sabia - Paraná Um Estado que Pensa e Faz Pra Gente	SECS	20/02/2002	600,00	Getz
	584	Campanha Boas Idéias - Boa Notícia - Você Sabia	SECS	28/02/2002	600,00	Opus
	707	Campanha Boa Notícia - Boas Idéias - Você Sabia	SECS	07/03/2002	360,00	Propeg
	757	Campanha Porto Camargo	SECS	12/03/2002	2.100,00	Loducca
	835	Campanha Paraná Contra a Dengue - Veiculação de inserções de spot 30", em rádios do Paraná com o objetivo de orientar a população paranaense quanto aos cuidados e prevenção sobre a dengue	FUN-SAUDE	18/03/2002	900,00	Opus
	1083	Campanha ICMS	SECS	05/04/2002	1.600,00	Master
	1331	Campanha ICMS - Rádios	SECS	19/04/2002	800,00	Master
	1707	Veiculação em rádios do Paraná spot sobre a Campanha Hepatite B - 2ª Dose	FUN-SAUDE	16/05/2002	1.520,00	Opus
	1736	Campanha Decisão ICMS/Resultados	SECS	17/05/2002	1.760,00	Master
	1847	Campanha Boas Idéias	SECS	27/05/2002	720,00	Fischer Heads
	1860	Campanha Boas Idéias	SECS	28/05/2002	1.000,00	Getz
	1953	Campanha Boas Idéias	SECS	04/06/2002	600,00	Propeg
	2027	Campanha Boas Idéias	SECS	06/06/2002	600,00	Loducca
	2142	Campanha Boas Idéias	SECS	12/06/2002	560,00	Opus
	2664	Campanha Hepatite B-3ª Dose Veiculação em rádios do PR, spot sobre Hepatite B	FUN-SAUDE	11/07/2002	1.520,00	Opus
	3039	Cliente: COPEL. Assunto: campanha de prevenção de queimadas. Praça: regiões do Paraná. Cidades: Apucarana, Arapongas, Bandeirantes, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Paranavaí, Ponta Grossa, Santo Antonio da Platina, Sarandi e Umuarama. Período.	COPEL	27/08/2002	544,00	Fischer Heads

Veículo	PADV	Objetivo do Pedido	Pagador	Data	Total	Agência
	3970	Cliente: COPEL/Marketing. Assunto: pronunciamentos do Governador do Estado, em diversas rádios do Paraná. Período 20/Novembro a 13/Dezembro/2002. Material 16 spots - 60" cada. Cidades: Apucarana, Arapongas, Antonina, Bandeirantes, Campo Mourão, Cascavel, Castro, Cianorte, Clevelândia.	COPEL	20/11/2002	1.440,00	Fischer Heads
	3982	Campanha Contra a Dengue - Veiculação em rádios do Paraná spot 30" sobre prevenção e combate à Dengue	FUN-SAUDE	21/11/2002	1.520,00	Opus
Rádio Mundial FM - Ponta Grossa					11.770,00	
	822	Comunicado Oficial - mídia rádio	SECS	19/05/2003	1.140,00	Sem Agência
	830	Santa Casa - Ponta Grossa - mídia rádio	SECS	20/05/2003	950,00	Sem Agência
	1117	Programa a Verdade Dói	SECS	06/06/2003	720,00	Sem Agência
	1974	"Carta ao Governador" - mídia: Rádio	SECS	12/08/2003	1.520,00	Sem Agência
	2131	"Avaliação dos Cursos" - mídia: Rádio	SECS	25/08/2003	1.520,00	Sem Agência
	2535	Luz Fraterna - mídia: Jornal, Rádio, TV	COPEL	30/09/2003	4.800,00	Sem Agência
	3516	Veiculação de material de 30" - Título: Investimentos em Ponta Grossa - mídia: Rádio	SECS	12/12/2003	1.120,00	Sem Agência
Rádio Mundial FM - Ponta Grossa					31.911,00	
	85	Camp. Boas Notícias - mídia: Rádio -TV	COPEL	12/01/2004	1.800,00	S&K
	270	Campanha do Desarmamento	SESP	30/01/2004	2.610,00	Tríade
	421	Inserção nas rádios do Paraná referente a Campanha da Tarifa Social, durante o período de 20/02/2003 a 19/03/2004 (AP SA 004, 005/04)	SANE-PAR	19/02/2004	6.075,00	RBA
	654	Campanha Mata Ciliar "Um Milhão de Árvores" - Veiculação Rádios	IAP	16/03/2004	750,00	Agelo Pacheco
	692	Campanha Mulher Por Inteiro	FUN-SAUDE	19/03/2004	750,00	JL
	751	Criação, produção eletrônica e divulgação nas rádios do Paraná de um spot 30" para a Campanha de divulgação da inclusão digital nas comunidades do Estado	SECS	26/03/2004	575,00	Segmento

Veículo	PADV	Objetivo do Pedido	Pagador	Data	Total	Agência
	848	Contratação de Divulgação das Blitzes Educativas em diversas rádios do interior do estado	DETRAN	02/04/2004	2.016,00	Menezes e Cicarello
	983	Campanha Febre Aftosa - Rádios	SECS	13/04/2004	3.750,00	F/Nazca
	1127	Inserções de Spots via Rádio. Referente a Vacinação da Gripe	FUN-SAUDE	23/04/2004	575,00	JL
	2121	Veiculação de Campanha em rádio e televisão objetivando divulgar realizações da Secretaria da Saúde na cidade de Ponta Grossa, criação e produção de 02 VT's 30" e 02 spots 30" Paraná em Ação	FUN-SAUDE	15/07/2004	6.300,00	JL
	3252	Criação, layout e finalização do Projeto FERA Ponta Grossa	SEED	04/10/2004	2.160,00	Tríade
	3262	Produção e Veiculação da XXVIII EFAPI	EMATER	04/10/2004	1.400,00	Agnelo Pacheco
	3370	Divulgação do concurso público para 10 mil professores para rede estadual de ensino, incluindo veiculação em rádio, televisão e mobiliário urbano.	SEED	14/10/2004	1.610,00	Tríade
	3866	Divulgação em rádios sobre a campanha da Dengue - Criação e produção de um jingle 30" e dois Spot de 30"	FUN-SAUDE	17/11/2004	1.540,00	JL
Rádio Mundial FM - Ponta Grossa						
	464	Veiculação em rádio de campanha publicitária da SEDU/PARANACIDADE sobre as obras financiadas pelo Governo do Estado em parceria com os municípios. A presente mídia compreende emissoras de rádio de todo o Estado.	PARANACIDADE	17/02/2005	3.000,00	Competence
	464	Veiculação em rádio de campanha publicitária da SEDU/PARANACIDADE sobre as obras financiadas pelo Governo do Estado em parceria com os municípios. A presente mídia compreende emissoras de rádio de todo o Estado.	PARANACIDADE	17/02/2005	3.000,00	Competence
	464	Veiculação em rádio de campanha publicitária da SEDU/PARANACIDADE sobre as obras financiadas pelo Governo do Estado em parceria com os municípios. A presente mídia compreende emissoras de rádio de todo o Estado.	PARANACIDADE	17/02/2005	3.000,00	Competence

Veículo	PADV	Objetivo do Pedido	Pagador	Data	Total	Agência
	842	Criação, produção e digitalização de banners, mobiliário urbano, outdoors, fotos, encartes, anúncios, spots 30" de diversas rádios, anúncios em diversos jornais em todo o Estado do Paraná e mobiliário urbano, da Campanha Estradas - 4000 Km de Estradas Recuperadas.	SECS	15/03/2005	2.300,00	Trade
	1009	Criação e veiculação em Jornal e Rádio sobre as obras realizadas em todo o Estado do Paraná.	SECS	23/03/2005	4.800,00	Trade
	1049	Campanha de Vacinação contra a Hepatite B - 1ª dose da vacina. Campanha composta dos seguintes meios de comunicação no Paraná: Outdoor, Rádio, e Mobiliário Urbano.	SECS	28/03/2005	1.150,00	JL
	1347	Veiculação da Campanha Febre Aftosa.	SECS	11/04/2005	1.960,00	RBA
	1347	Veiculação da Campanha Febre Aftosa.	SECS	11/04/2005	2.240,00	RBA
	1525	Criação, produção e veiculação em rádio, televisão, banner, cartaz, folhetos do "Programa Paraná Alfabetizado".	SECS	19/04/2005	1.656,00	Trade
	1676	Criação, produção e veiculação da Campanha "Um por Todos, Todos Pela Vida" de combate à mortalidade materna e infantil que será vinculada em comemoração ao dia das Mães.	SECS	28/04/2005	2.070,0	JL
	1679	Veiculação Programa Paraná Rural	SECS	28/04/2005	1.120,00	NDEC
	1791	Campanha Geral da Saúde	SECS	04/05/2005	4.830,00	JL
	1964	Criação, produção e veiculação da Campanha Universidade do Litoral.	SECS	13/05/2005	1.702,00	JL
	1964	Criação, produção e veiculação da Campanha Universidade do Litoral.	SECS	13/05/2005	1.288,00	JL
	2110	Veiculação em Rádios - Títulos: Água - Luz - Leite - Educação	SECS	20/05/2005	1.680,00	Mccann Erickson
	2227	Veiculação em Rádios: Títulos - Água - Luz - Leite - Educação	SECS	30/05/2005	1.920,00	Mccann Erickson
	3346	Veiculação Material Segurança Spot 30"	SECS	26/07/2005	3.750,00	RBA
	4259	Veiculação em rádios do material testemunhais Campos Gerais.	SECS	05/09/2005	3.900,00	NDEC
	4374	Veiculação em rádios de spot 30" da campanha: Festa do Peru com morango	SECS	14/09/2005	1.920,00	NDEC
	4408	Veiculação em rádio da campanha: Plantio de 5 milhões de árvores, sendo 10 inserções diárias.	SECS	16/09/2005	1.840,00	JL

Veículo	PADV	Objetivo do Pedido	Pagador	Data	Total	Agência
	4555	Veiculação de spot 30" em diversas rádios referente a campanha: Fera Castro, sendo 10 inserções por dia.	SECS	23/09/2005	2.400,00	Trade
	4556	Criação, produção e veiculação de spot 30" em diversas rádios referente a campanha: 29ª EFAPI	SECS	23/09/2005	2.000,00	Trade
	5772	Veiculação em rádio de campanha publicitária da SEDU/PARANACIDADE sobre as obras concluídas e em fase de conclusão, financiadas pelo Governo do Estado em parceria com os municípios. A Presente mídia compreende emissoras de rádio de todo o Estado	PARANACIDADE	25/11/2005	6.000,00	Workshop
	6050	Campanha Verão (1ª fase - dezembro)	DETRAN	13/12/2005	1.920,00	F/Nazca
	6180	Campanha estadual informativa sobre o Luz Fraterna, incluindo criação, produção e veiculação de spot 30" e 60", VT 30" e 60", anúncio em jornal e revista.	COPEL	16/12/2005	2.244,00	Mello Soares
	6181	Veiculação da campanha estadual Complexo Rio Jordão, incluindo: criação, produção e veiculação de spot 30" e 60", VT 30" e 60", anúncio em jornal e revista.	COPEL	16/12/2005	0,00	Mello Soares
	6294	Campanha de rádio para informar a população de todos os investimentos da SANEPAR em obras para que haja uma melhor distribuição de rede de esgoto e água potável em todo o Estado do Paraná.	SANEPAR	23/12/2005	3.150,00	Getz
	6294	Campanha de rádio para informar a população de todos os investimentos da SANEPAR em obras para que haja uma melhor distribuição de rede de esgoto e água potável em todo o Estado do Paraná.	SANEPAR	23/12/2005	6.300,00	Getz
	6294	Campanha de rádio para informar a população de todos os investimentos da SANEPAR em obras para que haja uma melhor distribuição de rede de esgoto e água potável em todo o Estado do Paraná.	SANEPAR	23/12/2005	2.250,00	Getz
Rádio Mundial FM - Ponta Grossa						
	21	Campanha Verão 2006	DETRAN	09/01/2006	4.160,00	F Nazca
	21	Campanha Verão 2006	DETRAN	09/01/2006	1.600,00	F Nazca
	1134	Veiculação de spot em diversas rádios no Paraná, referente ao concurso público da SANEPAR	SANEPAR	22/03/2006	1.100,00	Getz
	1779	Veiculação de spot 30" referente a campanha investimentos da SANEPAR regionalizada	SANEPAR	26/04/2006	1.050,00	Getz

Veículo	PADV	Objetivo do Pedido	Pagador	Data	Valor Líquido	Comissão	Valor Bruto	Agência
Rádio Central							14.552,00	
	467	Divulgação da Campanha de Vacinação dos Idosos	SESA	05/04/99	960,00	240,00	1.200,00	Opus e Múltipla
	1128	Divulgar os programas desenvolvidos pela SANEPAR (nova conta de água - fase 3)	SANE-PAR	19/07/99	652,80	163,20	816,00	Opus e Múltipla
	1728	Campanha APASEM/ Sementes	SEAB	07/10/99	612,00	153,00	765,00	Master Comunicação
	1904	Divulgação de Ações do DETRAN	DETRAN	04/11/99	4.000,00	1.000,00	5.000,00	Heads Propaganda
	1889	Divulgar os Programas de Investimentos e obras da SANEPAR em todo Estado do Paraná	SANE-PAR	03/11/99	652,80	163,20	816,00	Opus e Múltipla
	1524	Inserção de spots de divulgação dos programas do sistema público de emprego nas emissoras de rádio	SERT	17/09/99	348,16	87,04	435,20	Opus e Múltipla
	1537	Divulgação Vestibular Verão 2000	UEPG	20/09/99	416,16	104,04	520,20	Mercer Comunicação
	2113	Divulgação de Ações do Governo	DETRAN	01/12/99	4.000,00	1.000,00	5.000,00	Heads Propaganda
Rádio Mundial FM							13.504,00	
	467	Divulgação da Campanha de Vacinação dos Idosos	SESA	05/04/99	1.904,00	476,00	2.380,00	Opus e Múltipla
	484	Divulgação Vestibular Inverno/99	UEPG	08/04/99	792,0	198,00	990,00	Mercer Comunicação
	596	Veiculação de anúncios BANESTADO - Campanha Superpoupança Premiada em rádios	BANESTADO	27/04/99'	216,00	54,00	270,00	Heads Propaganda
	609	Veiculação de anúncios BANESTADO Campanha Superpoupança Premiada, em rádios	BANESTADO	27/04/99	1.152,00	288,00	1.440,00	Heads Propaganda

Veículo	PADV	Objetivo do Pedido	Pagador	Data	Valor Líquido	Comissão	Valor Bruto	Agência
	629	Implantação do micro computador portátil na cidade de Telêmaco Borba	SANE-PAR	28/04/99	1.008,00	252,00	1.260,00	Opus e Múltipla
	1728	Campanha APASEM/ Sementes	SEAB	07/10/99	1.152,00	288,00	1.440,00	Master Comunicação
	1869	aguardando PADV	BANES-TADO	29/10/99	1.536,00	384,00	1.920,00	Heads Propaganda
	2140	Veiculação Super RDB BANESTADO em rádios	BANES-TADO	02/12/99	1.536,00	384,00	1.920,00	Heads Propaganda
	1537	Divulgação Vestibular Verão 2000	UEPG	20/09/99	816,00	204,00	1.020,00	Mercer Comunicação
	2286	Veiculação BANES-TADO em rádios - Internet Bank 30s	BANES-TADO	17/12/99	691,20	172,80	864,00	Heads Propaganda

Publicações:

Atas de Comissão

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 108/07, 330/07, 369/07 e Projeto de Lei Complementar nº 318/07. Que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a

Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati apresentou redação final ao seguinte Projeto de Lei nº 365/07. Que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final ao seguinte Projeto de Lei nº 068/07, 290/07, 241/07 e 247/07. Que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária